

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº**

**DSE.A/PE – 158/2025**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR  
MEIO DE CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE  
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA  
CENTRAL NUCLEAR ALMIRANTE ÁLVARO ALBERTO

- SEÇÃO I - INSTRUÇÕES AOS LICITANTES**
- SEÇÃO II - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**
- SEÇÃO III - HABILITAÇÃO**
- SEÇÃO IV - MINUTAS DE CONTRATO**
- SEÇÃO V - PLANILHA DE PREÇOS - MODELO**
- ANEXO A - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VINCULO EMPREGATÍCIO / PARENTESCO E DE NÃO ENQUADRAMENTO NO ARTIGO 38 DA LEI Nº 13.303/16**
- ANEXO B - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**
- ANEXO C - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE: FORNECEDOR DE RISCO ALTO E MUITO ALTO**
- ANEXO D - TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO**

Rio de Janeiro,           , de           de           .

## **SEÇÃO I**

### **INSTRUÇÕES AOS LICITANTES**

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
2. OBJETO DA LICITAÇÃO
3. OBSERVAÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
6. CREDENCIAMENTO
7. RESPONSABILIDADES DOS LICITANTES

## **1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- 1.1 Esta LICITAÇÃO na modalidade de PREGÃO, na forma eletrônica, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - Internet, do tipo Menor Preço, é regida por este EDITAL, em conformidade com o disposto na Lei nº. 13.303, de 30 de junho de 2016, no Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear, que se encontra disponível no endereço eletrônico: <https://www.eletronuclear.gov.br/Canais-de-Negocios/Licitacoes/Documents/Regulamento%20de%20Licita%C3%A7%C3%B5es%20e%20Contratos.pdf>, na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e no rito da instrução normativa SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022, sob a vigência da Lei n.º 14.133/2021, de 1 de abril de 2021.
- 1.2 O PREGÃO Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. O PREGÃO Eletrônico poderá ser acessado pelo endereço [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
- 1.3 Os trabalhos serão conduzidos por empregado da ELETRONUCLEAR, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante no endereço [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e realizados de acordo com a legislação indicada no subitem 1.1 acima.
- 1.4 As instruções estabelecidas neste EDITAL de licitação determinam os procedimentos que orientarão o presente processo licitatório até a assinatura do respectivo CONTRATO administrativo. Alegações de desconhecimento destas instruções, bem como das disposições legais acima especificadas, não serão aceitas como razões válidas para justificar quaisquer erros ou divergências encontradas em seus DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e/ou PROPOSTAS.
- 1.5 A presente LICITAÇÃO tem âmbito nacional, sendo aceita a participação de empresas em consórcio, respeitando o limite máximo de 2 (duas) empresas por consórcio.
- 1.5.1 Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, respeitadas as condições do Artigo 44 do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear e desde que os LICITANTES reunidos em consórcio apresentem compromisso público ou particular de constituição de consórcio, que deverá indicar, no mínimo:
- a) as empresas participantes, o nome, o objeto, a duração e o endereço do consórcio;
  - b) a empresa líder do consórcio, representante administrativa e judicial do consórcio;
  - c) as obrigações dos consorciados;
  - d) a forma como o consórcio deve ser remunerado e como deve ser a divisão da remuneração entre os consorciados.
- 1.5.2 Não será admitida a participação de cooperativas na presente Licitação.
- 1.6 Não poderão participar os interessados que se encontrarem sob falência, dissolução ou liquidação.
- 1.7 Não será permitida a participação de LICITANTES estrangeiros que não estejam

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

constituídas no País.

- 1.8 Não poderão participar as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido:
- 1.8.1 penalidade de suspensão temporária de participação em LICITAÇÃO e impedimento em contratar, prevista no inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, desde que aplicada pela ELETRONUCLEAR;
- 1.8.2 penalidade de impedimento de licitar e contratar, prevista no artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, no artigo 156, inciso III, da Lei n. 14.133/2021, ou no artigo 47 da Lei n. 12.462/2011, aplicada por qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública Federal;
- 1.8.3 penalidade de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8666/1993, ou , no artigo 156, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021, aplicada por qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública nacional, ou a prevista no artigo 46 da Lei n. 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União;
- 1.8.4 penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12 da Lei n. 8.429/1992.
- 1.9 Serão impedidas de participar, também, as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas no artigo 38 e 44 da Lei n. 13.303/2016.
- 1.10 Também estarão impedidas de participar da licitação empresas que, na data do certame, estejam cumprindo sanção de proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos nos termos das leis nº 9.605/98, 12.527/11 e 12.529/11.
- 1.11 O impedimento será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.
- 1.12 Para os fins desta LICITAÇÃO, os impedimentos referidos neste EDITAL serão verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, e outros sistemas cadastrais pertinentes que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.
- 1.13 O LICITANTE não pode, em hipótese alguma, modificar o preço e as condições de sua PROPOSTA, após o término da sessão, sob alegação de insuficiência de informações relativas aos SERVIÇOS.
- 1.14 LICITANTES que fazem parte do mesmo grupo econômico, assim entendido aqueles que participem do capital um do outro, ou que possuam sócios, acionistas ou administradores em comum, devem declarar tal condição quando do registro inicial de sua PROPOSTA no Sistema. Caso referido LICITANTE seja o detentor da melhor oferta após a etapa competitiva, deverá também declarar na sua PROPOSTA, quando do envio da

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

documentação referida no Item 1.32 da Seção II, que tais participantes atuam no presente Pregão representando interesses econômicos independentes entre si.

- 1.15 Os recursos financeiros para a presente LICITAÇÃO são próprios da ELETRONUCLEAR, provisionados na Conta Razão nº. 8121000001 e Elemento PEP nº EB.3512.01.

## **2 OBJETO DA LICITAÇÃO**

- 2.1 Constitui objeto da presente LICITAÇÃO os SERVIÇOS de monitoração geotécnica por meio de campanhas de leituras de inclinometria e de levantamento topográfico em encostas no entorno da CNAEA.
- 2.2 VISITA FACULTATIVA - O LICITANTE poderá, facultativamente, inspecionar as instalações da ELETRONUCLEAR, verificando as condições locais e obtendo informações que, a seu critério, entenda necessárias à execução do OBJETO desta LICITAÇÃO e preparo de sua PROPOSTA.
- 2.2.1 A visita, com no máximo 02 (dois) participantes por LICITANTE, ocorrerá em até 03 (três) dias úteis antes da data prevista para abertura das PROPOSTAS, e será marcada pela ELETRONUCLEAR, mediante solicitação prévia do interessado.
- 2.2.2 A coordenação da visita e o fornecimento do Atestado de Visita estão a cargo do Departamento de Engenharia Civil – DEC.T. Eventual contato poderá ser efetuado pelo interessado, através do telefone +55 (21) 2588-7576, com a Sra. Carolina de Albuquerque Cardoso (carolac@eletronuclear.gov.br), ou através do telefone +55 (21) 2588-7532, com o Sr. Marcio Renato Brasil (marciob@eletronuclear.gov.br) para confirmação de presença. Cada empresa receberá um Atestado da Visita após a sua conclusão. Uma cópia do Atestado deverá ser apresentada com a documentação relativa à PROPOSTA, conforme item 1.32.2, SEÇÃO II deste EDITAL.
- 2.2.3 As solicitações de agendamento devem ser enviadas com, no mínimo, dois dias úteis de antecedência em relação à data pretendida da visita. Não haverá visita técnica nos finais de semana e feriados.
- 2.2.4 As visitas poderão ser realizadas de segunda à sexta, de 10h às 15h. Não será permitida a visita simultânea de duas ou mais empresas.
- 2.2.5 Desde que devidamente justificada a necessidade, e a depender de aprovação prévia da ELETRONUCLEAR, a mesma LICITANTE poderá realizar uma segunda visita técnica, ressalvadas as restrições acima descritas. Não serão permitidas mais do que duas visitas pela mesma LICITANTE.
- 2.2.6 O LICITANTE que não desejar efetuar a visita aos locais de prestação dos SERVIÇOS deverá apresentar junto com sua PROPOSTA, declaração manifestando seu entendimento pela não necessidade da mesma e pleno conhecimento das condições locais e de execução dos SERVIÇOS.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

---

**3 OBSERVAÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 3.1 As condições específicas e detalhadas da contratação encontram-se descritas na SEÇÃO IV – MINUTA DE CONTRATO deste EDITAL, e demais documentos deste PREGÃO, os quais deverão ser a base da PROPOSTA do LICITANTE.
- 3.2 Caberá ao LICITANTE que vier a ser CONTRATADO, a exclusiva responsabilidade pela perfeita execução dos SERVIÇOS de acordo com as obrigações legais, regulamentares e contratuais, bem como aquelas que não foram explicitamente mencionadas, mas que se façam necessárias à sua perfeita execução.

**4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 4.1 Os LICITANTES cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a PROPOSTA com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2 No cadastramento da PROPOSTA inicial, o LICITANTE declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.2.1 está ciente e concorda com as condições contidas no EDITAL e seus anexos, bem como de que a PROPOSTA apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de HABILITAÇÃO definidos no instrumento convocatório;
- 4.2.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.2.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.2.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.3 O LICITANTE enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.3.1 na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.4 Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a PROPOSTA até a abertura da sessão pública.

- 4.5 Não haverá ordem de classificação na etapa de cadastramento da PROPOSTA pelo LICITANTE, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.6 Os documentos que compõem a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO do LICITANTE melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 4.7 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da PROPOSTA e obedecerá às seguintes regras:
- 4.7.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, considerando o intervalo definido no subitem 1.11, SEÇÃO II deste EDITAL; e
- 4.7.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.8 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 4.9 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.8 possuirá caráter sigiloso para os demais FORNECEDORES e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.10 Caberá ao LICITANTE interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.11 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de HABILITAÇÃO e à PROPOSTA sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na legislação pertinente.

## **5 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

- 5.1 Se, após exame do EDITAL, o LICITANTE tiver qualquer dúvida, poderá consultar a ELETRONUCLEAR, exclusivamente por meio eletrônico, no seguinte endereço eletrônico: [pregao\\_servicos@eletronuclear.gov.br](mailto:pregao_servicos@eletronuclear.gov.br).
- 5.2 Na consulta, deverá estar indicado o número desta licitação e o seu objeto, devendo a mesma ser recebida pela ELETRONUCLEAR no prazo de até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

- 5.3 Até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, LICITANTE e cidadãos podem impugnar o EDITAL, sendo realizada de forma eletrônica, pelo endereço eletrônico [pregao\\_servicos@eletronuclear.gov.br](mailto:pregao_servicos@eletronuclear.gov.br).
- 5.4 Os esclarecimentos emitidos, assim como quando a ELETRONUCLEAR vier a acatar a impugnação estes serão disponibilizados no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), sem identificar a fonte que solicitou.
- 5.5 É de responsabilidade do LICITANTE manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações e/ou esclarecimentos sobre o EDITAL, através de consulta permanente ao sítio acima indicado, não cabendo à ELETRONUCLEAR a responsabilidade pela não observância desse procedimento.
- 5.6 Não deverão ser considerados, pelos LICITANTES, na formulação de suas PROPOSTAS, quaisquer esclarecimentos e/ou informações obtidos de forma diferente da estabelecida acima.
- 5.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, devendo o acesso ser solicitado através do e-mail [pregao\\_servicos@eletronuclear.gov.br](mailto:pregao_servicos@eletronuclear.gov.br). De acordo com o Artigo 34 da lei 13.303/16, o orçamento será sigiloso.

## **6 CREDENCIAMENTO**

- 6.1 Os LICITANTES interessados em participar do certame licitatório deverão ser credenciados perante o provedor do sistema eletrônico no seguinte sítio: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

## **7 RESPONSABILIDADE DOS LICITANTES**

- 7.1 Responder por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras todas as suas PROPOSTAS e lances.
- 7.2 Responder pela veracidade e exatidão de todos os SERVIÇOS a serem executados. Caso os SERVIÇOS venham a ser prestados em desacordo com as especificações definidas no EDITAL, o LICITANTE assumirá todas as responsabilidades civis e criminais daí decorrentes, inclusive danos e prejuízos causados a ELETRONUCLEAR e a terceiros.
- 7.3 Acompanhar as operações no sistema, sendo responsável pela perda de negócios em decorrência do não cumprimento dos prazos ou quaisquer outros avisos emitidos no sistema Portal de Compras do Governo Federal – Compras Governamentais e não observados pela falta de acompanhamento, inclusive de sua desconexão do sistema.
- 7.4 Todos os horários estabelecidos no(s) Aviso(s) e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 7.5 O uso da senha de acesso pelo LICITANTE é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à ELETRONUCLEAR, promotor da LICITAÇÃO, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

- 7.6 Comunicar formal e imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

## **SEÇÃO II**

### **ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

1. PARTICIPAÇÃO E PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO
2. CRITÉRIOS DE ANÁLISE E JULGAMENTO
3. RECURSOS
4. AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE
5. ASSINATURA DO CONTRATO
6. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
7. DISPOSIÇÕES GERAIS

---

**1 PARTICIPAÇÃO E PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO**

- 1.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no Aviso de LICITAÇÃO publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, no site do Compras Governamentais e no site da ELETRONUCLEAR.
- 1.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a PROPOSTA, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 1.3 A participação no PREGÃO, na forma eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado.
- 1.4 O LICITANTE que desejar usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverá atender aos requisitos da referida Lei e manifestar em campo próprio do sistema que é Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).
- 1.5 A participação do LICITANTE no PREGÃO Eletrônico implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 1.6 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os LICITANTES.
- 1.7 Iniciada a etapa competitiva, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 1.8 O lance deverá ser ofertado pelo Valor Total Geral, conforme planilha da SEÇÃO V do Edital.
- 1.9 O LICITANTE somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 1.10 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 1.11 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à PROPOSTA que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**.
- 1.12 O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 1.13 Durante a sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor de menor lance registrado. O sistema não identificará o autor do lance aos demais participantes.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

- 1.14 Será adotado para o envio de lances no PREGÃO eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 1.15 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 1.16 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 1.17 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 1.18 Definida a melhor PROPOSTA, se a diferença em relação à PROPOSTA classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 1.19 Após o reinício previsto no item supra, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 1.20 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 1.21 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.
- 1.22 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 1.23 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua PROPOSTA.
- 1.24 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 1.24.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

- 1.24.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 1.24.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 1.24.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 1.25 O disposto no item 1.24.1 acima somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 1.26 Só poderá haver empate entre PROPOSTAS iguais (não seguidas de lances).
- 1.26.1 Havendo eventual empate entre PROPOSTAS ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 1.26.1.1 disputa final, hipótese em que os LICITANTES empatados poderão apresentar nova PROPOSTA em ato contínuo à classificação;
- 1.26.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos LICITANTES, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 1.26.1.3 desenvolvimento pelo LICITANTE de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 1.26.1.4 desenvolvimento pelo LICITANTE de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 1.26.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 1.26.2.1 empresas brasileiras;
- 1.26.2.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 1.26.2.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

- 1.26.2.4 Persistindo ainda o empate, sorteio.
- 1.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da PROPOSTA do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo para a contratação, o Pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 1.28 Após encerrada a sessão de lances, será verificada a conformidade entre a PROPOSTA de menor valor total geral e o valor estimado para a contratação.
- 1.29 Não será admitida a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o LICITANTE desistente à penalidade de suspensão temporária de participação em LICITAÇÃO e impedimento de contratar com a EMPRESA e suas subsidiárias, por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com os critérios do artigo 96 do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear, garantido o contraditório e a ampla defesa.
- 1.30 O sistema informará a PROPOSTA de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances.
- 1.31 O Pregoeiro, então, solicitará ao LICITANTE melhor classificado que, no prazo de 02 horas, prorrogáveis por igual período, envie a PROPOSTA adequada ao último lance ofertado e documentos complementares (conforme item 1.32 abaixo) e documentação de habilitação conforme SEÇÃO III – HABILITAÇÃO do EDITAL, anexada em local apropriado no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Em caso de falha no procedimento de inserção da documentação no referido sítio eletrônico, esta poderá ser, então, encaminhada para o e-mail [pregao\\_servicos@eletronuclear.gov.br](mailto:pregao_servicos@eletronuclear.gov.br).
- 1.31.1 O não atendimento no prazo estipulado, acarretará na desclassificação da PROPOSTA, ficando o LICITANTE sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, à penalidade de suspensão temporária de participação em LICITAÇÃO e impedimento de contratar com a EMPRESA e suas subsidiárias, por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com os critérios do artigo 96 do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear.
- 1.32 A PROPOSTA deverá conter o(s) seguinte(s) documento(s) complementar(es):
- 1.32.1 Formulário de Planilha de Preços, conforme modelo constante da SEÇÃO V deste EDITAL.
- 1.32.2 Atestado de Visita, expedido pela ELETRONUCLEAR, conforme item 2.2 da SEÇÃO I deste EDITAL caso o LICITANTE tenha realizado a visita, ou Declaração de possuir pleno conhecimento das condições locais para a execução do objeto e atendimento técnico ao Edital, caso não tenha realizado a visita.
- 1.32.3 Em caso de empresas reunidas em consórcio, apresentar Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, conforme ANEXO D deste Edital.
- 1.33 Declarada encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, conforme disposições deste EDITAL, decidindo motivadamente a respeito.
- 1.34 Em caso de discrepância entre os dados preenchidos no formulário da Planilha de Preços,

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

conforme item 1.32.1 acima, e aqueles contidos em outra PARTE da PROPOSTA, prevalecerão os primeiros.

- 1.34.1 As PROPOSTAS deverão fazer menção ao número deste PREGÃO contendo a razão social da LICITANTE, o CNPJ, número(s) de telefone(s), correio eletrônico, endereço, CEP, indicação do Banco, a agência com respectivos códigos e o número da conta para efeito de emissão de instrumento contratual e posterior pagamento.
- 1.35 A ELETRONUCLEAR poderá, a qualquer tempo, solicitar a composição detalhada dos preços apresentados na PROPOSTA.
- 1.35.1 O LICITANTE que optar pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS deverá discriminar na planilha de custos e formação de preços as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições
- 1.35.2 Para a comprovação das alíquotas médias efetivas, o LICITANTE deverá apresentar a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro meio hábil, em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.
- 1.36 O preenchimento da PROPOSTA é de exclusiva responsabilidade do LICITANTE, não cabendo à ELETRONUCLEAR ou ao Compras Governamentais qualquer responsabilidade.
- 1.37 A PROPOSTA deverá ser válida pelo prazo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data fixada para sua abertura.

## **2 CRITÉRIOS DE ANÁLISE E JULGAMENTO**

- 2.1 Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL**, observado o prazo de execução dos SERVIÇOS e demais condições comerciais e técnicas estabelecidas neste EDITAL e na legislação pertinente.
- 2.1.1 O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da PROPOSTA primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.
- 2.1.2 O Pregoeiro deverá avaliar se a PROPOSTA do LICITANTE vencedor da etapa de lances atende às especificações técnicas, demais documentos e formalidades exigidas no EDITAL, sob pena de desclassificação, podendo ser subsidiado pela unidade de gestão técnica no que se referir ao atendimento das questões técnicas relacionadas ao objeto da LICITAÇÃO ou de documentos com informações de ordem técnica que podem impactar a sua execução.
- 2.1.3 O Pregoeiro deverá negociar com o LICITANTE autor da melhor PROPOSTA condições mais vantajosas, que poderão abranger os diversos aspectos da PROPOSTA, desde preço, prazos de pagamento e de entrega, sem que lhe caiba, a pretexto da negociação, relativizar ou atenuar as exigências e condições estabelecidas no EDITAL e nos seus documentos anexos.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

- 2.1.4 A negociação deve ser motivada pelo Pregoeiro e, quando envolver aspectos técnicos, pelo gestor da unidade técnica.
- 2.1.5 O VALOR TOTAL GERAL da PROPOSTA, após a negociação, não poderá superar o orçamento estimado pela ELETRONUCLEAR, sob pena de desclassificação do LICITANTE.
- 2.1.6 Os custos unitários dos itens materialmente relevantes das PROPOSTAS não podem exceder os custos unitários estabelecidos no orçamento da ELETRONUCLEAR, observadas as seguintes condições:
- 2.1.6.1 são considerados itens materialmente relevantes aqueles de maior impacto no valor total da PROPOSTA e que, somados, representem pelo menos 80% (oitenta por cento) do valor total do orçamento estimado ou que sejam considerados essenciais à funcionalidade da obra ou do serviço; e
- 2.1.6.2 em situações especiais, devidamente comprovadas pelo LICITANTE em relatório técnico, podem ser aceitos custos unitários superiores àqueles constantes do orçamento estimado em relação aos itens materialmente relevantes.
- 2.1.6.3 o relatório técnico, apresentado pelo LICITANTE, deve ser avaliado pelo agente de LICITAÇÃO, podendo este ser subsidiado pela unidade de gestão técnica, e caso rejeitado, a PROPOSTA do LICITANTE deve ser desclassificada, salvo se o LICITANTE apresentar nova PROPOSTA, com adequação dos custos unitários sem majoração do valor global da PROPOSTA.
- 2.1.7 A negociação deverá ser feita com os demais LICITANTES, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.
- 2.1.8 Se depois de adotada a providência referida no subitem acima não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a LICITAÇÃO.
- 2.1.9 O Pregoeiro poderá desclassificar as PROPOSTAS que apresentem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.
- 2.1.10 A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracterizará motivo suficiente para a desclassificação da PROPOSTA.
- 2.1.11 A análise de exequibilidade da PROPOSTA não deverá considerar materiais e instalações a serem fornecidos pelo LICITANTE em relação aos quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na PROPOSTA.
- 2.1.12 O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade ou qualquer outro aspecto da PROPOSTA.
- 2.1.13 O Pregoeiro poderá exigir do LICITANTE a demonstração da exequibilidade da sua

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

PROPOSTA, cabendo-lhe, conforme o caso, verificar ou requisitar que lhe sejam apresentados os subsídios necessários, conforme item 13 do Art. 62 do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear.

- 2.1.14 O cálculo para aferir a inexecutabilidade de proposta em licitações de obras e serviços de engenharia previsto no § 3º do Artigo 56 da Lei n. 13.303/2016 gera presunção relativa, pelo que o licitante cuja proposta encontrar-se abaixo dos percentuais estabelecidos no referido dispositivo tem a prerrogativa de comprovar a executabilidade de sua proposta.
- 2.1.15 Qualquer LICITANTE poderá requerer motivadamente que se realizem diligências para aferir a executabilidade e a legalidade das PROPOSTAS, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 2.1.16 Os valores ajustados da PROPOSTA não deverão possuir mais de duas casas decimais após a vírgula. Caso isto ocorra, o Pregoeiro estará autorizado a efetuar o arredondamento a menor, no valor unitário.
- 2.2 O Pregoeiro verificará a efetividade dos lances ou PROPOSTAS, desclassificando, em decisão motivada, apenas as PROPOSTAS que contenham vícios insanáveis.
- 2.3 São vícios sanáveis, entre outros, os defeitos materiais atinentes à descrição do objeto da PROPOSTA e suas especificações técnicas, incluindo aspectos relacionados à execução do objeto, às formalidades, aos requisitos de representação, às planilhas de composição de preços, à inexecutabilidade e, de modo geral, aos documentos de conteúdo declaratório sobre situações pré-existentes, desde que não alterem a substância da PROPOSTA.
- 2.4 O Pregoeiro não permitirá o saneamento de defeitos em PROPOSTAS apresentadas com má-fé ou intenção desonesta, como aqueles contaminados por falsidade material ou intelectual ou que tentem induzir o Pregoeiro a erro.
- 2.5 O Pregoeiro concederá prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para que o LICITANTE corrija os defeitos de sua PROPOSTA, indicando expressamente quais aspectos da PROPOSTA ou documentos apresentados junto à PROPOSTA devem ser corrigidos ou supridos.
- 2.6 A correção dos defeitos sanáveis não autoriza alteração do valor final da PROPOSTA, exceto para oferecer preço mais vantajoso para a ELETRONUCLEAR.
- 2.7 Se a PROPOSTA não for corrigida de modo adequado, o Pregoeiro dispõe de competência discricionária para decidir pela concessão de novo prazo para novas correções.
- 2.8 Caso o LICITANTE não atenda ao solicitado nos itens 2.5 e 2.7, no prazo estipulado, terá a sua PROPOSTA desclassificada e estará sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, à penalidade de suspensão temporária de participação em LICITAÇÃO e impedimento de contratar com a ELETRONUCLEAR, por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com os critérios do artigo 96 do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear.
- 2.9 Se a PROPOSTA não for aceitável ou se o LICITANTE não atender às exigências

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

habilitatórias, o Pregoeiro solicitará a PROPOSTA subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma PROPOSTA que atenda ao EDITAL.

- 2.10 Constatado o atendimento às exigências fixadas no EDITAL, será declarado o LICITANTE vencedor.
- 2.11 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata circunstanciada divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade, previstas na legislação pertinente.
- 2.12 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no presente EDITAL.
- 2.13 Na avaliação das PROPOSTAS não serão considerados itens recomendados pelos LICITANTES.

### **3 RECURSOS**

- 3.1 Declarado o vencedor, após a aceitação da PROPOSTA e da HABILITAÇÃO, qualquer LICITANTE poderá, de forma imediata, manifestar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, durante a sessão pública. Caso aceita, lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais LICITANTES, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 3.2 A falta de manifestação imediata do LICITANTE quanto à intenção de recorrer, nos termos acima, importará na decadência desse direito, ficando a Autoridade Competente autorizada a adjudicar o objeto ao LICITANTE declarado vencedor.
- 3.3 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

### **4 AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE**

- 4.1 O LICITANTE vencedor, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear, será submetido à Avaliação de Integridade antes do processo licitatório ser encaminhado para a homologação por parte da Autoridade Competente, gestor ou agente responsável.
- 4.2 A Avaliação de Integridade é realizada com base no formulário de due diligence e no background check, cujo resultado é expresso pela classificação do risco de integridade dos PRESTADORES DE SERVIÇO, que pode variar entre muito alto, alto, médio e baixo. Desta forma, o PRESTADOR deverá preencher o FORMULÁRIO DE DUE DILIGENCE, acessando o link <https://espacofornecedor.eletronuclear.gov.br> e assinar a DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE, ANEXO "B" deste EDITAL. Caso o fornecedor seja classificado com o risco de

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

integridade alto ou muito alto, este deve assinar a DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE – FORNECEDOR DE RISCO ALTO E MUITO ALTO, ANEXO “C” deste EDITAL.

- 4.3 O formulário de due diligence é um questionário com a finalidade de identificar a classificação de risco do fornecedor, por meio da análise das práticas de governança adotadas pelo FORNECEDOR, para prevenção e combate à fraude e corrupção, incluindo o seu histórico, o relacionamento com agentes públicos, terceiros, etc.
- 4.4 O background check é realizado por meio de uma ferramenta de busca em banco de dados públicos e privados para levantamento do histórico empresarial do LICITANTE e dos seus sócios/administradores, incluindo registros desabonadores, subsidiando a avaliação de integridade. A pesquisa também poderá ser realizada por outros meios, ou mesmo por intermédio de terceiros, desde que idônea a fonte da informação.
- 4.5 O LICITANTE estará sujeito a prestar esclarecimentos adicionais quando necessário, a fim de consubstanciar os dados preenchidos no formulário de due diligence ou apresentar justificativas, com documentos, para situações identificadas no background check. A recusa em prestar tais informações resultará na desclassificação do LICITANTE.
- 4.6 Nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear, a Avaliação de Integridade consistirá em:
- a) reunir informações sobre o LICITANTE que pretende ser contratado, bem como sobre seus representantes, incluindo sócios e administradores, de modo a certificar-se de que não há situações impeditivas à contratação;
  - b) determinar o grau de risco do CONTRATO, para realizar a supervisão adequada;
  - c) realizar análise circunstanciada dos LICITANTES, das PROPOSTAS e das possíveis alterações contratuais, bem como a verificação das cláusulas contidas nos EDITAIS, a fim de obstar direcionamento, conluio, fracionamento do objeto ou jogo de planilhas, dentre outros tipos de irregularidades;
  - d) recomendar à Autoridade Competente a homologação ou não homologação da LICITAÇÃO e a tomada de outras providências consideradas adequadas, como anulação parcial da LICITAÇÃO, desclassificação ou inabilitação de LICITANTE e instauração de processos administrativos disciplinares.

## **5 ASSINATURA DO CONTRATO**

- 5.1 Após a homologação do Pregão, o adjudicatário será convocado para que assine digitalmente o CONTRATO dentro de até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contados da data do recebimento da notificação.
- 5.2 A recusa do LICITANTE vencedor em assinar o CONTRATO, no prazo fixado no subitem 5.1, caracterizará inadimplência das obrigações decorrentes desta LICITAÇÃO, sujeitando-o às penalidades previstas neste EDITAL e na legislação vigente.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

- 5.3 Ocorrendo essa hipótese, o Pregoeiro poderá convocar outro LICITANTE e procederá ao exame da sua PROPOSTA, bem como da sua HABILITAÇÃO, segundo a ordem da classificação, até que uma PROPOSTA atenda, integralmente, ao EDITAL, sendo o seu autor declarado vencedor e convocado para assinar o CONTRATO.
- 5.4 A ELETRONUCLEAR somente assinará o CONTRATO com o LICITANTE vencedor que não esteja incluído no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), e que estiver com as provas de regularidade relativa aos débitos fiscais federais, através da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa emitida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria da Fazenda Nacional, ao Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF), atualizadas à época da assinatura.
- 5.5 O CONTRATO a ser firmado seguirá o modelo contido na SEÇÃO IV – MINUTA DE CONTRATO.

## **6 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 6.1 Os LICITANTES estão sujeitos, garantido o contraditório e a ampla defesa, à penalidade de suspensão temporária de participação em LICITAÇÃO e impedimento de contratar com a ELETRONUCLEAR, por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com os critérios do artigo 96 do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear.

## **7 DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 7.1 O presente EDITAL e seus anexos, bem como a PROPOSTA do LICITANTE vencedor, farão parte integrante do CONTRATO, independentemente de transcrição e/ou anexação.
- 7.2 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da LICITAÇÃO, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 7.3 Os LICITANTES são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da LICITAÇÃO.
- 7.4 Após a apresentação da PROPOSTA, não caberá desistência, salvo se por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 7.5 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 7.6 As normas que disciplinam este PREGÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não seja comprometida a segurança do futuro CONTRATO.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

- 7.7 Aos casos omissos, aplicam-se as demais condições constantes da legislação citada no subitem 1.1 da SEÇÃO I deste EDITAL.
- 7.8 No curso da presente LICITAÇÃO, assim como no CONTRATO que for celebrado em sua decorrência, é vedado à ELETRONUCLEAR e ao LICITANTE e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu: (i) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada; (ii) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo deste procedimento licitatório público; (iii) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; (iv) afastar ou procurar afastar LICITANTE, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; (v) fraudar esta LICITAÇÃO pública ou o CONTRATO dela decorrente; ou (vi) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar desta LICITAÇÃO pública ou celebrar o CONTRATO decorrente; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 11.129/2022 (conforme alterado), ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente certame ou com o CONTRATO dele decorrente.

### **SEÇÃO III**

#### **HABILITAÇÃO**

1. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
2. INFORMAÇÃO SOBRE FATO SUPERVENIENTE

---

**1 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

1.1 Os LICITANTES deverão apresentar para a HABILITAÇÃO:

1.1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.1.2 em se tratando de Sociedades Empresárias ou Sociedade Limitada Unipessoal, ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento que comprova os poderes de seus representantes;

1.1.3 decreto de autorização, devidamente arquivado, quando se tratar de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, com procurador residente domiciliado no País, conforme Parágrafo Único do artigo 16 do Decreto n. 3.555/2000, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

1.1.4 no caso de sociedades simples, inscrição do ato constitutivo em cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação de seus administradores;

1.1.5 atestado de Capacidade Técnica Operacional em nome da empresa LICITANTE, concedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que tenha prestado serviço compatível com o objeto ora licitado, entendendo-se como compatível:

I) serviços de leitura de inclinômetros, em que tenham sido executadas, no mínimo, 20 leituras, sendo admitida a soma de atestados para atingir a quantidade mínima exigida; e

II) leitura topográfica de 20 marcos superficiais, sendo permitida a soma de atestados para atingir a quantidade mínima exigida;

1.1.5.1 Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão dos contratos a que se referem.

1.1.6 Registro ou inscrição da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, dentro do prazo de validade, consignado a licença e autorização para o desempenho de atividades;

1.1.7 Comprovação de possuir vínculo com profissional detentor de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) que comprove a execução dos serviços e quantidades descritas nos itens anteriores, conforme o caso, admitindo-se contrato social, estatuto social ou documento constitutivo, ata de eleição de diretores, carteira de trabalho, contrato ou declaração de contratação futura do profissional, acompanhada da anuência deste, incluindo toda a documentação vinculada à respectiva ART (Certidão de Acervos Técnicos e Atestados, devidamente registrados no CREA);

1.1.8 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social,

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

exigíveis na forma da lei, comprovando:

- 1.1.8.1 índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC), e solvência geral (SG) superiores a 1 (um), que deverão ser calculados da seguinte forma:
- LG = ativo circulante + realizável a longo prazo / passivo circulante + passivo não circulante;  
LC = ativo circulante / passivo circulante;  
SG = ativo total / passivo circulante + passivo não circulante.
- 1.1.8.2 patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor da PROPOSTA do LICITANTE.
- 1.1.8.3 Caso o LICITANTE não atenda a qualquer uma das exigências dispostas nos Itens 1.1.8.1 a 1.1.8.2, poderá apresentar garantia substitutiva em percentual equivalente a 10% (dez por cento) do valor da sua PROPOSTA, que deverá ser devolvida na assinatura do CONTRATO. Nesse caso, o LICITANTE será considerado habilitado, porém a assinatura do instrumento de CONTRATO será condicionada à apresentação de garantia, pelo vencedor, no quádruplo do percentual exigido no CONTRATO.
- 1.1.9 declaração, de forma virtual, através do local próprio do site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), de que a empresa não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores;
- 1.1.10 comprovação de regularidade com o FGTS;
- 1.1.11 comprovação de regularidade com a Seguridade Social;
- 1.1.12 Declaração em nome da empresa LICITANTE de que na sua composição societária e no seu quadro de empregados, inclusive na condição de dirigente e gerente, não há pessoa que possua vínculo empregatício com a ELETRONUCLEAR; e que seus sócios/administradores não possuem relação de parentesco, por consanguinidade ou afim até o 3º grau com membros da Alta Administração, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança ou qualquer empregado que faça parte da área requisitante ou da área de suprimentos (comercial); e que, tendo em vista o disposto no artigo 38, da Lei nº 13.303/16, não está impedida de ser contratada pela ELETRONUCLEAR (ANEXO A deste EDITAL);
- 1.1.13 nos casos de consórcios, cada um dos consorciados deve apresentar a integralidade dos documentos de HABILITAÇÃO exigidos no EDITAL, à exceção dos atestados de capacidade técnica, que podem ser somados;
- 1.1.14 Certidão negativa de feitos sobre falência da sede do LICITANTE;
- 1.1.14.1 Empresa em recuperação judicial deverá apresentar a sentença homologatória do seu plano de recuperação judicial e, apresentar todos os documentos previstos em edital e necessários para comprovar sua saúde econômica e financeira.
- 1.1.15 Poderá participar qualquer pessoa física ou jurídica legalmente estabelecida no País e que atenda às exigências deste EDITAL;

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

- 1.1.16 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente EDITAL e seus anexos;
- 1.1.17 Se o LICITANTE for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;
- 1.1.18 se o LICITANTE for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o LICITANTE tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.
- 1.1.19 Os Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica, assim como documentos regidos por lei especial, podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ da matriz ou da filial da empresa LICITANTE.
- 1.1.20 Será verificada a possível inclusão do LICITANTE no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- 1.1.21 Os LICITANTES somente serão inabilitados em razão de defeitos em seus documentos que sejam insanáveis.
- 1.1.21.1 Consideram-se sanáveis defeitos relacionados a documentos que declaram situações pré-existentis ou concernente aos seus prazos de validade.
- 1.1.21.2 Será concedido o prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para que o LICITANTE corrija os defeitos constatados nos seus DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, apresentando, se for o caso, nova documentação, através de anexação no local próprio do site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Em caso de falha no procedimento de inserção da documentação no referido sítio eletrônico, esta poderá ser, então, encaminhada para o e-mail [pregao\\_servicos@eletronuclear.gov.br](mailto:pregao_servicos@eletronuclear.gov.br).
- 1.1.21.3 Se os defeitos não forem corrigidos de modo adequado, o agente de licitação dispõe de competência discricionária para decidir pela concessão de novo prazo para novas correções.
- 1.1.21.4 Caso o LICITANTE não atenda ao solicitado no item 1.1.21.2 e 1.1.21.3, no prazo estipulado, estará sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, à penalidade de suspensão temporária de participação em LICITAÇÃO e impedimento de contratar com a EMPRESA e suas subsidiárias, por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com os critérios do artigo 96 do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear.
- 1.1.22 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 1.2 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

- 1.3 O LICITANTE cadastrado no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) ficará dispensado de apresentar os documentos exigidos no presente EDITAL e já apresentados por ocasião do cadastramento e que estejam dentro do prazo de validade.

## **2 INFORMAÇÃO SOBRE FATO SUPERVENIENTE**

- 2.1 O LICITANTE fica obrigado, sob as penalidades legais, a informar à ELETRONUCLEAR qualquer circunstância ou fato ocorrido após a apresentação da documentação de habilitação que importe alteração de suas condições de HABILITAÇÃO.

**SEÇÃO IV**  
**MINUTA DE CONTRATO**

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**

**ELETRONUCLEAR S.A.**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE CAMPANHAS  
DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS  
NO ENTORNO DA CENTRAL NUCLEAR ALMIRANTE ÁLVARO ALBERTO**

**CONTRATADA:**

**PREGÃO ELETRÔNICO N° DSE.A /PE – 158/2025**

**VALOR DO CONTRATO: R\$**

**BASE DO PREÇO: XXXX / XXXX**

**RECURSOS FINANCEIROS: ELETRONUCLEAR S.A.**

**CONTA RAZÃO N°.: 8121000001**

**ELEMENTO PEP N°.: EB.3512.01**

## ÍNDICE

CLÁUSULA 1 <sup>a</sup>	OBJETO.....	3
CLÁUSULA 2 <sup>a</sup>	DOCUMENTOS CONTRATUAIS.....	3
CLÁUSULA 3 <sup>a</sup>	ESCOPO DOS SERVIÇOS .....	4
CLÁUSULA 4 <sup>a</sup>	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	4
CLÁUSULA 5 <sup>a</sup>	OBRIGAÇÕES DA ELETRONUCLEAR.....	7
CLÁUSULA 6 <sup>a</sup>	REPRESENTANTE DA CONTRATADA.....	8
CLÁUSULA 7 <sup>a</sup>	REPRESENTANTE DA ELETRONUCLEAR.....	8
CLÁUSULA 8 <sup>a</sup>	PREÇOS .....	9
CLÁUSULA 9 <sup>a</sup>	REAJUSTAMENTO DE PREÇOS .....	9
CLÁUSULA 10	CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO .....	10
CLÁUSULA 11	DEDUÇÕES E COMPENSAÇÕES .....	13
CLÁUSULA 12	GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO .....	13
CLÁUSULA 13	SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E DAÇÃO EM GARANTIA.....	14
CLÁUSULA 14	CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR.....	14
CLÁUSULA 15	INADIMPLEMENTO DA CONTRATADA.....	14
CLÁUSULA 16	RESCISÃO .....	15
CLÁUSULA 17	CONSEQUÊNCIAS DA RESCISÃO.....	15
CLÁUSULA 18	PENALIDADES.....	16
CLÁUSULA 19	ATOS LESIVOS À ELETRONUCLEAR .....	17
CLÁUSULA 20	RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA .....	17
CLÁUSULA 21	TRIBUTOS .....	19
CLÁUSULA 22	CONFIDENCIALIDADE .....	19
CLÁUSULA 23	PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA .....	20
CLÁUSULA 24	VALOR DO CONTRATO .....	20
CLÁUSULA 25	TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA E MÚTUA QUITAÇÃO .....	20
CLÁUSULA 26	NOVAÇÃO .....	21
CLÁUSULA 27	CONFORMIDADE .....	21
CLÁUSULA 28	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	23
CLÁUSULA 29	MATRIZ DE RISCO .....	24
CLÁUSULA 30	FORO.....	24
ANEXO A	PLANILHA DE PREÇOS .....	1
ANEXO B	GARANTIAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO .....	1
ANEXO C	NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO - NMS.....	1
ANEXO D	TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA E MÚTUA QUITAÇÃO.....	1
ANEXO E	TERMO DE AUTORIZAÇÃO REFERENTE À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD .....	1
ANEXO F	ENGENHARIA DE SEGURANÇA INDUSTRIAL.....	1
ANEXO G	CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO.....	1
ANEXO H	MATRIZ DE RISCO .....	1
ANEXO I	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA.....	1

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

**CONTRATO QUE, ENTRE SI, FAZEM ELETRONUCLEAR S.A. E (NOME DA CONTRATADA)**

ELETRONUCLEAR S.A., com sede na rua Candelária nº. 65, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal do Brasil sob o nº. 42.540.211/0001-67, e na Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 84.781.533, doravante denominada ELETRONUCLEAR, de um lado, e [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA CONTRATADA] com sede na [indicar endereço completo, telefone e e-mail], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal do Brasil sob o nº [INFORMAR Nº CNPJ] doravante denominada CONTRATADA, de outro lado, denominadas conjuntamente como PARTES, neste ato, representadas pelos seus Diretores ou Procuradores devidamente identificados e na forma da lei autorizados, que "in fine" assinam.

CONSIDERANDO que a CONTRATADA foi sagrada vencedora do Pregão Eletrônico nº. DSE.A/PE – 158/2025.

CONSIDERANDO que a contratação foi homologada pela autoridade competente no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

As PARTES têm entre si ajustado o presente CONTRATO, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

**CLÁUSULA 1ª OBJETO**

- 1.1 Constitui OBJETO deste CONTRATO a prestação, pela CONTRATADA, sob o regime de empreitada por preço unitário, dos SERVIÇOS de monitoração geotécnica por meio de campanhas de leituras de inclinometria e de levantamento topográfico em encostas no entorno da CNAAA doravante denominado SERVIÇOS, em conformidade com os termos e condições nele estipulados.
- 1.2 Este CONTRATO será regido pelo disposto na Lei nº. 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear, que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: [https://www.eletronuclear.gov.br/Canais-de-Negocios/Licitacoes/Documents/Regulamento de Licita%C3%A7%C3%B5es e Contratos.pdf](https://www.eletronuclear.gov.br/Canais-de-Negocios/Licitacoes/Documents/Regulamento%20de%20Licita%C3%A7%C3%B5es%20e%20Contratos.pdf), Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e posteriores alterações, sendo os casos omissos dirimidos pela ELETRONUCLEAR, observada a legislação vigente.

**CLÁUSULA 2ª DOCUMENTOS CONTRATUAIS**

- 2.1 Este CONTRATO será regido pelas cláusulas e condições aqui estipuladas e pelo disposto nos documentos a seguir, que são de pleno conhecimento das PARTES e constituem PARTE integrante deste instrumento, independentemente de anexação:
  - a) EDITAL do Pregão nº. DSE.A/PE – 158/2025 e seus anexos, bem como toda correspondência emitida pela ELETRONUCLEAR para esclarecimento ou alteração do mesmo.
  - b) PROPOSTA da CONTRATADA, referência, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

- 2.2 Os documentos relacionados nesta CLÁUSULA são considerados pelas PARTES completos e suficientes para definirem o objeto deste CONTRATO.
- 2.3 Ocorrendo divergência entre os termos deste CONTRATO e qualquer dos documentos mencionados nesta CLÁUSULA ou desses últimos entre si, prevalecerá sempre o CONTRATO e depois os referidos documentos na ordem em que se encontram listados no item 2.1 acima.
- 2.4 A CONTRATADA não poderá se eximir de suas responsabilidades contratuais, e nem pleitear prorrogação de prazos ou revisão de preços e/ou das condições aqui ajustadas, em virtude de erros, omissões e/ou sob alegação de desconhecimento de atos ou fatos que vierem a ser por ela verificados posteriormente à assinatura deste CONTRATO.
- 2.5 Qualquer alteração deste CONTRATO somente será considerada quando feita através de ADITAMENTO, assinado pelas PARTES, ressalvando-se as hipóteses elencadas no § 7º do artigo 81 da Lei nº. 13.303/16, bem como no item 2, do artigo 94 do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear, que permitem a formalização por simples apostilamento.

### **CLÁUSULA 3ª ESCOPO DOS SERVIÇOS**

- 3.1 O ESCOPO deste CONTRATO é constituído de SERVIÇOS de:
- 3.1.1 execução de campanhas de leituras de pinos e marcos superficiais;
- 3.1.2 execução de campanhas de leituras de inclinômetros;
- 3.1.3 recuperação de pinos e marcos superficiais danificados do molhe de proteção;
- 3.1.4 pintura demarcatória da numeração dos marcos e pinos do molhe de proteção; e
- 3.1.5 elaboração de relatórios técnicos das campanhas de leituras realizadas.
- 3.2 A descrição detalhada dos serviços, as orientações para sua execução, os locais em que os serviços serão realizados e todas as demais informações estão apresentadas no ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA.

### **CLÁUSULA 4ª OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 4.1 Além de assumir, de forma irrevogável e sem ressalvas, a integral responsabilidade pela execução deste CONTRATO, de acordo com as obrigações legais, técnicas e contratuais, a CONTRATADA deverá:
- 4.1.1 manter, durante toda a execução deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de HABILITAÇÃO e qualificação exigidas na LICITAÇÃO;
- 4.1.2 prestar à ELETRONUCLEAR quaisquer esclarecimentos relacionados a este CONTRATO;
- 4.1.3 abster-se de alterar, sem autorização expressa da ELETRONUCLEAR, as condições que

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

durante a execução deste CONTRATO tenham por ela sido aprovadas, sob pena de ser considerada inadimplente e sujeita às penalidades cabíveis;

- 4.1.4 facilitar o pleno exercício das funções do representante da ELETRONUCLEAR;
- 4.1.5 permitir que a ELETRONUCLEAR, a qualquer tempo, vistorie as instalações, equipamentos, máquinas, ferramentas e materiais utilizados na execução deste CONTRATO;
- 4.1.6 manter, em boa ordem e devidamente atualizado, arquivo completo da documentação relacionada a este CONTRATO;
- 4.1.7 disponibilizar à ELETRONUCLEAR toda documentação relacionada à execução deste CONTRATO, de modo a poder verificar o fiel cumprimento das suas obrigações contratuais, acatando e implementando as recomendações daí oriundas;
- 4.1.8 responder pela guarda e conservação de qualquer material e/ou documento de propriedade da ELETRONUCLEAR, relacionados a este CONTRATO;
- 4.1.9 executar todas as atividades pertinentes a este CONTRATO através de profissionais especializados, com rigorosa observância aos conceitos técnicos estabelecidos nos documentos contratuais e tudo mais que for necessário ao perfeito cumprimento deste CONTRATO;
- 4.1.10 cumprir o disposto na legislação trabalhista e nas normas regulamentadoras NR relativas à segurança e medicina do trabalho, na legislação ordinária federal, estadual e municipal, aplicáveis ao objeto deste CONTRATO, bem como nos acordos e convenções coletivas de trabalho das categorias profissionais envolvidas;
- 4.1.11 ingressar na Justiça do Trabalho nos processos relativos a reclamações trabalhistas de seus empregados e ex-empregados, nas quais a ELETRONUCLEAR estiver, porventura, arrolada, bem como comparecer em juízo nas ações trabalhistas ajuizadas por seus empregados, defendendo-se judicialmente, reconhecendo e provando perante a Justiça do Trabalho sua condição de empregadora, arcando, inclusive, com todos os custos e ônus decorrentes de uma eventual condenação em quaisquer instâncias;
- 4.1.12 isentar a ELETRONUCLEAR de todas as reclamações, reivindicações e ou ações referentes, direta ou indiretamente, à execução deste CONTRATO, resultantes de seus atos e/ou omissões;
- 4.1.13 não alocar neste CONTRATO ex-empregado da ELETRONUCLEAR, salvo decorrido o prazo de 06 (seis) meses após o seu desligamento, ou que possuam condenações na esfera criminal, civil, ou que estejam respondendo processos que tramitam em corte de contas (TCU), em razão de atos lesivos à ELETRONUCLEAR;
- 4.1.14 não alocar neste CONTRATO familiares até o 3º grau de empregados da ELETRONUCLEAR que sejam ocupantes de cargos em comissão ou função de confiança, fiscais do CONTRATO relacionados diretamente a esta contratação e aos membros da Alta Administração;
- 4.1.15 realizar os treinamentos de integridade do pessoal alocado neste CONTRATO, sempre que

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

oferecido pela ELETRONUCLEAR;

- 4.1.16 administrar o CONTRATO e executar os serviços nos prazos e condições fixados, de acordo com as regras comprovadas de boa técnica, utilizando para tal fim toda a experiência e conhecimentos próprios, empregando mão de obra qualificada, equipamentos e materiais condizentes com a natureza, complexidade, exatidão e qualidade técnica requerida para a realização das atividades;
- 4.1.17 responsabilizar-se pelos equipamentos e tudo mais que for de sua propriedade ou estiver locado sob sua responsabilidade;
- 4.1.18 responsabilizar-se pela logística, movimentação e deslocamento interno e externo das equipes e dos equipamentos;
- 4.1.19 responsabilizar-se pela locação de hospedagem ou contratação de estadia para seus funcionários, caso esta demanda seja necessária para a execução do objeto contratual;
- 4.1.20 prever e prover, caso necessário, o fornecimento de equipamentos sobressalentes – de forma a não interromper a continuidade das campanhas de leitura em curso – caso os que estejam em uso indiquem mau funcionamento ou qualquer outra falha que possa afetar a confiança dos dados lidos;
- 4.1.21 realizar os treinamentos requeridos tanto pela ELETRONUCLEAR quanto pela Concessionária CCR/Rio-SP, já que haverá leituras de inclinômetros e marcos superficiais na faixa de domínio da rodovia BR-101, que está sob concessão e acompanhar o prazo de validade dos mesmos;
- 4.1.22 realizar os exames médicos necessários para o acesso à área controlada radiologicamente, exclusivamente para a equipe que irá trabalhar no interior da instalação da UAS;
- 4.1.23 acatar que o início das atividades na área da UAS está condicionado à obrigatoriedade de realização de exames, participação e aprovação dos funcionários no Treinamento de Empregados em Geral (TEG) – a ser ministrado pela própria ELETRONUCLEAR –, além de uma série de outras ações administrativas necessárias para o acesso à área radiologicamente controlada;
- 4.1.24 providenciar instalação adequada para vivência e alimentação da equipe, caso a opção seja por fazer as refeições no canteiro de obras. De forma semelhante, providenciar instalações para vestiário, sanitários, escritório, almoxarifado e demais instalações, se a CONTRATADA julgar necessárias à realização dos serviços;
- 4.1.25 emitir ART do responsável técnico pelos serviços com a apresentação do documento e comprovante de quitação. Caso haja mudança do responsável técnico durante o transcurso do CONTRATO, a ELETRONUCLEAR deverá ser avisada e a documentação do novo responsável enviada;
- 4.1.26 elaborar e enviar os Boletins de Medição (BM) referentes às quantidades efetivamente executadas, observadas as condições estabelecidas no ANEXO G – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO;
- 4.1.27 enviar previamente à realização das campanhas de leituras, os respectivos certificados de

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

calibração dos equipamentos de leitura que serão efetivamente empregados na respectiva campanha;

- 4.1.28 enviar, para a fiscalização técnica da ELETRONUCLEAR, com dois dias úteis de antecedência, os nomes e documentos dos profissionais que efetivamente trabalharão na campanha considerada, bem como as características do veículo a ser utilizado.

#### **CLÁUSULA 5ª OBRIGAÇÕES DA ELETRONUCLEAR**

- 5.1 Constituem obrigações da ELETRONUCLEAR, além de outras constantes deste CONTRATO:
- 5.1.1 efetuar os pagamentos estabelecidos neste CONTRATO;
  - 5.1.2 recusar qualquer serviço, equipamento, peça ou material que, justificadamente, não atenda ao estabelecido neste CONTRATO;
  - 5.1.3 exigir da CONTRATADA a imediata substituição de qualquer profissional alocado a este CONTRATO, cuja atuação seja considerada, a seu critério, insatisfatória ou inconveniente;
  - 5.1.4 fiscalizar a prestação dos SERVIÇOS ora contratados, sem que daí advenha qualquer redução das obrigações e responsabilidades da CONTRATADA;
  - 5.1.5 cientificar a CONTRATADA de todas as falhas, erros, imperfeições ou irregularidades que encontrar na prestação dos SERVIÇOS;
  - 5.1.6 sustar a execução total ou parcial deste CONTRATO, a qualquer tempo, sempre que a sua execução não estiver de acordo com os requisitos nele estabelecidos;
  - 5.1.7 fornecer à CONTRATADA todos os documentos e informações necessárias à perfeita execução do contrato;
  - 5.1.8 disponibilizar para a CONTRATADA, exclusivamente no caso de frentes de serviço localizadas internamente à área de propriedade da ELETRONUCLEAR, local para colocação de containers/caçambas/caixas da CONTRATADA (excluída vigilância), caso a CONTRATADA manifeste formalmente este interesse;
  - 5.1.9 fazer reuniões periódicas de acompanhamento com a frequência que a fiscalização técnica do CONTRATO considerar adequada à perfeita execução do objeto contratual. À critério exclusivo da ELETRONUCLEAR, as reuniões poderão ser por videoconferência ou presenciais, seja na sede da ELETRONUCLEAR, no centro do Rio de Janeiro, ou na CNAAB, em Angra dos Reis;
  - 5.1.10 orientar a CONTRATADA sobre os treinamentos requeridos, os exames médicos necessários para acesso à área controlada radiologicamente e demais orientações de caráter administrativo;
  - 5.1.11 orientar a CONTRATADA sobre a documentação e trâmites necessários no que se refere aos aspectos de segurança do trabalho;

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

- 5.1.12 avaliar e aprovar os Boletins de Medição (BM) enviados pela CONTRATADA, desde que respeitadas as condições estabelecidas no ANEXO G – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO;
- 5.1.13 disponibilizar sanitário e vestiário, para uso conjunto com outras empresas;
- 5.1.14 indicar local para instalação de canteiro de obras da CONTRATADA, se esta for sua opção, ressalvadas as restrições de disponibilidade de espaço da CNAEA. Desta forma, as instalações de canteiro estarão restritas apenas às áreas que a ELETRONUCLEAR disponibilizar, não havendo garantia de que sejam próximas às frentes de serviço. Os locais destinados para canteiro de obras serão sempre dentro da área de propriedade da ELETRONUCLEAR;
- 5.1.15 indicar, se a CONTRATADA optar pela instalação de canteiro, os pontos para interligação de instalações hidrossanitárias e de energia elétrica para atender exclusivamente o canteiro de obras. A mão de obra e os materiais necessários a estas interligações são de total responsabilidade da CONTRATADA. A ELETRONUCLEAR não disponibilizará instalações hidrossanitárias, pontos de água, de energia elétrica ou de qualquer outra utilidade nas frentes de serviço.

#### **CLÁUSULA 6ª REPRESENTANTE DA CONTRATADA**

- 6.1 A CONTRATADA obriga-se a indicar, por escrito, em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura deste CONTRATO, e manter durante todo o período de sua vigência, um representante investido de plenos poderes, devidamente credenciado a representá-la em todos os atos referentes à execução deste CONTRATO e, em especial, a atuar em nível de decisão, em nome dela, CONTRATADA, em todos os atos referentes à sua execução.
- 6.2 A CONTRATADA credenciará, também, por escrito, um substituto para o seu representante, na hipótese de ocorrer algum impedimento do representante titular.
- 6.3 A CONTRATADA, através do seu representante, deverá facilitar a ação da fiscalização pela ELETRONUCLEAR, fornecendo informações e provendo o acesso à documentação ou aos SERVIÇOS em andamento, atendendo prontamente às observações e exigências por ela apresentadas.

#### **CLÁUSULA 7ª REPRESENTANTE DA ELETRONUCLEAR**

- 7.1 A ELETRONUCLEAR credenciará, em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura deste CONTRATO, um representante e seu substituto, investidos de plenos poderes para, diretamente, exercerem o acompanhamento e a fiscalização deste CONTRATO, sem que daí advinha qualquer redução das obrigações e responsabilidades da CONTRATADA.
- 7.2 O representante terá as seguintes atribuições precípuas:
- 7.2.1 dar à CONTRATADA toda assistência necessária à execução deste CONTRATO;
- 7.2.2 zelar pela estrita obediência às estipulações deste CONTRATO, à documentação a ele anexa, às normas da ELETRONUCLEAR e à melhor técnica consagrada pelo uso para a execução do

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

OBJETO contratado. Na hipótese de alterações absolutamente imprescindíveis, providenciar para que o pedido de Aditamento, acompanhado das devidas justificativas, se faça em tempo hábil, de forma a permitir a análise e a tomada de decisão pelos níveis competentes da ELETRONUCLEAR;

- 7.2.3 atestar a execução dos eventos contratuais, visando à liberação do faturamento ou a aceitação parcial ou final do objeto contratado.
- 7.2.4 anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste CONTRATO, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

#### **CLÁUSULA 8ª PREÇOS**

- 8.1 Pela execução do objeto deste CONTRATO a ELETRONUCLEAR pagará à CONTRATADA os preços constantes da PLANILHA DE PREÇOS – ANEXO A deste CONTRATO, em conformidade com critérios estabelecidos na CLÁUSULA 10 – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO.
- 8.2 Nos preços estão incluídos: impostos, custos diretos e indiretos, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, contribuições fiscais e/ou para fiscais, supervisão, tributos, seguros, despesas financeiras, operacionais e administrativas, lucros e tudo aquilo que for relacionado e/ou necessário à execução deste CONTRATO e que não esteja explicitamente definido como responsabilidade da ELETRONUCLEAR, mesmo que aqui não elencado.

#### **CLÁUSULA 9ª REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

- 9.1 Os preços indicados na CLÁUSULA 8ª – PREÇOS serão reajustados, anualmente, a partir do mês da Proposta da CONTRATADA até a data do adimplemento de cada parcela, com base na seguinte fórmula:
- $R = P_o (F - 1)$ , onde:
- R = Valor do reajuste;
- $P_o$  = Valor da parcela sujeita à reajuste;
- F = Fator de reajuste válido por período de 12 meses;
- $F = A/A_o$ , onde:
- A = índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, relativo ao 12º mês subsequente ao mês da Proposta da CONTRATADA ou para o 12º mês após o último reajustamento.
- $A_o$  = mesmo índice conforme acima, vigentes no mês da Proposta da CONTRATADA.
- 9.2 No caso da extinção do índice constante da fórmula de reajuste, aplicar-se-á aquele que vier a ser fixado pela entidade emissora em sua substituição ou, na ausência deste, aplicar-se-á outro, a ser acordado pelas PARTES.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

- 9.3 No caso de alteração das bases de cálculo do índice constante da fórmula de reajuste, deverá ser acordada pelas PARTES a manutenção do mesmo ou a sua substituição por outro índice de semelhante teor.
- 9.4 Na hipótese de atraso de evento de faturamento por culpa da CONTRATADA, o reajuste de preço obedecerá à data contratualmente prevista para a realização do evento.

## **CLÁUSULA 10 CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO**

### **10.1 FATURAMENTO**

- 10.1.1 A CONTRATADA emitirá os documentos de cobrança mensalmente referentes a este CONTRATO, com base nos preços apresentados na CLÁUSULA 8ª – PREÇOS, através de medições mensais.
- 10.1.2 Os procedimentos e critérios pelos quais serão medidos os SERVIÇOS estão descritos no ANEXO G – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO
- 10.1.3 Os documentos de cobrança, indicando o número deste CONTRATO, o CNPJ e a inscrição estadual da ELETRONUCLEAR, deverão ser emitidos em 1 (uma) via original e 2 (duas) cópias, pelo seu valor básico e pelo valor de reajuste, separadamente, quando aplicável, não sendo admitidos documentos de cobrança que façam referência a diversos CONTRATOS.
- 10.1.4 Os documentos de cobrança deverão, ainda, ser emitidos em inteira conformidade com as exigências legais, principalmente de natureza fiscal, destacando, quando exigível, os percentuais de incidência tributária, em especial, aquele relativo ao INSS (explicitando, em separado, o valor da mão de obra e o montante correspondente à retenção percentual).
- 10.1.4.1 No caso da CONTRATADA estar obrigada a emitir nota fiscal eletrônica de SERVIÇOS por imposição da Legislação Municipal, deverá enviá-la para o seguinte endereço: [sna3sed@eletronuclear.gov.br](mailto:sna3sed@eletronuclear.gov.br).
- 10.1.5 Os demais documentos de cobrança, acompanhados da respectiva documentação comprobatória, bem como toda correspondência comercial referente a este CONTRATO deverão ser endereçados para o seguinte e-mail: [adcona@eletronuclear.gov.br](mailto:adcona@eletronuclear.gov.br).
- 10.1.6 Os documentos de cobrança não terão validade se emitidos antes da ocorrência do evento que autorize o faturamento.
- 10.1.7 O não cumprimento, pela CONTRATADA, do disposto nesta cláusula, no que for aplicável, facultará a ELETRONUCLEAR devolver os documentos de cobrança e a contar um novo prazo de vencimento, a partir do dia da sua reapresentação.
- 10.1.8 O faturamento estará sujeito ao atingimento de um nível mínimo de serviços, conforme discriminado no ANEXO C - NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO – NMS

### **10.2 PAGAMENTOS**

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

- 10.2.1 Os pagamentos, condicionados à certificação técnica do cumprimento do evento gerador de faturamento e à aprovação dos documentos de cobrança pela ELETRONUCLEAR, serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a data final do adimplemento do referido evento. Se o dia do vencimento do prazo cair no sábado, domingo, feriado nacional ou local, o prazo para o pagamento será prorrogado até o primeiro dia útil subsequente.
- 10.2.2 Para que a ELETRONUCLEAR possa cumprir o prazo de pagamento acima, os documentos de cobrança deverão ser entregues à ELETRONUCLEAR até o 5º (quinto) dia útil após o cumprimento do evento gerador de faturamento.
- 10.2.3 Caso a CONTRATADA apresente os documentos de cobrança em desacordo com os subitens 10.1.5 e 10.2.2 acima, o prazo de pagamento definido no subitem 10.2.1 será prorrogado por tantos dias quantos corresponderem ao atraso na apresentação dos documentos de cobrança.
- 10.2.4 Em caso de dúvidas nos documentos de cobrança, a ELETRONUCLEAR poderá, a seu exclusivo critério, pagar apenas a parcela não controvertida no prazo contratual, ficando a parcela restante para ser paga após a solução final da controvérsia, com vencimento no prazo de 8 (oito) dias úteis a contar da data em que as dúvidas forem solucionadas e a fatura aprovada pela ELETRONUCLEAR, sem ônus adicionais.
- 10.2.5 Caso sejam verificadas diferenças, a maior ou a menor, nos valores cobrados pela CONTRATADA, estas diferenças (se a maior) serão glosadas do respectivo faturamento, ou (se a menor) serão objeto de faturamento complementar a ser emitido pela CONTRATADA, sem quaisquer acréscimos ou alterações.
- 10.2.6 A CONTRATADA deverá comprovar a regularidade fiscal relativa aos débitos previdenciários, através da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito de negativa emitida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no momento do pagamento, estando sujeita, no caso de descumprimento, às penalidades previstas neste CONTRATO.
- 10.2.7 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA até que seja apresentada a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, conforme CLÁUSULA 12 deste CONTRATO.
- 10.2.8 Os pagamentos serão efetuados pela ELETRONUCLEAR através de depósito bancário em conta corrente da CONTRATADA. Para tanto, fica a CONTRATADA obrigada a informar, no documento de cobrança, o banco, a agência, a praça e a conta corrente para acatar tais créditos, sem o que a ELETRONUCLEAR não efetuará os pagamentos.
- 10.2.9 Desde já, fica acertado que o comprovante do depósito bancário se constituirá em documento comprobatório do pagamento.
- 10.2.10 A ELETRONUCLEAR não se responsabiliza por qualquer despesa bancária, nem por qualquer outro pagamento não previsto neste CONTRATO.
- 10.3 ATRASO DE PAGAMENTO

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela

ELETRONUCLEAR, o valor devido deve ser acrescido de atualização financeira, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), acrescido dos encargos calculado da seguinte forma:

$$EM = I \times VP \times N$$

Onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

I=Índice de atualização financeira, calculado como:  $(6/100/365) = 0,00016438$ ;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

- 10.4 Fica vedado o desconto bancário ou o endosso de duplicatas acaso extraídas com base neste CONTRATO, não se responsabilizando a ELETRONUCLEAR por seu pagamento, se verificado dito desconto ou endosso. Se a CONTRATADA proceder de forma contrária ao aqui disposto, o presente CONTRATO poderá ser rescindido, aplicando-se as cominações legais e contratuais de que tratam o art. 95 do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear, que se encontra disponível no endereço eletrônico: [https://www.eletronuclear.gov.br/Canais-de-Negocios/Licitacoes/Documents/Regulamento de Licita%C3%A7%C3%B5es e Contratos.pdf](https://www.eletronuclear.gov.br/Canais-de-Negocios/Licitacoes/Documents/Regulamento%20de%20Licita%C3%A7%C3%B5es%20e%20Contratos.pdf).
- 10.5 A CONTRATADA deverá apresentar o comprovante de recolhimento do Imposto Sobre SERVIÇOS de Qualquer Natureza (ISSQN), relativo ao faturamento para a liberação da cobrança e respectivo pagamento, indicando na guia de arrecadação o número deste CONTRATO e o CNPJ da ELETRONUCLEAR como tomadora dos SERVIÇOS, exceto nos casos em que a ELETRONUCLEAR efetua a retenção e recolhimento por imposição da legislação local.
- 10.5.1 Se a CONTRATADA enviar a nota fiscal eletrônica para a ELETRONUCLEAR, referente aos SERVIÇOS objeto deste CONTRATO, estará dispensada de apresentar o comprovante mencionado no subitem acima.
- 10.5.2 A CONTRATADA compromete-se a cumprir as formalidades legais exigidas pelo município em que está sendo executado o serviço, para o faturamento decorrente de nota fiscal emitida por outro município, sob pena de retenção e recolhimento do ISSQN no local da prestação.
- 10.6 Em cumprimento ao art. 34 da Lei nº. 10.833, de 29/12/2003, os documentos de cobrança sofrerão retenção na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP.
- 10.6.1 A retenção será efetuada aplicando-se, sobre o valor que estiver sendo pago, o percentual estabelecido pela Receita Federal do Brasil, conforme Instrução Normativa vigente à época do pagamento, disponível no seguinte endereço eletrônico: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br).

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

- 10.6.2 Os casos de imunidade, isenção, não incidência e alíquota zero serão tratados nos termos da referida Instrução Normativa.
- 10.6.3 Caso a CONTRATADA estiver dispensada da retenção, deverá enviar uma declaração assinada pelo seu representante legal que comprove essa condição, na forma estabelecida pela mencionada Instrução Normativa.

#### **CLÁUSULA 11 DEDUÇÕES E COMPENSAÇÕES**

- 11.1 A ELETRONUCLEAR poderá deduzir de quaisquer créditos da CONTRATADA e/ou executar a garantia contratual para a compensação dos valores a ela devidos, em conformidade com as disposições deste CONTRATO.
- 11.2 Os valores não compensados na forma acima e não pagos pela CONTRATADA são considerados pelas PARTES, desde já, dívidas líquidas e certas, cobráveis mediante execução judicial, constituindo este CONTRATO título executivo extrajudicial (art. 784, II, do NCPC).

#### **CLÁUSULA 12 GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

- 12.1 Para garantir o fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas neste CONTRATO, a CONTRATADA, dentro de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da ELETRONUCLEAR, após a sua assinatura, fará entrega de uma das garantias abaixo discriminadas, correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor deste CONTRATO:
- 12.1.1 caução em dinheiro ou Título da Dívida Pública, devendo este ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro centralizado de liquidação e custódia, autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- 12.1.2 fiança bancária, emitida por instituição aceita pela ELETRONUCLEAR, e de acordo com o modelo constante do ANEXO B - GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO;
- 12.1.3 seguro garantia feito junto à entidade autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e de acordo com o modelo constante do ANEXO B - GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO;
- 12.2 A GARANTIA DE EXECUÇÃO DE CONTRATO deverá permanecer em vigor até a emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA E MÚTUA QUITAÇÃO.
- 12.3 No caso de acréscimo do valor deste CONTRATO, a CONTRATADA deverá atualizar às suas custas o valor da garantia, na mesma proporção, sob pena de bloqueio dos pagamentos devidos.
- 12.4 No caso de prorrogação do prazo de execução deste CONTRATO ou não cumprimento do mesmo, que leve ao vencimento da garantia antes dos prazos estabelecidos no item 12.2 acima, a CONTRATADA deverá renová-la, sob pena de bloqueio dos pagamentos devidos. O ônus pela renovação será da CONTRATADA, caso a ocorrência se dê por sua culpa.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

- 12.5 Caso a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO seja executada, a CONTRATADA obriga-se a complementar tal garantia, às suas custas, dentro de um período máximo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data que a ELETRONUCLEAR entregar a comunicação por escrito referente à execução da garantia, sob pena de bloqueio dos pagamentos devidos.
- 12.6 A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO será devolvida à CONTRATADA pela ELETRONUCLEAR após o período estabelecido no item 12.2 acima, na forma da lei.

### **CLÁUSULA 13 SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E DAÇÃO EM GARANTIA**

- 13.1 É vedada a subcontratação, parcial ou total, do objeto deste CONTRATO, bem como a transferência, cessão ou dação em garantia.

### **CLÁUSULA 14 CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR**

- 14.1 Os casos fortuitos ou de força maior, como definidos na legislação brasileira, serão excludentes de responsabilidade das PARTES, desde que direta e comprovadamente venham a afetar e prejudicar a execução deste CONTRATO.
- 14.2 Para que a PARTE afetada possa se eximir das penalidades previstas neste CONTRATO, sob a motivação do item anterior, deverá:
- 14.2.1 comunicar e comprovar a ocorrência à outra PARTE, por escrito, em até 30 (trinta) dias corridos contados do evento causador, submetendo uma estimativa das consequências e previsão das repercussões;
- 14.2.2 apresentar um relatório circunstanciado das ocorrências e medidas tomadas em até 30 (trinta) dias corridos contados da cessação do evento causador.

### **CLÁUSULA 15 INADIMPLENTO DA CONTRATADA**

- 15.1 A CONTRATADA será considerada inadimplente na ocorrência de qualquer dos fatos abaixo:
- 15.1.1 o não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos intermediários e finais;
- 15.1.2 o desatendimento das determinações regulares do representante da ELETRONUCLEAR designado para acompanhar e fiscalizar a execução deste CONTRATO, assim como de seus superiores;
- 15.1.3 o atraso injustificado no início da execução deste CONTRATO;
- 15.1.4 a lentidão do cumprimento deste CONTRATO, levando a ELETRONUCLEAR a comprovar a impossibilidade da sua conclusão no prazo estipulado;
- 15.1.5 a paralisação deste CONTRATO, sem justa causa e prévia comunicação expressa à ELETRONUCLEAR.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

## **CLÁUSULA 16    RESCISÃO**

- 16.1        São motivos de rescisão:
- 16.1.1      o inadimplemento da CONTRATADA, conforme CLÁUSULA 15 – INADIMPLEMENTO DA CONTRATADA;
- 16.1.2      O descumprimento das obrigações constantes nas CLÁUSULAS 27 - CONFORMIDADE e 19 - ATOS LESIVOS À ELETRONUCLEAR.
- 16.1.3      a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- 16.1.3.1    Na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial da CONTRATADA ficará a critério da ELETRONUCLEAR manter ou não este CONTRATO.
- 16.1.4      a dissolução da sociedade da CONTRATADA;
- 16.1.5      a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste CONTRATO;
- 16.1.6      a cisão, a fusão ou a incorporação da CONTRATADA se, a critério da ELETRONUCLEAR, tais operações importarem em modificação da qualidade técnica, idoneidade profissional ou capacidade financeira da mesma;
- 16.1.7      a permissão, pela CONTRATADA, de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menor de dezesseis anos, salvo maior de quatorze anos na condição de aprendiz;
- 16.1.8      a subcontratação parcial ou total do objeto contratual, bem como a transferência, a cessão ou a dação em garantia;
- 16.1.9      a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste CONTRATO;
- 16.2        A rescisão deste CONTRATO obedecerá ao procedimento previsto na seção 6, artigo 95 do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear, que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://www.eletronuclear.gov.br/Canais-de-Negocios/Licitacoes/Documents/Regulamento de Licita%C3%A7%C3%B5es e Contratos.pdf>.

## **CLÁUSULA 17    CONSEQUÊNCIAS DA RESCISÃO**

- 17.1        A rescisão contratual acarretará as seguintes consequências:
- 17.1.1      a rescisão contratual, com base nas hipóteses previstas nos subitens 16.1.1 a 16.1.8 da CLÁUSULA 16 - RESCISÃO, sujeitará a CONTRATADA ao pagamento de multa correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor deste CONTRATO, sem prejuízo da aplicação das multas previstas no mesmo e de eventuais sanções cíveis ou penais cabíveis.
- 17.1.2      A rescisão deste CONTRATO, com fundamento nos motivos constantes nos subitens 16.1.1

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

a 16.1.8 da CLÁUSULA 16 - RESCISÃO, ensejará, ainda:

- 17.1.2.1 a execução da garantia contratual para compensar a ELETRONUCLEAR os valores das multas e indenizações a ela devidos;
- 17.1.2.2 a retenção dos créditos decorrentes deste CONTRATO, até o limite dos prejuízos causados à ELETRONUCLEAR;
- 17.1.2.3 a assunção imediata do objeto deste CONTRATO, no estado em que se encontrar, por ato próprio e a critério da ELETRONUCLEAR.

## **CLÁUSULA 18 PENALIDADES**

- 18.1 A CONTRATADA estará sujeita a aplicação de multa, na forma abaixo:
  - 18.1.1 multa diária correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) do valor deste CONTRATO por dia de atraso no cumprimento dos prazos estipulados neste CONTRATO e seus ANEXOS;
- 18.2 em caso de descumprimento reiterado das demais disposições contratuais, após devidamente comunicado pela ELETRONUCLEAR, será aplicada multa de 5 % (cinco por cento) do valor deste CONTRATO.
- 18.3 As multas previstas nesta Cláusula serão aplicadas independentemente da multa rescisória prevista na CLÁUSULA 17 – CONSEQUÊNCIAS DA RESCISÃO.
- 18.4 O total das multas aplicadas não poderá exceder o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor deste CONTRATO.
- 18.5 A ELETRONUCLEAR deverá fazer uma comunicação expressa das multas, independentemente de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo o valor da multa exigível desde a data do ato, fato ou omissão, que lhe tiver dado causa.
- 18.6 As multas aqui previstas serão aplicadas após processo administrativo, sem prejuízo de eventuais sanções cíveis ou penais cabíveis.
- 18.7 A CONTRATADA poderá apresentar recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da comunicação da ELETRONUCLEAR.
- 18.8 Recebido e apreciado o recurso pela ELETRONUCLEAR e tendo sido confirmada a sanção, as multas serão cobradas nos termos da CLÁUSULA 11 – DEDUÇÕES E COMPENSAÇÕES.
- 18.9 A CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo à ação de ressarcimento pelos prejuízos causados, a aplicação das multas previstas na CLÁUSULA 20 – RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, caso se comprove, por meio de processo administrativo, com garantia do contraditório em ampla defesa, que a Contratada praticou atos lesivos à ELETRONUCLEAR, nos termos da CLÁUSULA 19 – ATOS LESIVOS À ELETRONUCLEAR.
- 18.10 A CONTRATADA estará sujeita a aplicação de multa, limitada à 10% (dez por cento) do valor

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

deste CONTRATO, no caso de violação da CLÁUSULA 27 – CONFORMIDADE, excluídas as penalidades previstas no subitem acima.

## **CLÁUSULA 19 ATOS LESIVOS À ELETRONUCLEAR**

19.1 Com fundamento no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, a CONTRATADA estará sujeita às sanções estabelecidas na CLÁUSULA 20 – RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à ELETRONUCLEAR, assim definidos:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a LICITAÇÕES e CONTRATOS:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar LICITANTE, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar LICITAÇÃO pública ou CONTRATO dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de LICITAÇÃO pública ou celebrar CONTRATO administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de CONTRATOS celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da LICITAÇÃO pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos CONTRATOS celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

## **CLÁUSULA 20 RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

20.1 A prática pela CONTRATADA, de qualquer ato lesivo previsto na CLÁUSULA 19 - ATOS LESIVOS À ELETRONUCLEAR deste CONTRATO o sujeitará, com fundamento no artigo 6º da Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº 11.129/2022, que a regulamenta, garantida a ampla

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

defesa e o contraditório, às seguintes sanções administrativas:

- a) multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação;
- b) publicação extraordinária da decisão condenatória;
- c) na hipótese da aplicação da multa prevista na alínea "a", caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, o cálculo da multa deverá obedecer ao que estabelece o Decreto nº 11.129/2022;
- d) será levada em consideração na aplicação das sanções aqui previstas o estabelecido no art. 7º e seus incisos da Lei nº 12.846/2013.

- 20.2 O cálculo da multa prevista na alínea "a" do item 20.1 respeitará o que estabelece o Decreto nº 11.129/2022.
- 20.3 Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ou a outras normas de LICITAÇÕES e CONTRATOS da administração pública, nos termos da CLÁUSULA 18 – PENALIDADES e da CLÁUSULA 15 – INADIMPLEMENTO DA CONTRATADA, e tenha ocorrido a apuração conjunta, a CONTRATADA também estará sujeita a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em LICITAÇÕES ou de celebrar CONTRATOS com a administração pública, a serem aplicadas no Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 20.4 As sanções descritas no item 20.1 serão aplicadas fundamentadamente, isolada ou cumulativamente, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a gravidade e natureza das infrações.
- 20.5 A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico de ELETRONUCLEAR.
- 20.6 A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.
- 20.7 A CONTRATADA sancionada administrativamente pela prática de atos lesivos contra ELETRONUCLEAR, nos termos da Lei nº 12.846/2013, publicará a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:
  - a) em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica contratada ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
  - b) em EDITAL afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e
  - c) em seu sítio eletrônico, pelo prazo de trinta dias e em destaque na página principal do referido sítio.
- 20.8 A publicação a que se refere o item 20.7 será feita a expensas da pessoa jurídica sancionada.
- 20.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à ELETRONUCLEAR resultantes de ato lesivo cometido pela CONTRATADA, com ou sem a participação de agente público.

- 20.10 O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão à regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº 11.129/ 2022, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo ainda da aplicação do ato de que trata o art. 20 do Decreto nº 11.129/2022.
- 20.11 Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.
- 20.12 Não obstante o disposto nesta Cláusula, a CONTRATADA estará sujeita a quaisquer outras responsabilizações de índole cível, administrativa e/ou criminal, previstas neste CONTRATO e/ou na legislação aplicável, no caso de quaisquer violações.

## **CLÁUSULA 21 TRIBUTOS**

- 21.1 Todos os tributos federais, estaduais e municipais, bem como as contribuições fiscais, parafiscais, incluindo as societárias, trabalhistas, previdenciárias e securitárias, devidos em decorrência dos SERVIÇOS, objeto deste CONTRATO, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, que também se responsabiliza pelo exato cumprimento de todas as formalidades legais pertinentes perante as autoridades competentes.
- 21.2 Os tributos e contribuições, quando devidos na fonte, serão retidos na forma da lei, fazendo-se os pagamentos à CONTRATADA pelo valor líquido.
- 21.3 A criação, alteração ou extinção de qualquer tributo ou encargo legal, bem como a verificação de superveniência de disposição legal, quando ocorrida após a data de apresentação da PROPOSTA, de comprovada e direta repercussão nos preços deste CONTRATO, implicará a revisão dos preços para mais ou para menos, conforme o caso.
- 21.4 A CONTRATADA isenta a ELETRONUCLEAR de quaisquer reclamações, pleitos e/ou ônus referentes ao pagamento de débitos, multas, juros, correção monetária e outros encargos resultantes do não cumprimento de suas obrigações tributárias e parafiscais, sociais, trabalhistas e previdenciária e/ou securitárias.

## **CLÁUSULA 22 CONFIDENCIALIDADE**

- 22.1 Desenhos, especificações, dados, programas e outras informações trocadas entre a CONTRATADA e a ELETRONUCLEAR, são de propriedade da PARTE que as desenvolveu e só poderão ser reveladas em situações de obrigatoriedade; vedada a reprodução, cópia ou utilização para outro fim que não seja o objetivo para o qual foram fornecidas. As informações poderão, ainda, ser usadas pela ELETRONUCLEAR para fins de licenciamento, montagem e manutenção. Essas informações não poderão ser reveladas a terceiros, exceto nas situações acima mencionadas, sem o prévio consentimento da PARTE proprietária.
- 22.2 O estipulado nesta CLÁUSULA não deverá ser aplicado à informação que:

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

- 22.2.1 vier a público por outros meios que não sejam através da CONTRATADA ou da ELETRONUCLEAR;
- 22.2.2 esteja, antes da revelação através deste CONTRATO, de posse da CONTRATADA ou ELETRONUCLEAR, sem restrição de confidencialidade;
- 22.2.3 tenha sido legalmente recebida através de terceiros que a tenham obtido de outra fonte que não da CONTRATADA ou ELETRONUCLEAR;
- 22.2.4 por uma exigência legal ou de algum órgão governamental tenha que ser revelada, após a PARTE ter informado à outra sobre a exigência, oferecendo a esta a oportunidade de contestá-la e minimizá-la. Neste caso, as PARTES concordam em cooperar com a manutenção do tratamento confidencial de qualquer informação revelada.

### **CLÁUSULA 23 PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA**

- 23.1 O prazo para execução deste CONTRATO é de 05 (cinco) anos contados a partir da assinatura da data da autorização formal da ELETRONUCLEAR para início dos SERVIÇOS, a ocorrer em até 30 dias corridos da data de sua assinatura.
- 23.2 A vigência deste CONTRATO inicia-se a partir da assinatura deste instrumento e encerra-se em até 90 dias após o prazo estabelecido no item 23.1.

### **CLÁUSULA 24 VALOR DO CONTRATO**

- 24.1 O valor deste CONTRATO é de R\$ ( reais), referido a / [mês-ano de apresentação da proposta].
- 24.1.1 No valor acima citado estão excluídos quaisquer reajustamentos, correções e/ou benefícios fiscais que venham a incidir sobre os preços contratados.
- 24.2 Para todos os efeitos legais, inclusive eventual imposição de multas/penalidades, o valor deste CONTRATO é igual ao seu custo final, entendendo-se como tal as suas revisões, eventuais acréscimos e reajustamentos, de acordo com as disposições contratualmente estabelecidas.
- 24.3 A ELETRONUCLEAR poderá fazer, consensualmente, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto contratual em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor deste CONTRATO, obrigando-se a CONTRATADA a manter as mesmas condições, preços e remunerações contratuais.
- 24.4 Os dispêndios previstos para extensão deste CONTRATO ocorrerão por conta dos recursos próprio, provisionados na Conta Razão nº. 8121000001 e Elemento PEP nº EB.3512.01.

### **CLÁUSULA 25 TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA E MÚTUA QUITAÇÃO**

- 25.1 As PARTES celebrarão, em até 90 (noventa) dias corridos após o prazo estabelecido na

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

CLÁUSULA 23 – PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA, o TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA E MÚTUA QUITAÇÃO – ANEXO D deste CONTRATO, desde que cumpridas todas as obrigações pela CONTRATADA.

- 25.2 A assinatura do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA E MÚTUA QUITAÇÃO não isenta a CONTRATADA do previsto na legislação em vigor.
- 25.3 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA no âmbito deste CONTRATO, dentro dos limites da lei ou nele estabelecidos.

## **CLÁUSULA 26 NOVAÇÃO**

- 26.1 A não utilização, pela ELETRONUCLEAR, de quaisquer dos direitos a ela assegurados neste CONTRATO ou na lei em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas, não importa em novação quanto aos seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição da ELETRONUCLEAR, neste CONTRATO, serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais ou regulamentares.

## **CLÁUSULA 27 CONFORMIDADE**

- 27.1 A CONTRATADA se obriga a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Conduta Ética e Integridade da Eletronuclear e os normativos internos do Programa de Integridade da Eletronuclear, que se encontram disponíveis no endereço eletrônico: <https://www.eletronuclear.gov.br/Quem-Somos/Governanca/Paginas/Programa-de-Integridade.aspx>, sob pena de submeter-se às sanções previstas neste CONTRATO.
- 27.2 A CONTRATADA, com relação às atividades, operações, SERVIÇOS e trabalhos vinculados ao objeto do presente CONTRATO, declara e garante que ela própria ou qualquer pessoa agindo em seu nome:
- i) não realizaram, não ofereceram, não prometeram e nem autorizaram qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou outra qualquer vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou funcionário público, conforme definido nos artigos 327, caput, § § 1º e 2º e 337-D caput e parágrafo único, ambos do Código Penal Brasileiro, nem para o benefício direto ou indireto de partido político, autoridade de partido político, candidato a cargo eletivo, ou qualquer outro indivíduo ou entidade, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem constituir violação às leis aplicáveis, incluindo, mas não limitado à Lei 12.846/13, Código Penal Brasileiro, inclusive suas futuras alterações, e às demais regras e regulamentos deles decorrentes (coletivamente denominados as "Leis Anticorrupção"); e
  - ii) adicionalmente, nas atividades econômicas e financeiras relativas a este CONTRATO, a CONTRATADA declara e garante que ela ou qualquer pessoa agindo em seu nome não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e cumprirão as demais normas

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

referentes à lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, as condutas descritas na Lei 9.613/98 e demais legislações aplicáveis à CONTRATADA.

- 27.3 A CONTRATADA se obriga a notificar imediatamente a ELETRONUCLEAR de qualquer alteração nas informações prestadas no Formulário de Due Diligence.
- 27.4 A CONTRATADA se obriga a notificar imediatamente a ELETRONUCLEAR de qualquer investigação ou procedimento iniciado por uma autoridade governamental relacionado a uma alegada violação das mencionadas Leis Anticorrupção e das obrigações da CONTRATADA por ela e/ou por seus membros referente ao CONTRATO. A CONTRATADA envidará todos os esforços para manter a ELETRONUCLEAR informada quanto ao progresso e ao caráter de tais investigações ou procedimentos, devendo fornecer todas as informações que venham a ser solicitadas pela ELETRONUCLEAR.
- 27.5 A CONTRATADA deverá defender, indenizar e manter a ELETRONUCLEAR isenta de responsabilidade em relação a quaisquer reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas, decorrentes ou relacionadas a qualquer descumprimento pela CONTRATADA das garantias e declarações previstas nesta cláusula e nas Leis Anticorrupção.
- 27.6 A CONTRATADA deverá responder, de forma célere e detalhada, com o devido suporte documental, qualquer notificação da ELETRONUCLEAR relacionada aos compromissos, garantias e declarações previstas nesta Cláusula.
- 27.7 A CONTRATADA se obriga a permitir a realização de auditorias e demais medidas de integridade por iniciativa da Eletronuclear, em suas dependências, com acesso aos livros, registros, políticas, documentos e informações disponíveis, devendo disponibilizar todo acesso necessário à ELETRONUCLEAR ou a empresas especializadas indicadas pela Contratante, devendo ainda, se obrigar:
- i) desenvolver e manter controles internos adequados relacionados às obrigações da CONTRATADA previstas no item 27.2;
  - ii) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da CONTRATADA, de forma que reflitam correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável os ativos e os passivos da CONTRATADA;
  - iii) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 05 (cinco) anos após o encerramento deste CONTRATO; e
- 27.8 A partir da data de assinatura do presente CONTRATO e nos 05 (cinco) anos após o seu encerramento, mediante comunicado por escrito com, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis de antecedência, a CONTRATADA deverá permitir as medidas previstas no subitem 27.7, inclusive com a entrevista dos sócios, administradores e funcionários da Contratada, com vistas a apurar violação ao Programa de Integridade da Eletronuclear e as cláusulas contratuais.
- 27.9 A CONTRATADA concorda em cooperar e auxiliar a auditoria, verificação ou investigação conduzida pela ELETRONUCLEAR, em relação a qualquer alegada suspeita ou comprovada não conformidade com as obrigações deste CONTRATO ou das Leis Anticorrupção pela CONTRATADA ou por qualquer pessoa agindo em seu nome.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

- 27.10 A CONTRATADA reportará por escrito, para o endereço eletrônico <https://falabr.cgu.gov.br/>, qualquer solicitação, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por empregado da ELETRONUCLEAR para a CONTRATADA, ou para qualquer membro do Grupo da CONTRATADA, com relação às atividades, operações, SERVIÇOS e trabalhos vinculados ao objeto do presente CONTRATO, nos termos da Declaração de Integridade.
- 27.11 Caso identificada, durante a execução do CONTRATO, situação de nepotismo, a CONTRATADA deverá substituir imediatamente o profissional em questão, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das obrigações contratuais ou até mesmo rescisão do CONTRATO.

## **CLÁUSULA 28 PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

- 28.1 Em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, no desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com a execução do Contrato celebrado, as Partes devem observar o regime legal da proteção de dados pessoais, empenhando-se em proteger e tratar os dados colhidos necessariamente para o desenvolvimento do Contrato, bem como a estrita finalidade a que se destina.
- 28.2 As PARTES são solidariamente responsáveis pela eventual violação de dados, nos termos da legislação vigente, mas a ELETRONUCLEAR garante no âmbito deste Contrato o seu direito de regresso contra o Contratado, caso não tenha dado causa ao evento.
- 28.3 As Partes obrigam-se a:
- 28.3.1 Tratar e usar os dados pessoais colhidos, registrando, organizando, conservando, consultando.
- 28.3.2 Realizar o compartilhamento dos dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento inequívoco, ou nas situações legalmente previstas;
- 28.3.3 Tratar os dados de modo compatível com as finalidades para os quais tenham sido recolhidos e pelo mínimo de pessoas possível, devendo ser as mesmas identificáveis de plano;
- 28.3.4 Conservar os dados apenas durante o período necessário à execução das finalidades contratuais, garantindo a sua efetiva confidencialidade;
- 28.3.5 Implementar medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- 28.3.6 Informar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a outra Parte caso exista alguma quebra de segurança e vazamento dos dados pessoais dos titulares, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada, ou suspeita da mesma;
- 28.3.7 Garantir o exercício, pelos titulares dos dados, dos respectivos direitos de informação, acesso, revogação, oposição e portabilidade;

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

- 28.3.8 Assegurar que todas as pessoas que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.

## **CLÁUSULA 29 MATRIZ DE RISCO**

- 29.1 A Matriz de Risco anexa a este Contrato foi elaborada em conformidade com a Lei 13.303/2016 e o Regulamento, e tem o propósito de identificar riscos que possam afetar e/ou prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, bem como a execução satisfatória do objeto contratado, prevendo, para tanto, mecanismos de mitigação e distribuindo as responsabilidades entre as Partes de modo equilibrado e objetivo, sendo vinculante para eventuais pedidos de repactuação e revisão;
- 29.2 Sempre que atendidas as condições do CONTRATO e da Matriz de Risco, considera-se mantido o equilíbrio econômico-financeiro, renunciando as Partes aos pleitos de reequilíbrio relacionados aos riscos assumidos;
- 29.3 o reajuste de preço aludido na Matriz de Riscos deve respeitar o disposto nas condições referentes ao equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO;
- 29.4 É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.

## **CLÁUSULA 30 FORO**

- 30.1 Fica eleito o foro central da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para resolver ou dirimir qualquer ação ou execução decorrente deste CONTRATO, renunciando as PARTES a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por estarem justas e contratadas, as PARTES assinam este CONTRATO juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, .

**ELETRONUCLEAR S.A.**

**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS**

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

**ANEXO A**

**PLANILHA DE PREÇOS**

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

Item	Descrição do Serviço	Un.	Quant. (A)	Preço Unitário C/ BDI (R\$) (B)	Valor Total (R\$) (C = A*B)
<b>1</b>	<b>Monitoramento de Rotina</b>				
1.1	Leitura dos inclinômetros	un	1560		
1.2	Leitura dos inclinômetros da UAS, em área controlada radiologicamente	un	180		
1.3	Leitura dos marcos superficiais da berma da Encosta da Central de Concreto	un	60		
1.4	Leitura dos marcos superficiais das cortinas atirantadas do acesso à CNAAA	un	756		
1.5	Leitura dos marcos superficiais do acesso a Angra 3	un	945		
1.6	Leitura dos marcos superficiais da UAS	un	3348		
1.7	Leitura dos pinos e marcos superficiais do Molhe de Proteção da CNAAA - por campanha	un	10		
<b>2</b>	<b>Molhe de Proteção da CNAAA</b>				
2.1	Recuperação ou reinstalação de pinos e marcos superficiais, em caso de estarem danificados - por campanha	un	10		
2.2	Revitalização da pintura da numeração dos pinos e marcos superficiais - por campanha	un	10		
<b>3</b>	<b>Elaboração do Relatório Técnico Inclinométrico</b>	<b>un</b>	<b>60</b>		
<b>4</b>	<b>Elaboração do Relatório Técnico Topográfico da Berma da Encosta da Central de Concreto</b>	<b>un</b>	<b>10</b>		
<b>5</b>	<b>Elaboração do Relatório Técnico Topográfico das Cortinas Atirantadas do acesso à CNAAA e acesso a Angra 3</b>	<b>un</b>	<b>60</b>		
<b>6</b>	<b>Elaboração do Relatório Técnico Topográfico da UAS</b>	<b>un</b>	<b>60</b>		
<b>7</b>	<b>Elaboração do Relatório Técnico do Molhe de Proteção da CNAAA</b>	<b>un</b>	<b>10</b>		
				<b>* VALOR TOTAL GERAL</b> →	

(\*) Valor a ser lançado no portal "gov.br/compras".

**PLANILHA DE BDI:**

BDI – BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS	
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, SEGURO E RISCOS	
Administração Central	
Seguros, Riscos e Garantias	
<b>Somatório</b>	

Custos Financeiros	
--------------------	--

Lucro Ocupacional	
-------------------	--

TRIBUTOS	
PIS	
COFINS	
ISS	
CPRB	
<b>Somatório</b>	

<b>TOTAL</b>	XX,XX%
--------------	--------

Sendo:

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

AC = Adm. Central;

S, R, G = Seguros, Riscos, Garantias;

DF = Despesas Financeiras;

L = Lucro;

I = Tributos.

**Observação:** A CPRB é facultativa, conforme alteração na Lei nº 12.546/11, promovida pela Lei nº14.020/2020.

**Nota 1:** A Composição dos Preços da CONTRATADA devem contemplar todos os custos envolvidos, incluindo BDI, Encargos Sociais e demais encargos/tributos, todas as despesas decorrentes da observância dos DOCUMENTOS TÉCNICOS relacionados na SEÇÃO IV – MINUTA DE CONTRATO, e tudo aquilo que for relacionado e/ou necessário à execução deste OBJETO e que não esteja explicitamente definido como responsabilidade da ELETRONUCLEAR, mesmo que aqui não elencado.

**Nota 2:** O valor da proposta do LICITANTE deverá ser o VALOR TOTAL GERAL DA PLANILHA.

**Nota 3:** O LICITANTE deverá adotar, na composição do BDI, percentual de ISS compatível com a legislação tributária do município onde serão prestados os serviços previstos da obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal.

**Nota 4:** O LICITANTE sujeito ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS deverá apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis ns. 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária

**Nota 5:** O LICITANTE optante pelo Simples Nacional deverá apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas na Lei Complementar n. 123/2006, bem como que

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

## **ANEXO B**

### **GARANTIAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

## **1. MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA**

(\* TIMBRE DO BANCO)

Rio de Janeiro, ..... de .....de .....

À  
ELETRONUCLEAR S.A.  
Rua da Candelária, 65 - Centro  
20091-020 Rio de Janeiro - RJ

Prezados Senhores,

Pela presente, o BANCO \_\_\_\_\_ com sede na cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_ inscrito no \_\_\_\_\_, sob o nº. \_\_\_\_\_, por seus representantes infra-assinados, devidamente identificados e regularmente autorizados, vem declarar-se fiador e principal pagador, até limite de \_\_\_\_\_, da Empresa \_\_\_\_\_ (CONTRATADA), com sede na cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_, inscrita no \_\_\_\_\_ sob o nº. \_\_\_\_\_, para efeito de garantia do fiel cumprimento das obrigações a cargo da Afiançada, conforme os termos do CONTRATO nº \_\_\_\_\_-...../\_\_, assinado com a ELETRONUCLEAR S.A., doravante denominada ELETRONUCLEAR, em \_\_/\_\_/\_\_, para o(a) \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Na eventualidade da inexecução pela Afiançada de qualquer das obrigações assumidas no CONTRATO acima referido, compromete-se o BANCO a satisfazer, sem a interferência da mesma e observado o limite acima estabelecido, o pagamento das importâncias cobertas pela FIANÇA BANCÁRIA, ora conferida, dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas, após solução do processo administrativo nos termos da Cláusula 18 – PENALIDADES, do CONTRATO, e requisição expressa da ELETRONUCLEAR, entregue sob protocolo no seguinte endereço:\_\_\_\_\_.

A presente FIANÇA BANCÁRIA, que só será retratável caso a Afiançada promova a substituição do valor garantido por dinheiro, títulos ou por outra CARTA DE FIANÇA aceita pela ELETRONUCLEAR, é conferida pelo prazo de \_\_\_\_ contados a partir da emissão desta FIANÇA BANCÁRIA, vencível em \_\_\_\_, conforme estabelecido nas Cláusulas 12 – GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO e 25 – TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA E MÚTUA QUITAÇÃO, podendo ser renovada mediante aviso antecipado de 30 (trinta) dias pela Afiançada e a aprovação do BANCO.

Assegura o BANCO, outrossim, que o compromisso aqui assumido satisfaz plenamente às exigências e determinações do BANCO CENTRAL DO BRASIL aplicáveis, em especial, à legislação bancária, achando-se devidamente contabilizado o valor desta FIANÇA BANCÁRIA, estabelecido dentro dos limites autorizados.

Finalmente, ao mesmo tempo em que renuncia, expressamente, como de fato ora o faz, ao benefício da ordem estatuído pelo artigo 827 do Código Civil Brasileiro, declara o BANCO que o seu capital é de R\$ \_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_).

A presente FIANÇA BANCÁRIA se rege pelas leis brasileiras e, para todos os efeitos legais, fica

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

expressamente eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões fundadas neste instrumento.

BANCO \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura/Identificação

\_\_\_\_\_  
Assinatura/Identificação

Observações:

1 - As seguintes informações deverão ser anexadas:

- a) cópia autenticada da Ata de Assembleia que elegeu os Diretores signatários da FIANÇA BANCÁRIA ou Procuração, se for o caso;
- b) cópia autenticada do Estatuto Social do BANCO.

2 – As assinaturas dos signatários da CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA devem ser reconhecidas.

## **2. CONDIÇÕES DE SEGURO GARANTIA**

A Apólice do Seguro Garantia será emitida em consonância com as Condições da CIRCULAR SUSEP nº 662, de 11 de abril de 2022, bem como com as seguintes informações:

- **Segurado:** Eletronuclear S.A. (Ramo Setor Público)
- Endereço: Rua Candelária 65, 2º ao 10º, 12º e 19º andares  
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20.091-020
- CNPJ: 42.540.211/0001-67
- **Tomador:** a empresa contratada
- **Prazo de Vigência da Apólice:** conforme estabelecido na Cláusula 12 – GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO
- **Objeto do Seguro:** Constitui objeto desta Apólice a garantia de cumprimento de obrigações assumidas pelo Tomador no CONTRATO nº. \_\_\_\_\_.

## **CONDIÇÕES GERAIS**

### **1. Objeto**

O Seguro Garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado em razão de participação em CONTRATO pertinente a obras, SERVIÇOS, publicidade ou compras, conforme os termos da apólice, até o valor da garantia nela fixado e de acordo com as condições especiais estipuladas na Modalidade II – SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, definida no Anexo I, Capítulo II - Condições Especiais das Modalidades da CIRCULAR SUSEP nº 662.

### **2. Definições**

I. Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o CONTRATO de Seguro Garantia.

II. CONTRATO Principal: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

III. Apólice: definindo as condições contratuais do seguro garantia.

IV. Endosso: documento emitido pela seguradora, que introduz modificações na apólice de seguro-garantia.

V. Segurado: beneficiário das obrigações assumidas pelo tomador no CONTRATO principal.

VI. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado no CONTRATO principal.

VII. Seguradora: sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador no CONTRATO principal.

VIII. Prêmio: importância devida, à seguradora, pelo tomador, para obter a cobertura do seguro.

IX. Sinistro: o inadimplemento do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice.

XIV. Indenização: o pagamento dos prejuízos diretos resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pela apólice.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

XV. Prejuízo: perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do CONTRATO principal, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes

XVI. Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.

XVII. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada segurado.

### **3. Valor da Garantia**

3.1. O valor da garantia da apólice deve ser entendido como o valor máximo nominal por ela garantido.

3.2 Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no CONTRATO principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

3.3 Para alterações posteriores efetuadas no CONTRATO principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

### **4. Prêmio do Seguro**

4.1. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora por todo o prazo de vigência da apólice.

4.2. O seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pagado o prêmio nas datas convencionadas.

### **5. Vigência**

5.1 A vigência da cobertura do seguro-garantia será aquela estabelecida no CONTRATO principal.

5.2 Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no CONTRATO principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, a vigência da apólice deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

5.3 Para alterações posteriores efetuadas no CONTRATO principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

### **6. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:**

6.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador, este deverá ser imediatamente notificado pelo segurado, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.

6.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

6.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Cópia do CONTRATO principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;
- b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;
- c) Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;
- d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
- e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos;

6.2.2. A não formalização da Reclamação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro;

6.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 6.2.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

6.4 A Reclamação de Sinistros poderá ser realizada durante o prazo prescricional.

## **7. Indenização**

7.1. A seguradora indenizará o segurado, mediante acordo entre as PARTES, segundo uma das formas abaixo:

I. realizando, por meio de terceiros, o objeto do CONTRATO principal, de forma a lhe dar continuidade e o concluir, sob a sua integral responsabilidade; e/ou

II. indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos e/ou multas causados pela inadimplência do tomador, cobertos pela apólice

§1º No caso de rescisão do CONTRATO principal, todos os saldos de créditos do tomador no CONTRATO principal serão utilizados na amortização do prejuízo e/ou da multa objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.

§2º Caso a indenização já tenha sido paga quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do tomador no CONTRATO principal, o segurado obriga-se a devolver à seguradora qualquer excesso que lhe tenha sido pago.

7.2. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do CONTRATO principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.

## **8. Sub-Rogação**

8.1 Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

8.2. É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo da seguradora, os direitos a que se refere este item.

## **9. Isenção de Responsabilidade**

9.1. a seguradora ficará isenta de responsabilidade em relação a esta apólice na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

- I. Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;
- II. Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;
- III. Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;
- IV. Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;
- V O segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no CONTRATO de seguro;
- VI Se o segurado ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravação de risco de inadimplência do tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;
- VII Se o segurado agravar intencionalmente o risco;

## **10. Concorrência de Garantias**

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo segurado ou beneficiário, a seguradora responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.

## **11. Extinção da Garantia**

A garantia do Seguro Garantia extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 6.4:

- I – quando o objeto do CONTRATO principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;
- II – quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;
- III – quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;
- IV – quando o CONTRATO principal for extinto,; ou
- V – quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Contratuais do seguro.

Parágrafo único. A garantia somente será liberada ou restituída após a execução do CONTRATO, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 70 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas neste artigo, pelo recebimento do objeto do CONTRATO nos termos da CLÁUSULA 25 do CONTRATO.

## **12. Controvérsias**

12.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas condições poderão ser resolvidas:

- I. por arbitragem; ou
- II. por medida de caráter judicial.

12.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser facultativamente aderida pelo segurado por meio de anuência expressa.

12.2.1. Ao concordar com a aplicação desta cláusula, o segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

12.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei nº 9307, de 23 de setembro de 1996.

### **13. Prescrição**

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

### **14. Foro**

As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas o foro da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

### **OBSERVAÇÕES:**

1 - Não serão aceitas alterações ou ressalvas na APÓLICE e seus Anexos que limitem a responsabilidade da Seguradora perante as condições cobertas pela apólice;

2 – A Circular SUSEP nº 662/2022 pode ser obtida no site "[www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br)".

### **CONDIÇÕES ESPECIAIS**

Aplicam-se as condições definidas na Modalidade II – SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, constante do Anexo I, Capítulo II - Condições Especiais das Modalidades, da CIRCULAR SUSEP nº 662/2022

**ANEXO C**

**NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO - NMS**

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

**1. Nível Mínimo de Serviço (NMS)**

- 1.1. As reduções indicadas nos parágrafos a seguir poderão ser cumulativas entre si e adicionais às demais cláusulas contratuais da ELETRONUCLEAR, desde que cabíveis, e respeitados os limites máximos estabelecidos, além do amplo direito ao contraditório.
- 1.2. Referente à elaboração dos Relatórios Técnicos de cada um dos itens listados neste CONTRATO, na ocorrência dos eventos abaixo indicados será implementada uma redução sobre o preço total do serviço ofertado pela CONTRATADA conforme ANEXO A – PLANILHA DE PREÇOS, ou a sua eventual não remuneração plena, sempre que os documentos não forem aprovados devido a comentários anteriormente apresentados pela ELETRONUCLEAR.
- Duas rodadas para atendimento de comentários já feitos pela ELETRONUCLEAR: redução de 2,5%, por relatório;
  - Três rodadas para atendimento de comentários já feitos pela ELETRONUCLEAR: redução de 5,0%, por relatório;
  - Quatro rodadas para atendimento de comentários já feitos pela ELETRONUCLEAR: redução de 10%, por relatório;
  - Cinco ou mais rodadas de comentários já feitos pela ELETRONUCLEAR: recusa do respectivo relatório, seguido de glosa integral da remuneração da CONTRATADA, por relatório não aceito.
- 1.3. Referente às leituras de campo, na ocorrência dos eventos a seguir identificados, será implementada uma redução ou a glosa integral do preço original do item apresentado na Planilha Orçamentária, conforme o caso.
- Realização de campanhas de leitura utilizando equipamento com certificado de calibração vencido: glosa integral do total correspondente à soma dos preços unitários dos inclinômetros e/ou dos marcos superficiais lidos com o equipamento não conforme;
  - Leitura dos pinos e marcos superficiais do Molhe de Proteção da CNAAA, por campanha:
    - i) entre 125 e 120 marcos/pinos efetivamente lidos, a campanha será remunerada integralmente, desde que haja justificativa plausível para a não-completa da leitura da quantidade total de marcos/pinos e que tal justificativa tenha sido aceita formalmente pela fiscalização técnica do contrato; caso a justificativa não tenha sido aceita, haverá redução de 2,5% do preço da campanha originalmente proposto na Planilha Orçamentária;
    - ii) de 119 à 114 marcos/pinos efetivamente lidos, haverá redução de 5% sobre o preço da campanha originalmente proposto na Planilha Orçamentária;
    - iii) de 113 à 111 marcos/pinos efetivamente lidos, redução de 10% do preço da campanha originalmente proposto na Planilha Orçamentária;

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

- iv) leitura de 110 marcos ou menos, a campanha será integralmente glosada.

As reduções ou glosa integral deste item poderão ser reavaliadas pela fiscalização técnica do contrato, caso o impedimento das leituras seja comprovadamente devido a problemas ou a fatos supervenientes ou que não poderiam ter sido previstos e solucionados antes da realização da campanha, dentre outros, a serem avaliados;

- Realização de campanhas de leitura com periodicidade superior à estabelecida originalmente em contrato (vide ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA) e não motivada por solicitação da ELETRONUCLEAR ou por condições climáticas adversas (chuvas intensas, por exemplo) que, comprovadamente, interfiram na plena execução da atividade: redução de 5,0% do total correspondente à soma dos preços unitários dos inclinômetros e marcos superficiais/pinos lidos fora do período ou de 5,0% do preço total da campanha de leitura dos marcos superficiais/pinos do molhe de proteção da CNAAA, indicados na Planilha Orçamentária; Será admitida uma tolerância máxima de mais ou menos cinco dias úteis em relação às periodicidades de leituras estabelecidas no ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA, de forma a absorver oscilações naturais de programação que digam respeito, por exemplo, a datas que caíam em finais de semana/feriados ou imprevistos da CONTRATADA e/ou da ELETRONUCLEAR. A seu critério exclusivo, a ELETRONUCLEAR pode aceitar tolerâncias maiores, desde que devidamente justificadas pela CONTRATADA antes da possível extrapolação do prazo;
- Troca do engenheiro responsável pela ART sem comunicação formal e prévia à ELETRONUCLEAR e sem o envio da documentação do novo profissional, incluindo a nova ART quitada: redução de 2,5% sobre o valor total da soma dos Boletins de Medição associados às campanhas realizadas durante a não regularização.

**ANEXO D**

**TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA E MÚTUA QUITAÇÃO**

ELETRONUCLEAR S.A., com sede e escritório na rua da Candelária nº. 65, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal do Brasil sob nº. 42.540.211/0001-67, declara a aceitação definitiva do objeto do CONTRATO nº. , firmado em / / , bem como a quitação, significando assim, a constatação da completa execução do escopo contratado.

Neste mesmo ato, a , com sede na rua , na (cidade), (estado), (país), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal do Brasil sob o nº. , dá à ELETRONUCLEAR, ampla, rasa e geral quitação, de todas e quaisquer outras condições e/ou obrigações referentes ao mesmo, para mais nada reivindicar e/ou reclamar, a qualquer tempo, seja a que título for, em juízo ou fora dele.

O presente TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA E MÚTUA QUITAÇÃO é feito em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se as Partes, por si e seus sucessores, nos termos da CLÁUSULA 25 do referido CONTRATO.

As Partes representadas pelos seus Diretores ou Procuradores devidamente identificados e autorizados, assinam o presente TERMO, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, .

**ANEXO E**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO REFERENTE À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD**

Eu xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador do CPF nº xxxxxxxxxxxxx, autorizo a empresa XXXXXXXXXX a processar os dados pessoais fornecidos, com o único e exclusivo fim de xxxxxx.

Os dados ora fornecidos deverão estar protegidos pela confidencialidade e ser descartados após a perda de sua utilidade para os fins a que se destina, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados.

**ANEXO F**

**ENGENHARIA DE SEGURANÇA INDUSTRIAL**

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

## SUMÁRIO

1. OBJETO
2. OUTRAS EXIGÊNCIAS
3. PROGRAMAS DE SEGURANÇA INDUSTRIAL
4. SERVIÇO ESPECIALIZADO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (SESMT)

**1. OBJETO**

- 1.1. Este Anexo tem como objetivo fornecer informações sucintas sobre a matéria em questão, estabelecendo critérios e procedimentos sobre Engenharia de Segurança Industrial.
- 1.2. A CONTRATADA deve cumprir a legislação vigente determinada pela Portaria Ministerial nº. 3214, de 08.06.78, que dispõe sobre as Normas Regulamentadoras relativas à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, independentemente de outras exigências que venham a ser feitas, por Órgãos Governamentais ou pela ELETRONUCLEAR, sob pena de suspensão dos trabalhos.

**2. OUTRAS EXIGÊNCIAS**

A ELETRONUCLEAR se reserva o direito de fazer outras exigências com respeito à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, sempre que julgar necessário para a proteção do elemento humano, do patrimônio da ELETRONUCLEAR e das firmas contratadas e do MEIO AMBIENTE.

**3. PROGRAMAS DE SEGURANÇA INDUSTRIAL**

- 3.1. A CONTRATADA deverá cumprir o Programa de Proteção Contra Riscos Ambientais - PPRA, o Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e outros constantes das Normas Regulamentadoras - NR, da Portaria nº. 3214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho.
- 3.2. Caberá ao SESMT da ELETRONUCLEAR avaliar os cronogramas e acompanhar o cumprimento dos mesmos, reportando-se à gerência do CONTRATO para solucionar as não conformidades, tais como descumprimento de prazos, eliminação de itens dos diversos programas e outras, cabendo à gerência do CONTRATO a aplicação de penalidades contratualmente previstas.

**4. SERVIÇO ESPECIALIZADO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (SESMT)**

- 4.1. A ELETRONUCLEAR, por intermédio do seu SESMT, instruirá a CONTRATADA no que diz respeito às necessidades de Engenharia de Segurança, reportando-se à gerência do CONTRATO para que sejam tomadas as providências necessárias para a adequação do efetivo de profissionais de segurança com a carga de trabalho requerida à CONTRATADA

## **ANEXO G**

### **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

## **1. BOLETINS DE MEDIÇÃO (BM)**

- 1.1. A CONTRATADA é a responsável pela elaboração do modelo de Boletim de Medição (BM). Este documento deve conter, no mínimo:
- logomarca da empresa;
  - número do contrato firmado entre a ELETRONUCLEAR e a CONTRATADA;
  - valor total do contrato;
  - descrição de cada serviço (à semelhança da Planilha Orçamentária elaborada pela ELETRONUCLEAR e anexa a este Termo de Referência);
  - indicação da quantidade total de cada item; indicação do preço unitário de cada item;
  - indicação do preço total de cada item;
  - indicação das quantidades medidas na medição considerada;
  - indicação dos valores medidos de cada item na medição considerada;
  - indicação do valor total associado à medição considerada;
  - indicação do saldo contratual de cada item;
  - indicação do saldo contratual total até a medição considerada;
  - colunas indicando as quantidades acumuladas e os valores acumulados de cada item já pagos e o valor total acumulado já pago.
- 1.2. O modelo de Boletim de Medição deverá ser enviado e aprovado formalmente pela ELETRONUCLEAR antes do envio da primeira medição.
- 1.3. As medições serão realizadas com períodos de, no mínimo, 30 dias entre duas medições consecutivas e limitadas à uma medição dentro do mesmo mês. Após o envio formal da medição para os fiscais técnicos do contrato, a medição será avaliada em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia útil subsequente ao do recebimento oficial da medição. Caso a fiscalização técnica do contrato solicite alteração ou correção da medição, novo prazo de até 3 (três) dias úteis será contado, mantidos os demais critérios, até a aprovação formal da medição.
- 1.4. A aprovação pela ELETRONUCLEAR de qualquer documento emitido pela CONTRATADA não elidirá a que, a qualquer tempo, na constatação de erros, falhas, imperfeições e/ou equívocos, a ELETRONUCLEAR proceda e/ou determine a consequente correção, ressarcimento e/ou compensação, a seu exclusivo critério, conforme cada caso.

## **2. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

- 2.1. Os seguintes critérios de medição serão adotados, de acordo com os itens listados na planilha de quantidades:
- a) "Leitura dos inclinômetros" e "Leitura dos inclinômetros da UAS, em área controlada radiologicamente": serão remuneradas por cada inclinômetro efetivamente lido, na

campanha em questão. Para tanto, é obrigatória a apresentação dos dados de campo (se aplicável, dados do software incorporado ao equipamento de leitura, tanto no seu formato original quanto em Excel) de todos os inclinômetros lidos, e exibidos separadamente conforme a designação de cada instrumento e sua localização na encosta considerada.

A se destacar que o trabalho realizado dentro de área radiologicamente controlada demanda adequado planejamento, pois requer mais tempo para acesso ao local.

Caso ocorram deformações na massa de solo tais que obstruam a leitura em profundidades menores do que a original em que o inclinômetro fora instalado, à critério exclusivo da fiscalização técnica da ELETRONUCLEAR, o inclinômetro poderá continuar a ser lido até a profundidade possível. Neste caso, a CONTRATADA será remunerada da mesma forma descrita anteriormente. Porém, caso a fiscalização técnica da ELETRONUCLEAR opte por abandonar a leitura deste inclinômetro, cessará a remuneração associada ao equipamento.

A apresentação final dos dados tratados e compilados deve ser estruturada através de tabelas e gráficos de deslocamento horizontal versus profundidade e o desenvolvimento das análises de engenharia, com as conclusões pertinentes, deverá ser feito no “Relatório Técnico Inclinométrico”, a ser medido separadamente;

b) “Elaboração do Relatório Técnico Inclinométrico”: será remunerada após o aceite formal do conteúdo do relatório, a ser dado pela fiscalização técnica da ELETRONUCLEAR;

c) “Leitura dos marcos superficiais da Berma da Encosta da Central de Concreto”: será remunerada por cada marco superficial efetivamente lido, na campanha em questão. Para tanto, é obrigatória a apresentação dos dados de campo (se aplicável, dados do software incorporado ao equipamento de leitura, tanto no seu formato original quanto em Excel) de todos os marcos superficiais lidos, e exibidos separadamente conforme a designação de cada marco.

A apresentação final dos dados tratados e compilados deve ser estruturada através de tabelas e gráficos de deslocamento horizontal versus tempo, de deslocamento vertical versus tempo e de deslocamento resultante versus tempo, e o desenvolvimento das análises de engenharia, com as conclusões pertinentes, deverá ser feito no “Relatório Técnico Topográfico da Berma da Encosta da Central de Concreto”, a ser medido separadamente;

d) “Elaboração do Relatório Técnico Topográfico da Berma da Encosta da Central de Concreto”: será remunerada após o aceite formal do conteúdo do relatório, a ser dado pela fiscalização técnica da ELETRONUCLEAR;

e) “Leitura dos marcos superficiais das cortinas atirantadas do acesso à CNAAA” e

“Leitura dos marcos superficiais do acesso à Angra 3”: serão remuneradas por cada marco superficial/pino efetivamente lido, na campanha em questão. Para tanto, é obrigatória a apresentação dos dados de campo (se aplicável, dados do software incorporado ao equipamento de leitura, tanto no seu formato original quanto em Excel) de todos os marcos superficiais/pinos lidos, e exibidos separadamente conforme a designação de cada marco/pino.

A apresentação final dos dados tratados e compilados deve ser estruturada através de tabelas e gráficos de deslocamento horizontal versus tempo, de deslocamento vertical versus tempo e de deslocamento resultante versus tempo, e o desenvolvimento das análises de engenharia, com as conclusões pertinentes, deverá ser consolidado num único documento, contemplando ambos os locais, e denominado “Relatório Técnico Topográfico das Cortinas Atirantadas do acesso à CNAAA e do acesso à Angra 3”, a ser medido separadamente;

f) “Elaboração do Relatório Técnico Topográfico das Cortinas Atirantadas do acesso à CNAAA e do acesso à Angra 3”: será remunerada após o aceite formal do conteúdo do relatório, a ser dado pela fiscalização técnica da ELETRONUCLEAR;

g) “Leitura dos marcos superficiais da UAS”: será remunerada por cada marco superficial efetivamente lido, na campanha em questão. Para tanto, é obrigatória a apresentação dos dados de campo (se aplicável, dados do software incorporado ao equipamento de leitura, tanto no seu formato original quanto em Excel) de todos os marcos superficiais lidos, e exibidos separadamente conforme a designação de cada marco. Este trabalho será realizado dentro de área radiologicamente controlada. Portanto, é necessário adequado planejamento, pois requer mais tempo para acesso ao local.

A apresentação final dos dados tratados e compilados deve ser estruturada através de tabelas e gráficos de deslocamento horizontal versus tempo, de deslocamento vertical versus tempo e de deslocamento resultante versus tempo, e o desenvolvimento das análises de engenharia, com as conclusões pertinentes, deverá ser feito no “Relatório Técnico Topográfico da UAS”, a ser medido separadamente;

h) “Elaboração do Relatório Técnico Topográfico da UAS”: será remunerada após o aceite formal do conteúdo do relatório, a ser dado pela fiscalização técnica da ELETRONUCLEAR;

i) “Leitura dos pinos e marcos superficiais do Molhe de Proteção da CNAAA – por campanha”: será remunerada por campanha. Em cada campanha é prevista a leitura de 125 marcos superficiais e pinos, distribuídos ao longo de 10 seções de controle. Da mesma forma que nos itens anteriores, para comprovação, é obrigatória a apresentação dos dados de campo (se aplicável, dados do software incorporado ao equipamento de leitura, tanto no seu formato original quanto em Excel) de todos os marcos superficiais/pinos lidos, e exibidos separadamente conforme a designação de

cada marco/pino, constante de cada uma das 10 seções.

A apresentação final dos dados tratados e compilados deve ser estruturada através de tabelas e gráficos de deslocamento horizontal versus tempo, de deslocamento vertical versus tempo e de deslocamento resultante versus tempo, e o desenvolvimento das análises de engenharia, com as conclusões pertinentes, deverá ser feito no “Relatório Técnico do Molhe de Proteção da CNAAA”, a ser medido separadamente;

j) “Recuperação ou reinstalação de pinos e marcos superficiais, em caso de estarem danificados-por campanha”: será remunerada por campanha. Em cada campanha é prevista a recuperação de 15% do total de marcos superficiais e pinos do molhe de proteção. Da mesma forma que nos itens anteriores, para comprovação, é obrigatória a apresentação dos marcos superficiais e pinos recuperados (através de fotos) no “Relatório Técnico do Molhe de Proteção da CNAAA”.

Os marcos superficiais/pinos eventualmente danificados ou sem condições de uso deverão ser substituídos pela CONTRATADA, de acordo com as recomendações constantes no ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA. Destaca-se que as condições ambientais do local do molhe são de alta agressividade, com presença de maré/salinidade, além de elevada exposição ao sol;

k) “Revitalização da pintura da numeração dos pinos e marcos superficiais - por campanha”: será remunerada por campanha. Antes da realização da primeira campanha de leituras, é obrigatória a realização de pintura demarcatória e de numeração de todos os marcos superficiais/pinos. A lógica da numeração será fornecida pela ELETRONUCLEAR no momento adequado. Antes do início de cada campanha de leitura, a CONTRATADA deverá percorrer o molhe verificando a necessidade de revitalizar a numeração dos elementos topográficos e, caso seja necessário, deverá realizar a pintura.

Para comprovação, é obrigatória a apresentação da pintura demarcatória eventualmente realizada (através de fotos) no “Relatório Técnico do Molhe de Proteção da CNAAA”;

l) “Elaboração do Relatório Técnico do Molhe de Proteção da CNAAA”: será remunerada após o aceite formal do conteúdo do relatório, a ser dado pela fiscalização técnica da ELETRONUCLEAR.

Onde aplicável, caso seja constatado dano à integridade dos marcos superficiais/pinos, deslocamentos excessivos, ou qualquer outra anomalia que comprometa a qualidade das leituras realizadas, o marco superficial/pino não deverá ser lido, não sendo, portanto, remunerado.

Cada um dos “Relatórios Técnicos” acima descritos deverá ser entregue em até 15 dias corridos, contados a partir do dia útil seguinte à data de término da campanha de

leitura considerada.

Como explicado anteriormente, há inclinômetros e marcos superficiais já instalados, em relação aos quais há certeza da realização das campanhas de leitura desde o início do contrato; e outros, ainda a instalar, cujo início das campanhas de leitura depende da finalização de sua instalação. Em relação a este grupo, a CONTRATADA não poderá alegar lucro cessante ou argumentar que a eventual não realização ou a realização parcial (em número inferior ao máximo possível do item) das campanhas de leituras compromete seu orçamento e a execução dos serviços. Ainda tendo como base o mesmo caso, a não realização de campanhas de leituras dos inclinômetros e marcos superficiais ou a realização de campanhas com leituras inferiores ao quantitativo máximo previsto na Planilha Orçamentária não ensejará qualquer tipo de pleito da CONTRATADA, inclusive aqueles genericamente denominados de reequilíbrio econômico-financeiro.

### **3. FORMA DE ENTREGA DO OBJETO CONTRATUAL**

O objeto contratual será entregue de duas formas:

- a) Através de campanhas de leituras de campo dos inclinômetros e dos marcos superficiais/pinos, incluindo a documentação comprobatória das leituras realizadas;
- b) Através da elaboração dos diversos Relatórios Técnicos e da análise de engenharia dos dados obtidos.

**ANEXO H**

**MATRIZ DE RISCO**

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

**Matriz de Risco – Execução de Leituras de Inclínômetros e de Marcos Superficiais na CNAAA**

Risco	Definição	Alocação	Probabilidade	Impacto	Mitigação
<b>Risco associado ao cumprimento do cronograma</b>	Não liberação pela ELETRONUCLEAR de documentos de referência e demais informações de engenharia necessários à execução dos serviços	ETN	Remota	Baixo	Verificar toda a documentação de referência necessária e avaliar se a Contratada dispõe de todo o conjunto, nas suas últimas revisões liberadas e aprovadas no sistema de gerenciamento de documentos da ELETRONUCLEAR (Sincronia). Fazer reunião formal de início e acompanhar avanço em reuniões periódicas.
	Equipe de segurança do trabalho da ELETRONUCLEAR reduzida ou em acompanhamento simultâneo de outras atividades	ETN	Remota	Médio	Planejar, com a antecedência necessária, as eventuais idas ao campo dos profissionais.
	Demora na liberação de dosímetros	Compartilhada	Ocasional	Médio	A área contratante (DEC.N) deve interagir com as áreas médica, de dosimetria e administrativa da ELETRONUCLEAR para a liberação dos dosímetros. A tramitação da documentação e obtenção de assinaturas para liberação dos dosímetros devem ser iniciadas tão logo sejam definidos os nomes dos profissionais e se tenha os resultados dos exames médicos e do TEG (Treinamento dos Empregados em Geral). O prazo para liberação dos dosímetros é de 30 dias após a entrega completa da documentação necessária da Contratada. Se a ELETRONUCLEAR atrasar e se houver impacto real e mensurável, o custo é de sua responsabilidade. Se a Contratada atrasar o envio da documentação necessária, o custo é de responsabilidade dela.
	Paralisação devido a chuvas	Compartilhada	Ocasional	Médio	Critério: índices pluviométricos registrados a partir de 2000 na CNAAA. Se os índices pluviométricos máximos não forem superados, os custos serão integralmente da Contratada. Mitigação: avaliação constante da situação pela ELETRONUCLEAR e Contratada; acompanhamento constante dos boletins climáticos pela ELETRONUCLEAR e Contratada; Contratada deve adotar medidas de antecipação visando a proteção de pessoas e equipamentos mobilizados; ELETRONUCLEAR e Contratada devem avaliar um plano para o enfrentamento do problema, bem como avaliarem os possíveis impactos em termos de prazos.
	Paralisação devido a descumprimento de legislação trabalhista, de falta de documentação requerida e de outras demandas obrigatórias por lei, normativo, regulamentos, normas, entidades representativas de classes (CREA, por exemplo), sindicatos, acordos coletivos e afins	Contratada	Remota	Baixa	Orientar a Contratada e diligenciar, através das áreas competentes da ELETRONUCLEAR, a avaliação do cumprimento dos requisitos legais exigidos e a apresentação dos documentos necessários.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

<b>Risco associado ao cumprimento do cronograma</b>	Paralisação devido ao descumprimento de requisitos associados à segurança do trabalho	Contratada	Remota	Médio	Agendar reuniões inicial e periódicas com a área de segurança do trabalho da ELETRONUCLEAR, definindo as ações necessárias. Obs.: a área de segurança do trabalho da ELETRONUCLEAR, caso detecte descumprimento de normas, de boas práticas ou perceba situações que coloquem em risco a vida, o patrimônio público/privado ou o meio ambiente, tem autonomia para interromper as atividades até a implementação das medidas necessárias. Antes da interrupção, como prática, orienta as medidas necessárias para adequação, estabelecendo prazos para o cumprimento. Porém, em situações de risco iminente, a paralisação pode ser imediata.
	Paralisação de atividades devido à greve	Compartilhada	Ocasional	Médio	Negociar com sindicatos equipe mínima da ELETRONUCLEAR para não paralisar as atividades. No caso de equipe mínima ser possível, a Contratada não poderá cobrar horas paradas de sua equipe ociosa (inclusive mão-de-obra indireta - engenheiro, geólogo, encarregado e técnicos), caso seja necessário reduzir as frentes de serviço. Se, por outro lado, não for possível a equipe mínima, o custo da paralisação é de responsabilidade da ELETRONUCLEAR, desde que avaliado e aprovado previamente.
<b>Risco associado à execução das leituras</b>	Falta de experiência na execução de leituras de inclinômetros e marcos superficiais	Contratada	Ocasional	Alto	Durante a etapa de contratação, exigir qualificação técnica da Contratada e de seus profissionais responsáveis, compatível com a complexidade dos serviços e com o nível de exigências da ELETRONUCLEAR.
	Qualidade do trabalho incompatível com as especificações, com as boas práticas, com as normas e com a boa técnica	Contratada	Remota	Alto	Realizar reuniões de acompanhamento entre ELETRONUCLEAR e Contratada. Presença de campo dos engenheiros e técnicos da ELETRONUCLEAR. Exigir certificado de calibração dos equipamentos.
	Perda do banco de dados dos resultados das leituras.	Contratada	Remota	Médio	Exigir que a Contratada faça cópia de segurança.
	Falha dos equipamentos de leitura	Contratada	Remota	Médio	Exigir que a Contratada elabore um planejamento mínimo para reposição de equipamentos, em caso de falha ou dano.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025

**ANEXO I**  
**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

CPSN – Rev. Jul/2025



**CENTRAL NUCLEAR ALMIRANTE ALVARO ALBERTO  
USINA NUCLEAR DE ANGRA**

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

PARA **PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE  
CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO  
EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA**

DOCUMENTO Nº **EP-AG-17554**

REVISÃO Nº **0**

DATA

☐ NÃO CONTROLADA

☒ CONTROLADA

O PORTADOR DE DOCUMENTOS CONTROLADOS  
SERÁ AUTOMATICAMENTE INFORMADO DE  
EVENTUAIS REVISÕES

Aprovado em 19/05/2025

Título: PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA

Página: 2 de 33

## FOLHA DE APROVAÇÃO E LIBERAÇÃO

## Fluxo de Aprovação do Documento:

		R0	R1	R2	R3
PREPARADO	U.O.	DEC.N			
	NOME	Carolina			
	ASSINATURA	CAROLINA DE ALBUQUERQUE CARDOSO:08242541710 Assinado de forma digital por CAROLINA DE ALBUQUERQUE CARDOSO:08242541710 Dados: 2025.05.19 11:24:39 -03'00'			
VERIFICADO	U.O.	DEC.N			
	NOME	Márcio			
	ASSINATURA	MARCIO RENATO BRASIL:02512837718 Assinado de forma digital por MARCIO RENATO BRASIL:02512837718 Dados: 2025.05.19 11:39:56 -03'00'			
VERIFICADO	U.O.				
	NOME				
	ASSINATURA				
VERIFICADO	U.O.				
	NOME				
	ASSINATURA				
VERIFICADO	U.O.				
	NOME				
	ASSINATURA				

Título: PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA

Página: 3 de 33

VERIFICADO QUALIDADE	U.O.				
	NOME				
	ASSINATURA				
APROVADO	U.O.	DEC.N			
	NOME	Roque			
	ASSINATURA	ROQUE DE MELLO FERREIRA:07 258067701	Assinado de forma digital por ROQUE DE MELLO FERREIRA:0725806 7701 Dados: 2025.05.19 13:55:46 -03'00'		
APROVADO	U.O.				
	NOME				
	ASSINATURA				
APROVADO	U.O.				
	NOME				
	ASSINATURA				
LIBERADO	U.O.	SE.T			
	NOME	Ferrari			
	ASSINATURA	LUCIO DIAS BATISTA FERRARI:0 03760058	Assinado de forma digital por LUCIO DIAS BATISTA FERRARI:003760 05831 Dados: 2025.05.19 15:41:04 -03'00'		
	DATA	31			

Este documento é composto de **33** páginas de texto e **23** páginas de anexo.

OBSERVAÇÕES:

Número do arquivo no Sincronia: CAT03706154

DISTRIBUIÇÃO: SE.N

## ESPECIFICAÇÃO

Documento Nº:

EP-AG-17554

Rev.: 0

Título: PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA

Página: 4 de 33

### FOLHA DE REVISÃO

Rev.	Assunto	Data da Liberação

Título: PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA

Página: 5 de 33

**ÍNDICE**

<b>FOLHA DE APROVAÇÃO E LIBERAÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>FOLHA DE REVISÃO.....</b>	<b>2</b>
<b>ÍNDICE.....</b>	<b>3</b>
<b>1 OBJETIVO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 APLICAÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>3 DEFINIÇÕES E ABREVIATURAS .....</b>	<b>6</b>
3.1 DEFINIÇÕES .....	6
3.2 ABREVIATURAS .....	6
<b>4 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA .....</b>	<b>7</b>
<b>5 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES .....</b>	<b>7</b>
<b>6 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS LOCAIS .....</b>	<b>8</b>
6.1 INCLINÔMETROS .....	9
6.2 MARCOS SUPERFICIAIS .....	11
6.2.1 Berma da Encosta da Central de Concreto .....	11
6.2.2 Cortinas Atirantadas do Acesso à CNAAA e Acesso à Angra 3 .....	14
6.2.3 UAS .....	17
6.3 MOLHE DE PROTEÇÃO DAS TOMADAS D'ÁGUA .....	20
6.4 COMENTÁRIOS GERAIS .....	25
<b>7 INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS .....</b>	<b>25</b>
7.1 INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	25
7.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS .....	26
7.2.1 Leituras dos Inclínômetros .....	27
7.2.2 Leituras dos Marcos Superficiais .....	29
7.2.3 Leituras no Molhe de Proteção da CNAAA .....	30
<b>8 PRAZOS .....</b>	<b>32</b>
<b>9 INSPEÇÃO E ACEITAÇÃO .....</b>	<b>32</b>
<b>10 DOCUMENTAÇÃO .....</b>	<b>33</b>
<b>11 ANEXOS .....</b>	<b>33</b>

Título: PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA

Página: 6 de 33

## 1 OBJETIVO

O objetivo desta Especificação é apresentar as orientações para a realização de campanhas de leituras de inclinômetros instalados em algumas encostas no entorno da CNAAA, bem como da execução de levantamento topográfico da berma da encosta da Central de Concreto, das cortinas do Trevo de Acesso, da via de acesso à Angra 3, da laje e do talude da UAS e do Molhe de Proteção da CNAAA.

## 2 APLICAÇÃO

O conteúdo desta Especificação Técnica é aplicável a todos os Departamentos da ETN e CONTRATADA, sendo válido a partir da sua data de liberação.

## 3 DEFINIÇÕES E ABREVIATURAS

### 3.1 DEFINIÇÕES

CONTRATADA	Empresa responsável pela execução de todo o serviço especificado neste documento.
FISCALIZAÇÃO	Função de monitoração da qualidade, pela ETN ou empresa delegada, durante a execução de uma atividade a qual é efetuada em uma base aleatória ou intermitente.
SERVIÇOS	Toda a mão de obra e quaisquer outros serviços fornecidos pela Contratada para satisfazer aos requisitos desta Especificação.

### 3.2 ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AUX	Marcos auxiliares
CNAAA	Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto
CCR	Concessionária responsável pela rodovia BR-101
DEC.N	Departamento de Engenharia Civil da ETN
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
ETN	Eletronuclear S.A.
MS	Marco superficial
PCMAT	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção
PPRA	Programa de Proteção Contra Riscos Ambientais
UAS	Unidade de Armazenamento Complementar a Seco de Elementos Combustíveis Irradiados

Título: PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA

Página: 7 de 33

#### **4 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA**

EP-AG-16309	Projeto Executivo - Execução de sondagens e instrumentação geotécnica na CNAAA
DE-AG-11274 (CAT08699472)	Acesso – Morro do Urubu – Projeto Executivo – Locação da Instrumentação
MC-AG-13638	Geophi Engenharia Ltda - Projeto Executivo de Estabilização, Recuperação e Instrumentação da Encosta NW, Vias de Acesso e Cortinas Atirantadas – CNAAA
PC-AG-SS-001	Requisitos mínimos de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional a serem cumpridos por empresas prestadoras de serviço
PE-A3-EC-003	Procedimento Executivo – Especificações para Engenharia Civil
RL-AG-15143 (CAT06703366)	Projeto de Estabilização da Encosta da Central de Concreto
RL-AG-15469 (CAT06703693)	Monitoração da Encosta Situada Junto à Antiga Central de Concreto
RL-AG-15470 (CAT06703694)	Monitoração da Encosta Noroeste, Vias de Acesso e Cortinas Atirantadas do Acesso à CNAAA
VG-U-6081-000001	GEOPHI Engenharia Ltda - Projeto de Instrumentação e Monitoramento da Área UAS – Memória de Cálculo
VH-U UZT-000001	GEOPHI Engenharia Ltda - Projeto Executivo de Instrumentação do Talude e Laje da UAS

#### **5 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

ABNT NBR-13133	Execução de levantamento topográfico - Procedimento
GTI.A-006-864023	Marcos topográficos de apoio Unidade III
PC-AG-SS-001	Requisitos mínimos de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional a serem cumpridos por empresas prestadoras de serviço
PE-AG-EC-003	Elaboração de desenhos em Autocad no DEC.N e suas contratadas
UD-Y UZT- 026003	Posição - Conversão das coordenadas de UTM local para SIRGAS 2000

**6 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS LOCAIS**

O escopo de serviços é constituído de: i) leituras de inclinômetros com elaboração de relatório técnico; ii) leituras topográficas de pinos e marcos superficiais com elaboração de relatórios técnicos; iii) eventual recuperação de pinos e marcos superficiais existentes que se apresentem danificados com elaboração de relatório técnico.

As campanhas ocorrerão com as periodicidades de leitura já estabelecidas pela ETN, a saber, inclinômetros com periodicidade mensal e marcos superficiais, mensal ou semestral, de acordo com o local. O objetivo destas campanhas é monitorar parâmetros geotécnicos de rotina que permitam o acompanhamento das condições de estabilidade dos taludes, de movimentos horizontais e verticais de encostas, de estruturas de contenção e do molhe de proteção. Os dados destas campanhas são compilados e analisados, sendo condensados na forma de relatórios que são enviados semestral e anualmente para IBAMA e CNEN, respectivamente.

Uma parte dos instrumentos – no caso desta especificação entendidos como sendo os inclinômetros, os pinos e os marcos superficiais – já está efetivamente implantada em locais diversos, dentro das instalações da CNAAA e nas encostas de seu entorno. A outra parte, os novos instrumentos, contudo, ainda será instalada. Nos subitens a seguir estas distinções são apresentadas.

Os comprimentos dos inclinômetros a serem instalados são estimativas de projeto que poderão sofrer alteração no transcurso da execução e somente poderão ser confirmados pela ETN após sua efetiva instalação.

Em função de particularidades que somente poderão ser confirmadas na fase executiva, a quantidade de novos instrumentos prevista de ser instalada poderá variar.

Com relação aos novos instrumentos a serem instalados, a intenção da ETN é de que todos sejam implantados dentro do prazo de vigência do contrato. Contudo, em função de vários aspectos supervenientes ao processo, não há garantias a esse respeito. Portanto, caso não se confirme, parcial ou integralmente, a instalação dos novos instrumentos, a CONTRATADA não poderá alegar que a não realização implica lucro cessante e nem argumentar que a não realização destas atividades compromete seu orçamento e a execução do restante dos serviços. Da mesma forma, a não realização dos referidos itens não ensejará qualquer tipo de pleito da CONTRATADA, inclusive aqueles genericamente denominados de reequilíbrio econômico-financeiro.

As leituras devem ser programadas para que todos os instrumentos sejam lidos dentro de uma mesma campanha, não sendo aceita mais de uma campanha dentro do mesmo mês. Exceções serão avaliadas, caso a caso, pela fiscalização técnica do contrato, desde que haja motivações objetivas devidamente comprovadas pela CONTRATADA.

A Figura 6.1 apresenta os locais em que serão realizados os serviços.



Figura 6.1- Localização da instrumentação (Google Earth, 2024).

Os itens subsequentes apresentam mais informações, tais como a quantidade e tipo de instrumentos, a periodicidade das leituras, as profundidades dos inclinômetros, as informações técnicas, dentre outras.

## 6.1 INCLINÔMETROS

As leituras serão realizadas em 29 (vinte e nove) furos distintos de inclinometria, sendo 10 furos já instalados e operacionais e 19 inclinômetros a serem instalados, com tubo-guia com diâmetro interno de 81,1mm.

As profundidades e coordenadas dos furos existentes são apresentadas na Tabela 6.1; já as profundidades e coordenadas estimadas dos furos a serem executados são apresentadas na Tabela 6.2.

Os comprimentos dos inclinômetros a serem instalados são estimativas de projeto que poderão sofrer alteração no transcurso da execução e somente poderão ser confirmados pela ETN após sua efetiva instalação.

A periodicidade das leituras será mensal.

Título: PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA

Página: 10 de 33

Tabela 6.1 – Profundidade e coordenadas dos inclinômetros existentes.

Inclinômetros	Coordenadas (SIRGAS 2000)		Profundidades dos furos (m)
	NORTE	LESTE	
IA-1	7.455.973,374	555.994,213	42,5
IA-2	7.455.952,374	555.979,213	37,0
IA-4	7.455.912,374	556.036,213	17,5
IA-5	7.455.919,374	55.6118,213	20,5
IA-6	7.455.985,374	556.078,213	39,0
SI-2	7.455.445,374	555.997,213	34,0
SI-3	7.455.593,374	556.066,213	27,5
SI-201	7.455.466,374	555.909,212	18,0
SI-202	7.455.457,374	555.960,213	21,0
SL-11B	7.456.138,375	555.229,212	21,0

Tabela 6.2 – Profundidade e coordenadas estimadas dos inclinômetros a serem instalados.

Inclinômetros	Coordenadas estimadas (SIRGAS 2000)		Profundidades estimadas dos furos (m)
	NORTE	LESTE	
I-1C	7.456.012,147	555.337,848	48,0
I-2D	7.455.946,819	555.257,603	48,0
I-3B	7.455.923,005	555.332,929	40,0
SL-2D	7.456.092,958	555.288,014	35,0
SL-4D	7.456.069,872	555.364,180	48,0
SL-19C	7.456.199,042	555.367,472	48,0
INC-NW-1	7.456.041,383	555.441,820	48,0
INC-NW-2	7.455.947,212	555.429,344	40,0
INC-NW-3	7.455.928,761	555.538,805	45,0
INC-NW-4	7.455.882,070	555.481.137	30,0
INC-CC-1	7.455.425,26	556.097,82	50,0

Título: PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA

Página: 11 de 33

INC-CC-2	7.455.429,00	556.048,19	46,0
INC-CC-3	7.455.432,29	556.002,02	33,0
SI-4A	7.455.444,50	556.062,62	41,0
INC-MDU-01	7.455.805,55	554.373,96	24,0
INC-MDU-02	7.455.754,08	554.420,90	21,0
INC-UAS-1	7.455.697,084	554.712,843	23,0
INC-UAS-2	7.455.684,209	554.735,129	23,0
INC-UAS-3	7.455.684,553	554.758,640	23,0

## 6.2 MARCOS SUPERFICIAIS

Os marcos superficiais ou pinos são dispositivos empregados para controle topográfico.

Caso sejam detectados danos aos marcos superficiais, em quaisquer uma das encostas, excetuando-se o Molhe de Proteção, que comprometam a realização das leituras ou afetem sua qualidade, a ETN deve ser imediatamente avisada para proceder à sua recuperação seguida do seu devido cadastramento.

No caso do Molhe de Proteção, a recuperação ou reinstalação dos marcos e/ou dos pinos eventualmente danificados faz parte do escopo da Contratada, conforme apresentado nos itens 6.3 e 7.2.3.

### 6.2.1 Berma da Encosta da Central de Concreto

Os marcos superficiais (de recalques) foram instalados originalmente após a execução da berma de enrocamento, em 2009, na encosta da antiga Central de Concreto, estando a localização dos mesmos assim distribuída: 2 marcos no pé da berma e 3 no topo da berma.

Em 2023, os marcos originalmente instalados foram substituídos por marcos do tipo alvo fixo para facilitar a execução das leituras, mantendo-se a locação o mais próximo possível da instalação original.

As Figuras 6.2 e 6.3 apresentam a localização dos marcos superficiais, assim como um detalhe de cada um.

A periodicidade das leituras será semestral.

Título: PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA

Página: 12 de 33

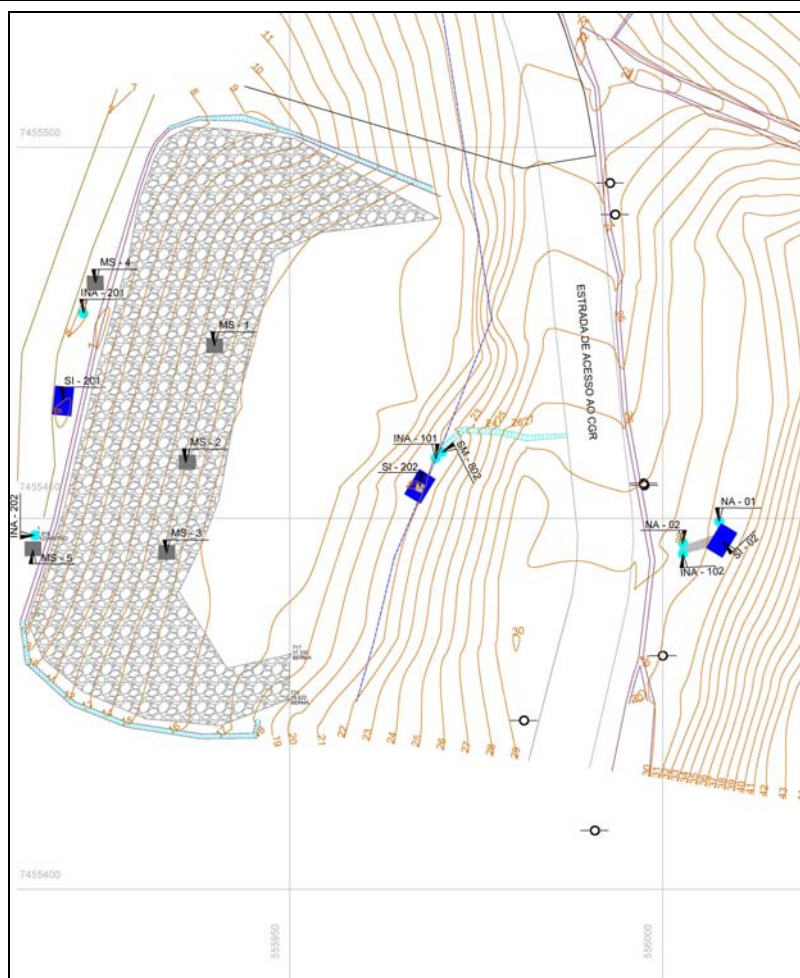


Figura 6.2 – Localização dos marcos superficiais (MS-1 a MS-5).

Título: PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA

Página: 13 de 33



a) Marcos superficial MS-1



b) Marcos superficial MS-2



c) Marcos superficial MS-3



d) Marcos superficial MS-4

Título: PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA

Página: 14 de 33



e) Marcos superficial MS-5

Figura 6.3 – Detalhe dos marcos superficiais (Jacminas, 2024).

## 6.2.2 Cortinas Atirantadas do Acesso à CNAAA e Acesso à Angra 3

Os marcos superficiais serão implantados no topo dos 4 níveis de cortinas atirantadas localizadas no acesso à CNAAA, para controle de deslocamentos verticais e horizontais, totalizando 12 marcos (MS-01 a MS-12), conforme apresentado na Figura 6.4 abaixo.

Já no trecho da Encosta Noroeste localizado ao longo da via de acesso à Angra 3, encontram-se já implantados 6 marcos superficiais e 9 pinos de recalque, protegidos com olho de gato, conforme apresentado nas Figuras 6.5 e 6.6.

A periodicidade das leituras dos marcos e pinos deste item será mensal, devendo ser seguido o seguinte procedimento: 3 leituras mensais (1 leitura a cada 10 dias) no primeiro mês, seguido por 2 leituras mensais (1 leitura a cada 15 dias) no segundo mês e finalmente 1 leitura mensal a partir do terceiro mês, iniciando o monitoramento regular.

Título: PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA

Página: 15 de 33

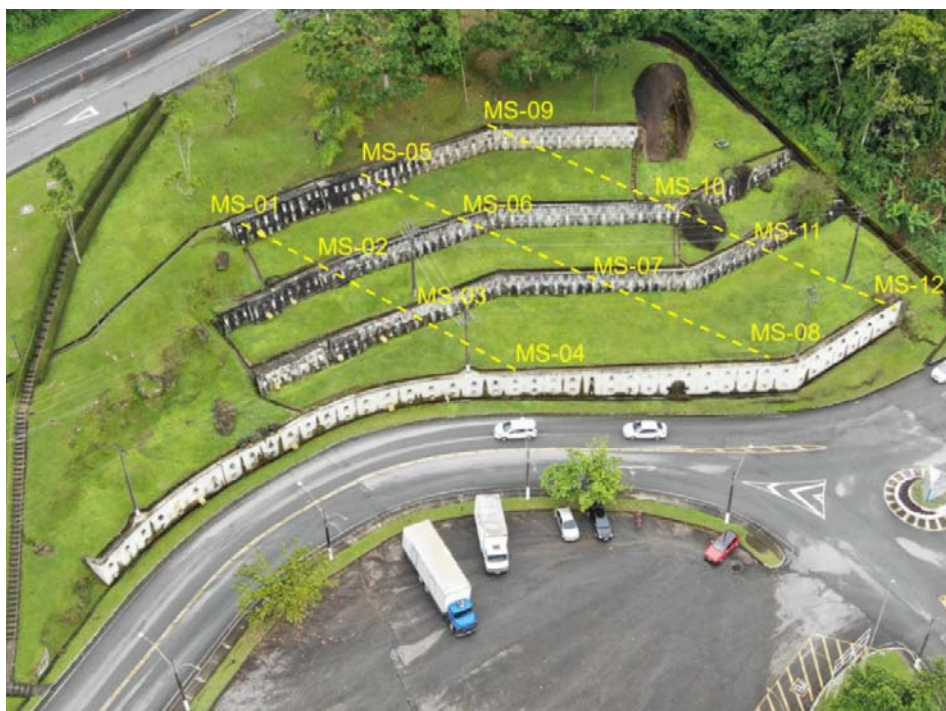


Figura 6.4- Vista aérea com arranjo esquemático dos 12 marcos superficiais das cortinas atirantadas (Geophi, 2023).

Título: PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA

Página: 16 de 33

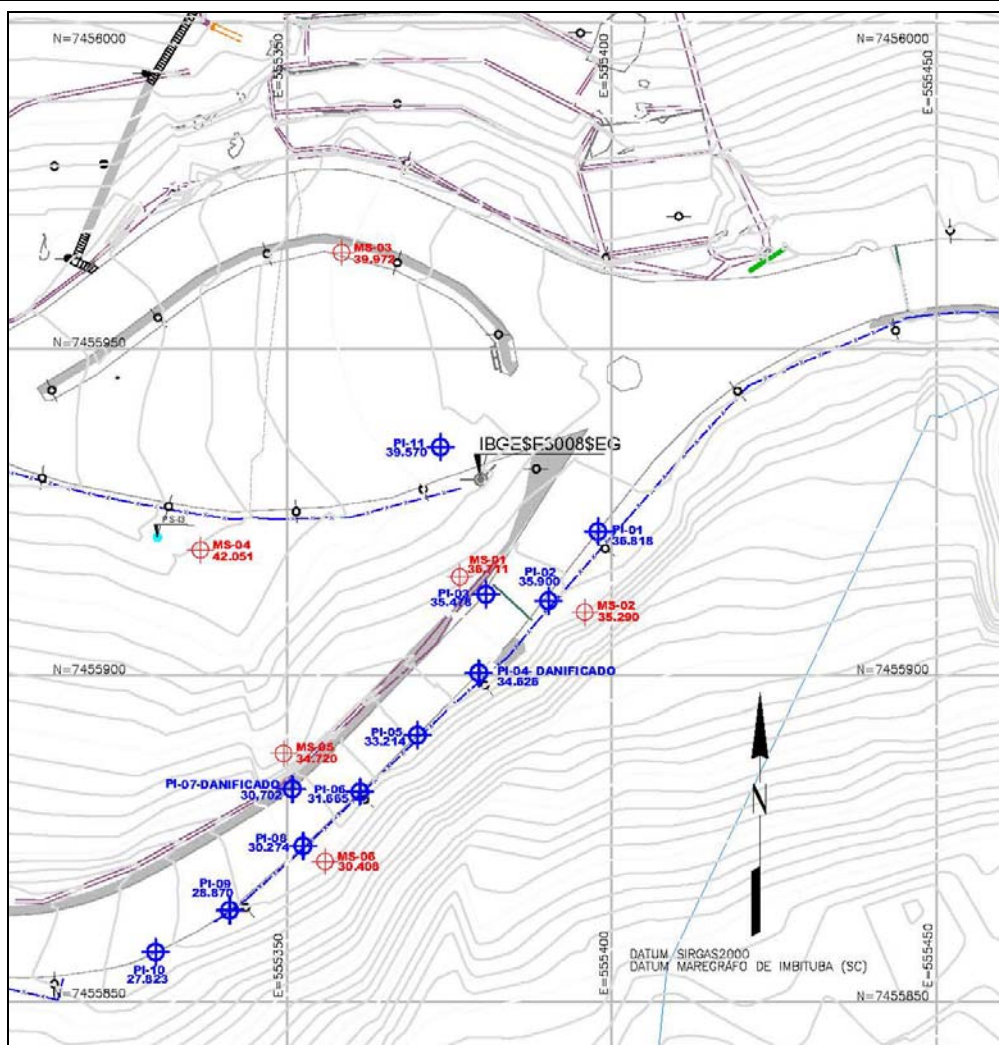


Figura 6.5- Planta de locação dos pinos e marcos do acesso a Angra 3 (adaptado de A1MC, 2023).



(a) Detalhe de um pino típico- PI-01



(b) Detalhe de um marco superficial típico- MS-02

Figura 6.6- Pinos e marcos do acesso a Angra 3 (A1MC, 2023).

### 6.2.3 UAS

Os marcos superficiais estão instalados na laje de concreto armado e no talude da UAS, parte na crista e parte na face deste talude. A distribuição destes marcos é a seguinte: 35 já instalados na laje de concreto, 14 a serem instalados na face e laterais do talude e 5 já instalados na crista, conforme apresentado na Figura 6.7.

Os marcos superficiais diferem em termos físicos. Na laje da UAS os marcos consistem em pinos lisos ação indireta  $\frac{1}{4}$ " x 19mm com recartilha, instalados em um furo em concreto, com 1cm de profundidade em relação à face superior da laje. Na crista e laterais do talude, os marcos são bases de concreto para apoio da baliza e, na face frontal do talude, consistem em prisma circular com suporte e alvo.

A Figura 6.8 apresenta o detalhe de um marco instalado na laje e a Figura 6.9, o detalhe do marco localizado na crista do talude.

Para viabilizar a leitura dos marcos da laje, a ETN executou 5 marcos auxiliares (AUX-01 a AUX-05) para apoio na região externa à UAS. Já para a leitura dos marcos do talude e suas laterais, foram executados 3 marcos auxiliares (AUX-06 a AUX-08). A Figura 6.7 apresenta a localização dos marcos auxiliares e as Figuras 6.10 e 6.11 apresentam detalhes dos marcos auxiliares da laje e talude da UAS, respectivamente.

A área da UAS é radiologicamente controlada e faz jus ao adicional de 30% relativo às radiações ionizantes.

A periodicidade das leituras será mensal.

Título: PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA

Página: 18 de 33

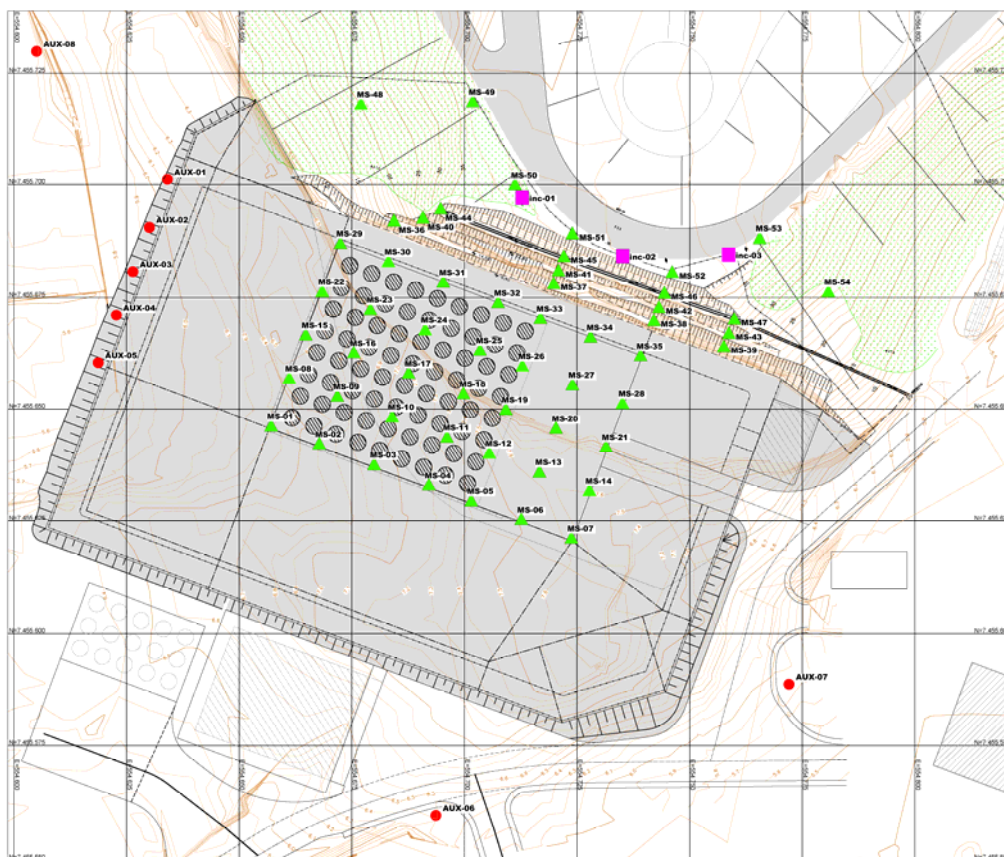


Figura 6.7 – Localização dos marcos superficiais da UAS e dos marcos auxiliares.



Figura 6.8 – Leitura do marco superficial MS-08 na laje da UAS.



Figura 6.9- Marco superficial MS-50 na crista do talude.



Figura 6.10 – Marcos auxiliares de apoio às leituras dos marcos superficiais da laje.

Título: PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA

Página: 20 de 33



Figura 6.11- Execução do marco auxiliar AUX-06 para leitura dos marcos superficiais do talude. Atualmente, já concluída a execução.

### 6.3 MOLHE DE PROTEÇÃO DAS TOMADAS D'ÁGUA

O Molhe de Proteção das Tomadas d'Água de Angra 1, 2 e 3 é um quebra-mar em enrocamento, construído na década de 80, com cerca de 1.100m de extensão. A Figura 6.12 apresenta uma vista da porção emersa do molhe de proteção.



Figura 6.12 – Localização do molhe de proteção (Google Earth, 2024).

Os serviços topográficos no molhe de proteção objetivam o controle de recalques e consistem na determinação planialtimétrica dos 10 marcos e 115 pinos das 10 seções de controle de recalque do molhe, cujos detalhes são apresentados na Figura 6.13.



a) Detalhe do pino



b) Detalhe do marco superficial

Figura 6.13- Detalhe do pino e marco superficial de seção de controle de recalque do molhe (Jacminas, 2024).

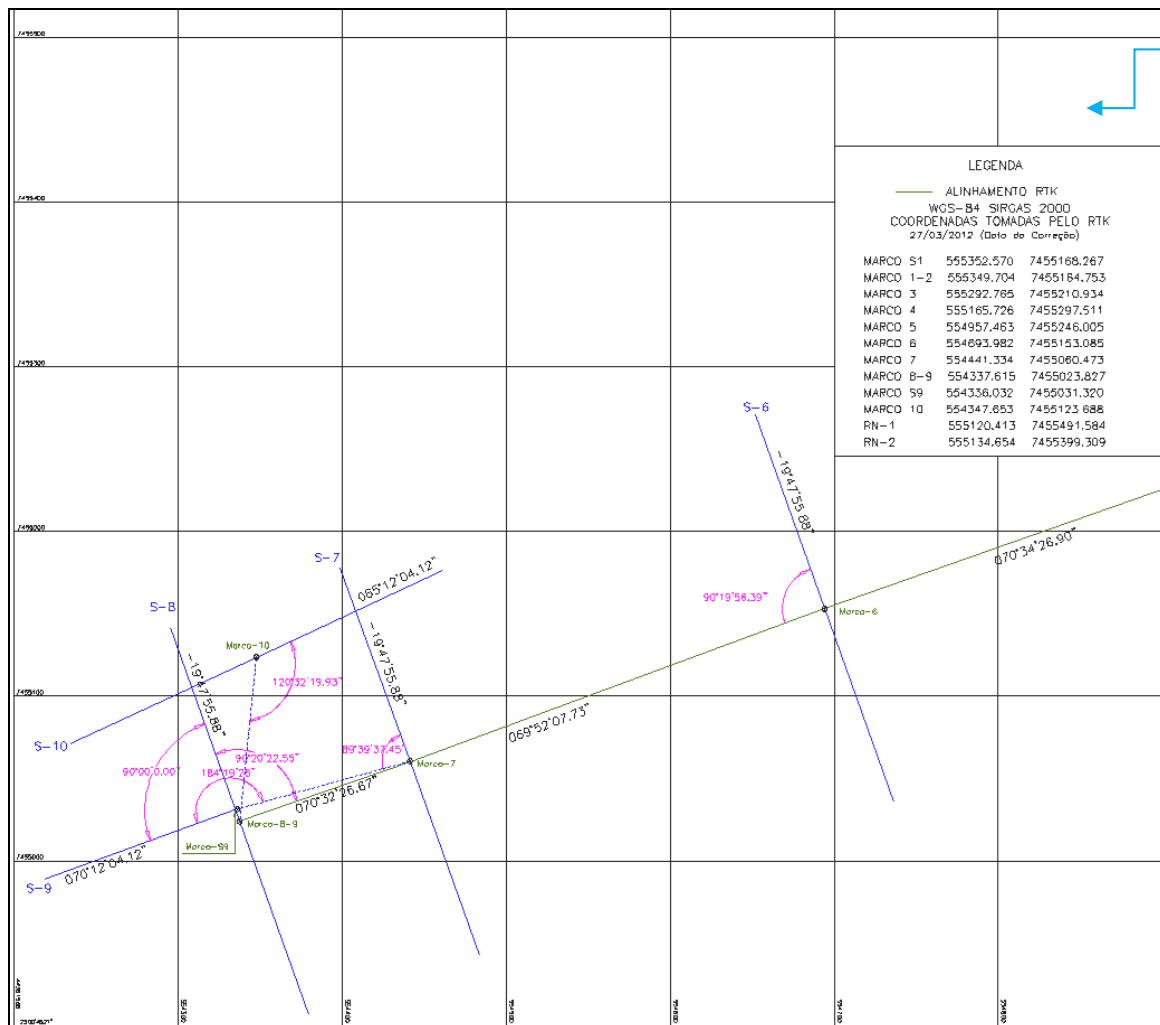
A Figura 6.14 apresenta a localização das seções de controle.

O acesso ao molhe de proteção é feito por uma balsa interna da ETN, sem custo para a CONTRATADA. Cabe ressaltar que o nível de dificuldade da atividade de leitura dos elementos topográficos é alto, pois o molhe é composto por uma carapaça em enrocamento e os blocos não são completamente imbricados, favorecendo a existência de vazios entre um bloco e outro, conforme apresentado nas Figuras 6.15 e 6.16.

Faz parte do escopo, caso necessário, a recuperação ou reinstalação dos marcos e/ou dos pinos eventualmente danificados, antes de cada campanha de leitura. Também faz parte do escopo dez campanhas de revitalização da numeração dos elementos topográficos, sendo a primeira obrigatoriamente realizada antes da primeira campanha de leitura. A descrição detalhada destas atividades é apresentada no item 7.2.3. A periodicidade das campanhas de leituras será semestral.

Título: PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA

Página: 22 de 33



Título: PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA

Página: 23 de 33

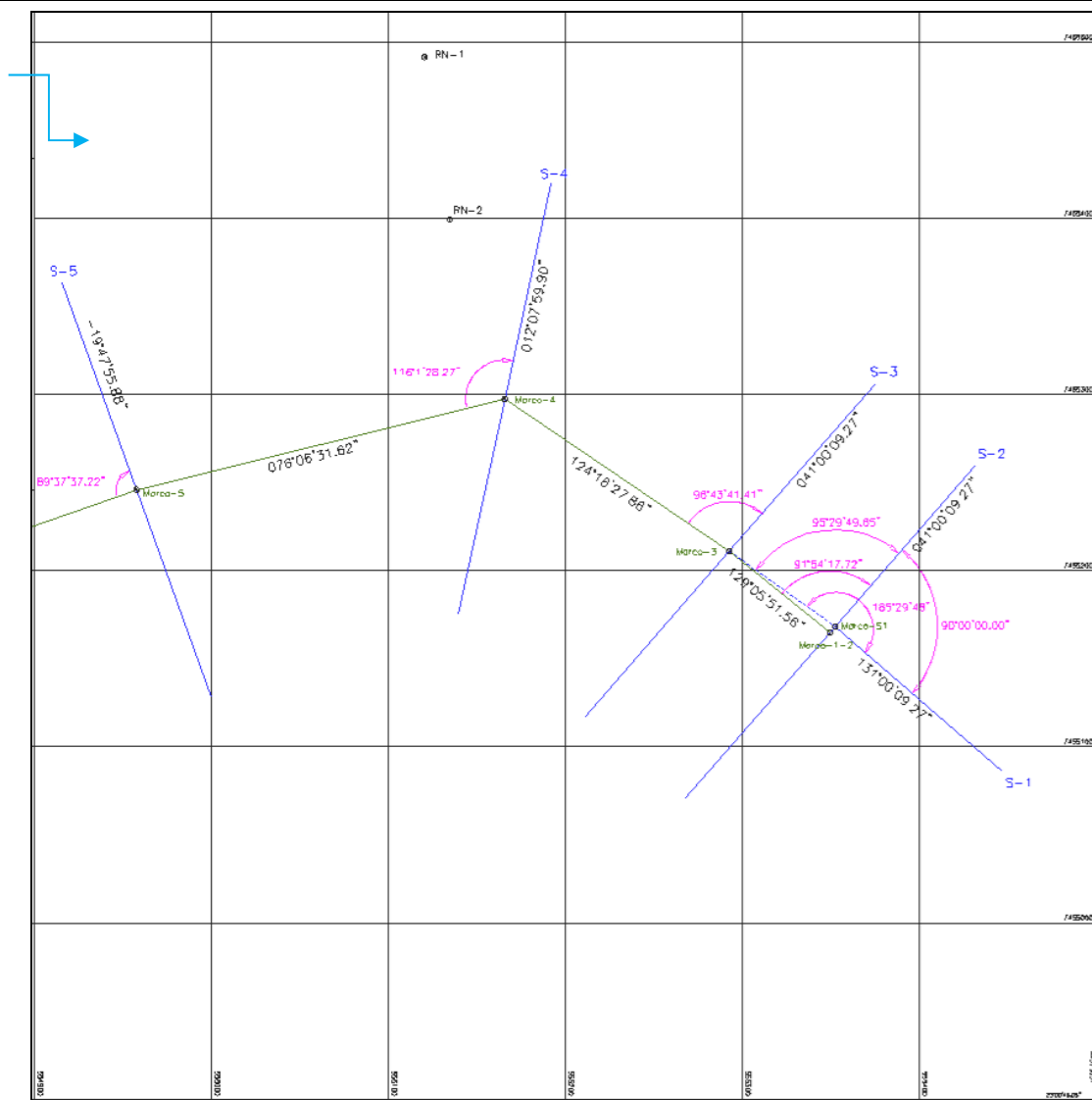


Figura 6.14- Localização das seções de controle (Microars, 2012).

Título: PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA

Página: 24 de 33



Figura 6.15 - Vista da porção leste do molhe, detalhe para a pequena passarela existente neste trecho.



Figura 6.16- Detalhe dos blocos de rocha do molhe.

## 6.4 COMENTÁRIOS GERAIS

Toda a documentação fornecida pela CONTRATADA deverá estar referida ao *datum* horizontal SIRGAS 2000 e *datum* vertical Marégrafo de Imbituba-SC.

Para fins de referência dos serviços de topografia, inclusive eventual implantação de novos marcos topográficos de referência ou para transporte de pontos, deverão ser adotados os marcos topográficos e referências de nível da CNAAA e entorno, apresentados no desenho GTI.A-006-864023 do Anexo 1.

O desenho UD-Y UZT-026003 (Anexo 1) apresenta a conversão de Córrego Alegre local para SIRGAS 2000 a ser adotada.

## 7 INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

### 7.1 INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA deverá cumprir as exigências de acesso à CNAAA, dentre elas a participação em treinamento, com duração aproximada de um dia, a ser realizado em Mambucaba, Angra dos Reis/RJ. O treinamento tem validade de um ano calendário, devendo ser refeito ao final de cada período.

A CONTRATADA deverá realizar também o treinamento da CCR Rio-SP – concessionária responsável pelo trecho da rodovia BR-101 no entorno da CNAAA –, com duração estimada de um dia. A ETN fornecerá os meios de contato com a CCR para a CONTRATADA providenciar todas as ações requeridas junto à CCR. O treinamento tem validade de um ano calendário, devendo ser refeito ao final de cada período.

Os aspectos de segurança do trabalho também têm que ser considerados pela CONTRATADA, destacando-se, adicionalmente ao que determina a legislação pertinente, o que recomenda o procedimento PC-AG-SS-001, apresentado no Anexo 2.

A CONTRATADA deverá cumprir o Programa de Proteção Contra Riscos Ambientais - PPRA, o Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e outros constantes das Normas Regulamentadoras - NR, da Portaria nº. 3214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho.

Os serviços na UAS serão realizados em área radiologicamente controlada e fazem jus ao adicional de periculosidade exclusivamente por radiação ionizante. A CONTRATADA deverá cumprir as exigências de acesso à área radiologicamente controlada da ETN, dentre elas:

- Participação e aprovação em treinamento anual – denominado TEG (Treinamento de Empregados em Geral) – com avaliação na forma de prova e requerendo nota mínima de 7 (sete) pontos de 10 (dez) possíveis, a ser realizado em Mambucaba, Angra dos Reis/RJ. A duração do treinamento é estimada em um dia;

Título: PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA

Página: 26 de 33

- Exame de contador de corpo inteiro (CCI), a ser realizado pela ETN, em Angra dos Reis/RJ. O exame é sem custo para a CONTRATADA;
- Realização de hemograma completo de cada funcionário, às expensas da CONTRATADA. Excepcionalmente, caso a área médica da ETN solicite exames adicionais, os mesmos também serão às custas da CONTRATADA;
- Exame médico a ser realizado em Itaorna, Angra dos Reis/RJ. O exame é sem custo para a CONTRATADA;
- Cumpridas todas as exigências acima, são disponibilizados os Dosímetros Eletrônicos e os crachás de acesso;
- A realização de atividades dentro da área radiologicamente controlada requer a elaboração de documento denominado Licença de Trabalho Radiológico (LTR), de rotina, com validade de um ano calendário. Neste documento devem constar o nome do profissional responsável pela atividade e dos demais funcionários envolvidos na execução dos serviços, além da descrição básica das tarefas e outras informações pertinentes.

## 7.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A CONTRATADA será a responsável pela realização dos seguintes serviços:

- Execução de campanhas de leituras de pinos e marcos superficiais;
- Execução de campanhas de leituras de inclinômetros;
- Recuperação ou reinstalação de pinos e marcos superficiais do molhe de proteção, em caso de estarem danificados;
- Elaboração de relatórios técnicos das leituras.

A ETN fornecerá à CONTRATADA os documentos e informações pertinentes para auxiliar no planejamento e na execução dos serviços, bem como na elaboração dos relatórios técnicos. Neste sentido, serão disponibilizados os levantamentos topográficos e análises de recalque pretéritas do molhe de proteção da CNAAA, da berma da Encosta da Central de Concreto e da UAS.

Todos os equipamentos utilizados pela CONTRATADA deverão apresentar certificado de qualidade e curvas de calibração atualizadas emitidos por instituição oficial ou credenciada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, quando for o caso.

Nos preços finais apresentados pela CONTRATADA, deverão ser consideradas as despesas com locação, mobilização e desmobilização de equipamentos; estadia; deslocamentos internos e externos; refeições; EPIs; locação de veículos; depreciação; insumos; adicionais devidos à radiação ionizante (somente na área da UAS); disponibilização de mão-de-obra qualificada e adequada à cada atividade a ser realizada; encargos sociais e tributários; BDI; demais impostos e taxas pertinentes; seguros; emissão de ART; e tudo mais que for concernente à completa execução do escopo. O BDI e os encargos sociais adotados pela CONTRATADA devem estar

explicitamente indicados.

A ETN não fornecerá vigilância para as frentes de serviço. A CONTRATADA poderá utilizar áreas sem infraestrutura pertencentes à ETN para a guarda de seus equipamentos e área de sanitários/vestiário que, não necessariamente, podem estar próximas às frentes de serviço. A ETN não se responsabilizará por eventuais danos, perdas ou furtos ou outras situações indesejadas.

Cada campanha de leitura deverá ser agendada com a fiscalização técnica do contrato da ETN com antecedência mínima de dois dias úteis em relação à data pretendida da leitura.

### **7.2.1 Leituras dos Inclínômetros**

Os inclinômetros instalados apresentam diâmetros internos de aproximadamente 81,1 mm e profundidades variando entre 17,5 e 50m. Os tubos podem ser de PVC ou de alumínio e são dotados de quatro ranhuras diametralmente opostas que servem para guiar a descida do torpedo sensor e para orientar a definição do eixo principal (normalmente chamado eixo A0 ou A<sup>+</sup>) e do eixo secundário (normalmente chamado B0 ou B<sup>+</sup>).

Caso ocorram deformações na massa de solo tais que obstruam a leitura em profundidades menores do que a original em que o inclinômetro fora instalado, à critério exclusivo da fiscalização técnica da ETN, o inclinômetro poderá continuar a ser lido até a profundidade possível. Neste caso, a CONTRATADA será remunerada da mesma forma. Porém, caso a fiscalização técnica da ETN opte por abandonar a leitura deste inclinômetro, cessará a remuneração associada ao equipamento.

A CONTRATADA realizará as leituras empregando seus próprios equipamentos de leitura, compatíveis com o diâmetro interno dos tubos dos inclinômetros instalados. Os certificados atualizados de calibração dos equipamentos de leitura, dentro da validade e emitidos por instituição oficial ou credenciada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, deverão ser apresentados antes da realização das leituras e anexados aos relatórios técnicos das campanhas executadas.

As leituras serão realizadas de forma ascendente, a cada 0,5m, tanto na direção principal como na direção secundária, permitindo conhecer o deslocamento horizontal ao longo da profundidade do inclinômetros.

Sempre que possível, recomenda-se fortemente a manutenção do mesmo equipamento (modelo e marca) utilizado na primeira campanha de leitura. Contudo, em face de motivos específicos e devidamente comprovados pela CONTRATADA, permitir-se-á a troca do equipamento utilizado inicialmente, desde que tal mudança não implique a perda da continuidade de leituras ou de interpretação de resultados. Se a troca do equipamento de leitura comprovadamente redundar em tais problemas, caberá à CONTRATADA a realização de novas campanhas de leituras, integralmente às suas expensas, com outros equipamentos até que as tendências de leituras e de interpretações antes observadas sejam recuperadas. A se destacar que pode haver mudanças nas leituras originadas na própria movimentação das encostas, sem que tal fato possa estar associado à eventual mudança do equipamento. Nestas

Título: PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA

Página: 28 de 33

condições, não serão exigidas novas campanhas às expensas da CONTRATADA.

É possível que, devido ao deslocamento progressivo de algumas camadas do subsolo e a consequente deformação dos tubos dos inclinômetros, ocorra o "travamento" do torpedo sensor no tubo. Como boa prática, sempre que se suspeitar de tal possibilidade, recomenda-se utilizar previamente um torpedo de "sacrifício" para se avaliar a viabilidade da passagem do torpedo do equipamento em uso, evitando-se assim seu eventual dano. Contudo, caso ocorra esta situação, a solução do problema é de total responsabilidade da CONTRATADA, sendo que a ETN, em hipótese alguma, remunerará a CONTRATADA devido à alegação de horas paradas, de manutenção do equipamento, da sua troca ou da sua perda (parcial ou integral).

A CONTRATADA será responsável também pela interpretação, do ponto de vista de engenharia, dos dados coletados, devendo produzir análises objetivas do deslocamento horizontal observado em cada inclinômetro e pela apresentação das conclusões sobre a movimentação ou não da encosta em que se encontram instalados os equipamentos. Para esta finalidade, deve embasar suas conclusões através da elaboração de gráficos de deslocamentos ao longo da profundidade, das direções principais e secundárias dos inclinômetros, bem como dos deslocamentos resultantes. Os gráficos citados se referem tanto aos de cada campanha realizada como também aos dos resultados acumulados ao longo de todas as campanhas realizadas pela CONTRATADA.

Ao se iniciar nova campanha de leitura, com a utilização de novo equipamento e de mão-de-obra da CONTRATADA, é possível que, nas primeiras campanhas, haja aparentes divergências entre as leituras até então em curso e as novas realizadas pela CONTRATADA. Isso pode se dever, por exemplo, às eventuais diferenças entre o equipamento atualmente em uso e o que será utilizado. Nestes casos, será necessário apoio da CONTRATADA para compatibilizar as informações e garantir o acoplamento e a continuidade das leituras atuais e pretéritas. Este apoio poderá ser através de contatos telefônicos, vídeo conferência e/ou reuniões presenciais na sede da Eletronuclear, localizada na Rua Candelária, 65 – Rio de Janeiro/RJ.

Os dados obtidos em cada campanha de leitura devem ser devidamente avaliados pela CONTRATADA quanto à sua qualidade, antes do seu envio formal para a ETN. Os dados devem ser enviados no formato original que o programa associado ao equipamento disponibilizar (para evidência das leituras) e também em arquivo Excel. Em hipótese alguma a CONTRATADA poderá utilizar argumentos tais como "patente do software", "segredo industrial ou comercial", "Lei Geral de Proteção de Dados", "sigilo de informação", "política interna de proteção de dados" e outros semelhantes para não enviar os dados das campanhas de leitura para a ETN, configurando a ocorrência de tal fato motivo suficiente para aplicação das multas contratuais cabíveis e, na reincidência, suspensão unilateral do contrato, sem exclusão de aplicação das demais medidas cabíveis.

Ao final de cada campanha de leitura, dentro de até 15 dias corridos – contados a partir do dia seguinte ao do término da campanha de leitura –, a CONTRATADA deverá emitir um Relatório Técnico de Inclínometria apresentando, de forma estruturada, todos os dados lidos na campanha, suas análises de engenharia e os gráficos deslocamento.

O Relatório Técnico de Inclínometria deve compilar todas as informações de todos os inclinômetros num único documento, apresentando as informações de acordo com a

Título: PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA

Página: 29 de 33

nomenclatura dada à cada encosta e à cada inclinômetro, conforme indicadas no item precedente desta Especificação Técnica.

Cada campanha de leitura mensal, considerando 29 inclinômetros, é estimada, pela ETN, em dois dias de duração. Porém, compete à empresa contratada definir a quantidade de dias que julgar adequada por campanha, explicitando-a e considerando-a no seu orçamento.

O critério de medição será por inclinômetro efetivamente lido na campanha.

### **7.2.2 Leituras dos Marcos Superficiais**

A CONTRATADA realizará as leituras empregando seus próprios equipamentos. Os certificados atualizados de calibração dos equipamentos, dentro da validade e emitidos por instituição oficial ou credenciada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, deverão ser apresentados antes da realização das campanhas e anexados aos Relatórios Técnicos das leituras executadas.

As leituras devem ser realizadas com instrumento de precisão Classe 1, conforme ABNT NBR-13133, contendo todo o descritivo do levantamento topográfico realizado.

O levantamento dos marcos superficiais deve ser compatibilizado geodesicamente com a rede de marcos topográficos da CNAAA (SIRGAS 2000), adotando os marcos topográficos e referências de nível da CNAAA e entorno, apresentados no desenho GTI.A-006-864023 do Anexo 1.

A CONTRATADA poderá utilizar os marcos auxiliares existentes na CNAAA próximos à área da berma da Encosta da Central de Concreto, devendo ser realizadas as devidas aferições planialtimétricas. A localização destes marcos consta no Anexo 1.

Os dados obtidos em cada campanha de leitura devem ser devidamente avaliados pela CONTRATADA quanto à sua qualidade, antes do seu envio formal para a ETN. Os dados devem ser enviados no formato original que o programa associado ao equipamento disponibilizar (para evidência das leituras) e também em arquivo Excel. Em hipótese alguma a CONTRATADA poderá utilizar argumentos tais como "patente do software", "segredo industrial ou comercial", "Lei Geral de Proteção de Dados", "sigilo de informação", "política interna de proteção de dados" e outros semelhantes para não enviar os dados das campanhas de leitura para a ETN, configurando a ocorrência de tal fato motivo suficiente para aplicação das multas contratuais cabíveis e, na reincidência, suspensão unilateral do contrato, sem exclusão de aplicação das demais medidas cabíveis.

Ao final de cada campanha de leitura, dentro de até 15 dias corridos – contados a partir do dia seguinte ao do término da campanha de leitura –, a CONTRATADA deverá emitir um Relatório Técnico Topográfico apresentando, de forma estruturada, todos os dados lidos na campanha, suas análises de engenharia, os gráficos, as observações e as conclusões pertinentes.

A análise e os gráficos citados se referem tanto aos de cada campanha realizada como também aos dos resultados acumulados ao longo de todas as campanhas realizadas pela CONTRATADA.

Título: PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA

Página: 30 de 33

O Relatório Técnico Topográfico deverá conter:

- Todo o descritivo detalhado do levantamento topográfico realizado;
- Coordenadas e cotas, no *datum* planialtimétrico SIRGAS 2000 e marégrafo de Imbituba/SC, de todos os marcos superficiais lidos;
- Interpretação, do ponto de vista de engenharia, dos dados coletados e das medições anteriores realizadas pela ETN ou pela própria CONTRATADA, com análises objetivas dos deslocamentos vertical (recalque), horizontal e resultante em cada marco, com os respectivos gráficos, e apresentação das conclusões sobre a movimentação da área em que estão instalados.

Deverá ser elaborado um Relatório Técnico Topográfico por encosta, a saber: (i) Relatório Técnico Topográfico da Berma da Encosta da Central de Concreto, (ii) Relatório Técnico Topográfico das Cortinas Atirantadas do acesso à CNAAA e acesso a Angra 3 e (iii) Relatório Técnico Topográfico da UAS.

O Relatório Técnico Topográfico de cada encosta deve compilar todas as informações de todos os marcos superficiais lidos, na referida encosta, na campanha em um único documento, apresentando as informações de acordo com a nomenclatura dada à cada encosta (ou à cada estrutura) e à cada marco, conforme indicadas no item precedente desta Especificação Técnica.

Cada campanha de leitura mensal, considerando 12 marcos superficiais das cortinas de acesso e 54 marcos da UAS, é estimada, pela ETN, em quatro dias de duração. Porém, compete à empresa contratada definir a quantidade de dias que julgar adequada por campanha, explicitando-a e considerando-a no seu orçamento.

Já cada campanha semestral dos 5 marcos superficiais da Berma da Encosta da Central de Concreto, é estimada, pela ETN, em meio dia de duração. Porém, compete à empresa contratada definir a quantidade de dias que julgar adequada por campanha, explicitando-a e considerando-a no seu orçamento.

O critério de medição será por marco superficial efetivamente lido na campanha.

### 7.2.3 Leituras no Molhe de Proteção da CNAAA

A CONTRATADA realizará as leituras empregando seus próprios equipamentos de leitura. Os certificados atualizados de calibração dos equipamentos de leitura, dentro da validade e emitidos por instituição oficial ou credenciada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, deverão ser apresentados antes da realização das leituras e anexados aos Relatórios Técnicos das campanhas de leituras executadas.

As leituras devem ser realizadas com instrumento de precisão Classe 1, conforme ABNT NBR-13133, contendo todo o descritivo do levantamento topográfico realizado.

O levantamento dos marcos superficiais deve ser compatibilizado geodesicamente com a rede de marcos topográficos da CNAAA (SIRGAS 2000), adotando os marcos topográficos e referências de nível da CNAAA e entorno, apresentados no desenho GTI.A-006-864023 do

Título: PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA

Página: 31 de 33

## Anexo 1.

A CONTRATADA poderá utilizar os marcos auxiliares existentes na CNAAA localizados fora da área de influência do Molhe de Proteção no Anexo 1, devendo ser realizadas as devidas aferições planialtimétricas.

Os dados obtidos em cada campanha de leitura devem ser devidamente avaliados pela CONTRATADA quanto à sua qualidade, antes do seu envio formal para a ETN. Os dados devem ser enviados no formato original que o programa associado ao equipamento disponibilizar (para evidência das leituras) e também em arquivo Excel. Em hipótese alguma a CONTRATADA poderá utilizar argumentos tais como "patente do software", "segredo industrial ou comercial", "Lei Geral de Proteção de Dados", "sigilo de informação", "política interna de proteção de dados" e outros semelhantes para não enviar os dados das campanhas de leitura para a ETN, configurando a ocorrência de tal fato motivo suficiente para aplicação das multas contratuais cabíveis e, na reincidência, suspensão unilateral do contrato, sem exclusão de aplicação das demais medidas cabíveis.

Ao final de cada campanha de leitura, dentro de até 15 dias corridos – contados a partir do dia seguinte ao do término da campanha de leitura –, a CONTRATADA deverá emitir um Relatório Técnico do Molhe de Proteção da CNAAA apresentando, de forma estruturada todos os dados lidos na campanha, suas análises de engenharia, os gráficos, as observações e as conclusões pertinentes.

A análise e os gráficos citados se referem tanto aos de cada campanha realizada como também aos dos resultados acumulados ao longo de todas as campanhas realizadas pela ETN e pela CONTRATADA, ou seja, deverá considerar todo o histórico de leituras do molhe de proteção.

O Relatório Técnico do Molhe de Proteção da CNAAA deverá conter:

- Todo o descritivo detalhado do levantamento topográfico realizado;
- Coordenadas e cotas, no *datum* planialtimétrico SIRGAS 2000 e marégrafo de Imbituba/SC, de todos os pinos e marcos superficiais lidos;
- Planta do Molhe de Proteção e as 10 seções, indicando a localização de cada pino e marco no perfil do molhe e perfis com os eventuais deslocamentos medidos em cada elemento topográfico, elaborado, preferencialmente, em Autocad;
- Interpretação, do ponto de vista de engenharia, dos dados coletados e das medições anteriores realizadas pela ETN ou pela própria CONTRATADA, com análises objetivas dos deslocamentos vertical (recalque), horizontal e resultante, com os respectivos gráficos, e apresentação das conclusões sobre a movimentação da área/ seção em que estão instalados.

O Relatório Técnico do Molhe de Proteção da CNAAA deve compilar todas as informações de todos os marcos superficiais lidos na campanha e em campanhas pretéritas num único documento, apresentando as informações de acordo com a nomenclatura dada à cada marco, conforme indicada no item precedente desta Especificação Técnica.

Faz parte do escopo, caso necessário, a recuperação ou reinstalação dos marcos e/ou dos pinos eventualmente danificados. A recuperação ou reinstalação destes elementos topográficos

poderá ser realizada através da instalação de um parafuso de aço inoxidável, com a resina de poliuretano PU 40 ou similar. A CONTRATADA poderá utilizar outro material de grande durabilidade e ampla resistência a agentes climáticos e temperaturas extremas, desde que previamente aprovado pela ETN.

O orçamento da CONTRATADA deverá considerar que 15% dos marcos e/ou dos pinos será recuperado ou reinstalado. A CONTRATADA deverá percorrer o molhe antes de cada campanha para verificar a necessidade de recuperação/ instalação dos elementos topográficos.

O Relatório Técnico do Molhe de Proteção da CNAAA deverá apresentar, caso seja realizada, um item referente à recuperação ou reinstalação dos marcos e/ou dos pinos eventualmente danificados, identificando claramente, através de fotografias antes e depois, os elementos recuperados.

Foram previstas 10 campanhas de revitalização da pintura da numeração dos elementos topográficos, sendo que a primeira tem que ocorrer antes da primeira campanha de leitura. A CONTRATADA deverá seguir, obrigatoriamente, a numeração de projeto, que será disponibilizada pela ETN, e deverá estar legível.

Caso a numeração no local esteja divergente do projeto, a denominação de projeto prevalecerá. A CONTRATADA deverá cobrir com tinta branca o número existente e, então, escrever o número correto.

A numeração deverá ser realizada com marcador industrial de cor vermelha, fabricado pela TraçoForte ou similar. A CONTRATADA poderá utilizar outro tipo de elemento para a numeração, desde que previamente aprovado pela ETN.

Antes do início de cada campanha de leitura, a CONTRATADA deverá percorrer o molhe verificando a necessidade de revitalizar a numeração dos elementos topográficos e, caso seja necessário, deverá realizar a pintura.

O Relatório Técnico do Molhe de Proteção da CNAAA deverá apresentar, caso seja realizada, um item referente à revitalização da numeração dos elementos topográficos, identificando claramente, através de fotografias antes e depois, os elementos revitalizados.

Cada campanha de leitura semestral, é estimada, pela ETN, em cinco dias de duração. Porém, compete à empresa contratada definir a quantidade de dias que julgar adequada por campanha, explicitando-a e considerando-a no seu orçamento.

O critério de medição será por campanha.

## **8 PRAZOS**

O prazo para a execução dos SERVIÇOS é de 5 anos.

## **9 INSPEÇÃO E ACEITAÇÃO**

A Contratada deverá elaborar o "Procedimento Executivo Detalhado" com base nesta especificação e enviá-lo a ETN que, a seu critério, poderá exigir que sejam feitas modificações

Título: PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA

Página: 33 de 33

quando existirem pontos em desacordo com as prescrições desta especificação.

O início dos trabalhos de campo será autorizado somente após aprovação pela ETN do "Procedimento Executivo Detalhado".

A Contratada deverá garantir a qualidade dos SERVIÇOS, com base no "Procedimento Executivo Detalhado". A aceitação estará condicionada ao cumprimento das exigências definidas no Procedimento.

A ETN realizará a função de FISCALIZAÇÃO das atividades.

## 10 DOCUMENTAÇÃO

A emissão do relatório final deverá ser em até 15 dias após a conclusão de cada etapa de serviço.

A documentação deverá ser entregue em formato digital (pdf e editável) e todos os documentos deverão estar assinados eletronicamente e com certificado digital.

A CONTRATADA deverá ser responsável pela correção, completeza e guarda da documentação apresentada até a sua transferência formal para a ETN.

## 11 ANEXOS

**Anexo 1** – Conversão Córrego Alegre local para SIRGAS 2000, marcos topográficos da CNAAA e marcos auxiliares

**Anexo 2** – PC-AG-SS-001 - Requisitos Mínimos de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional a serem Cumpridos por Empresas Prestadoras de Serviço



## **ANEXO 1**

Documento nº

**EP-AG-17554**

### **ESPECIFICAÇÃO**

**PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE  
CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO  
TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA**

Rev.: 0

PÁGINA 1 de 6

**CONVERSÃO Córrego Alegre Local para SIRGAS 2000,  
Marcos Topográficos da CNAAA e Marcos Auxiliares**





**ESPECIFICAÇÃO**

**PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE  
CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO  
TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA**

Rev.: 0

PÁGINA 4 de 6

Estação	Norte (m)	Este (m)	Altitude (m)
ANGRA 1.1	7455487,239	555900,079	5,860
ANGRA 1.2	7455520,457	555915,874	5,826
ANGRA 1.3	7455442,396	555799,879	4,438

Figura 1 – Marcos auxiliares no entorno da berma da Central de Concreto - *datum* SIRGAS 2000 e marégrafo Imituba/SC (Jacminas, 2024).

**ESPECIFICAÇÃO**

**PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE  
CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO  
TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA**



Figura 2 – Localização dos marcos auxiliares no entorno da berma da Central de Concreto (Jacminas, 2024).

**ESPECIFICAÇÃO**

**PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE  
CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO  
TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA**

Rev.: 0

PÁGINA 6 de 6

PONTOS DE REFERÊNCIA (RÉ)					
Nomenclatura	Data Início L(0)	Coord. Norte	Coord. Leste	Cota	Situação
Re01-Ang02	12/03/2024	7455483,79056	555271,16577	1,86261	<b>ATIVO</b>
Re02 -Ang02	12/03/2024	7455509,74160	555246,19742	1,90126	<b>ATIVO</b>
Re01-Ang03	07/02/2023	7455157,4839	554352,0684	5,4948	<b>ATIVO</b>

Figura 3 – Marcos auxiliares no entorno do Molhe de Proteção da CNAAA - *datum* SIRGAS 2000 e marégrafo Imbituba/SC (Jacminas, 2024).

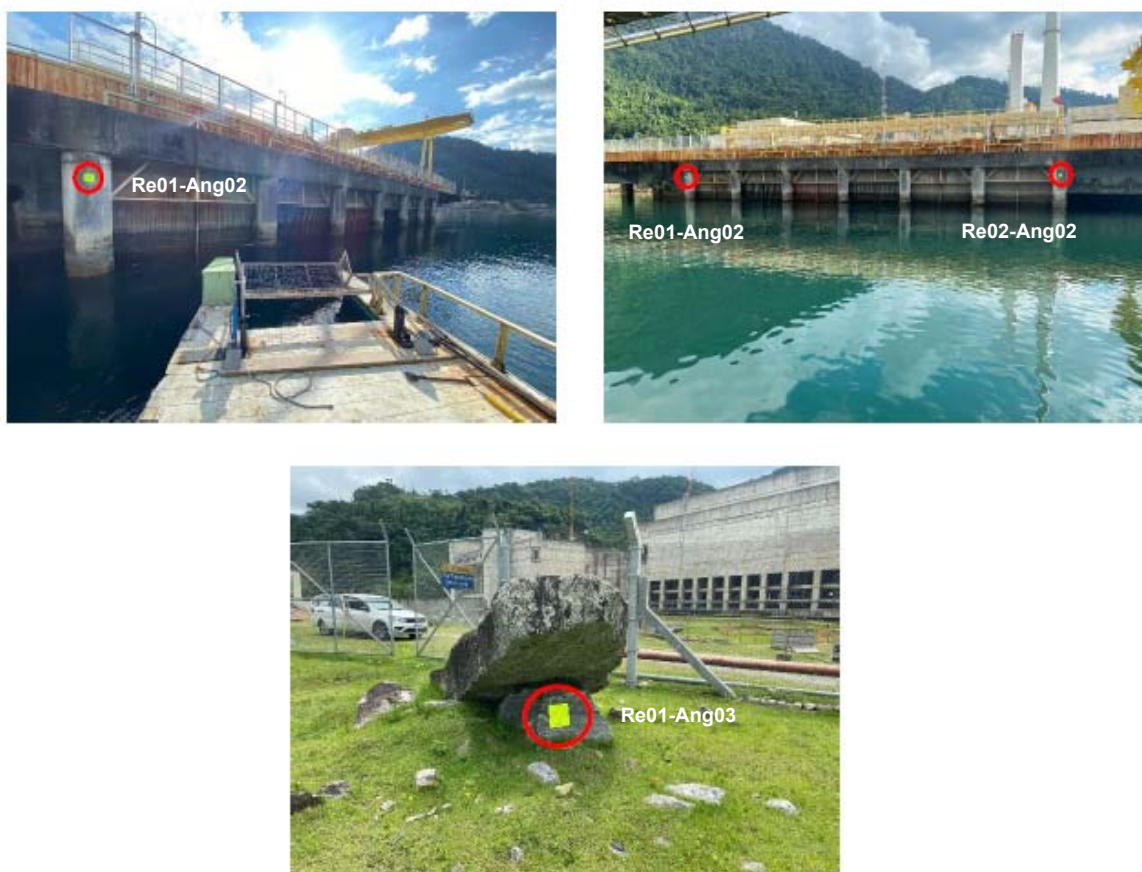


Figura 4 – Localização dos marcos auxiliares no entorno do Molhe de Proteção da CNAAA (Jacminas, 2024).



## **ANEXO 2**

### **ESPECIFICAÇÃO**

**PROJETO EXECUTIVO PARA MONITORAÇÃO GEOTÉCNICA POR MEIO DE  
CAMPANHAS DE LEITURAS DE INCLINOMETRIA E DE LEVANTAMENTO  
TOPOGRÁFICO EM ENCOSTAS NO ENTORNO DA CNAAA**

Documento nº

**EP-AG-17554**

Rev.: 0

PÁGINA 1 de 17

**PC-AG-SS-001 - Requisitos Mínimos de Segurança do Trabalho e Saúde  
Ocupacional a serem Cumpridos por Empresas Prestadoras de Serviço**

Título: REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL A SEREM CUMPRIDOS POR EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO

## FOLHA DE APROVAÇÃO E LIBERAÇÃO

### Fluxo de Aprovação do Documento:

Ação no Documento	Autor da Ação	UO	Data
Elaboração	RAQUEL DE SOUZA	DSM.A	24/03/2022
Verificação	ALEXANDRE SANTOS SILVA	DSM.A	28/03/2022
Verificação da qualidade	CLAUDIA R. DA S. FERREIRA	DGQ.T	28/03/2022
Aprovação	ALEXANDRE SANTOS SILVA	DSM.A	29/03/2022
Aprovação	-----	-----	-----
Aprovação	-----	-----	-----
Aprovação	-----	-----	-----
Aprovação	-----	-----	-----
Aprovação	-----	-----	-----
Aprovação	-----	-----	-----
Aprovação	-----	-----	-----
Aprovação	-----	-----	-----
Aprovação	-----	-----	-----
Aprovação	-----	-----	-----
Aprovação	-----	-----	-----

Título: REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO E  
SAÚDE OCUPACIONAL A SEREM CUMPRIDOS POR  
EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO

**FOLHA DE REVISÃO**

Rev.	Assunto	Data da Liberação
00	Emissão inicial	20/12/2013
01	Revisão	07/01/2016
02	Revisão Geral	Ver assinatura eletrônica

## ÍNDICE

<b>FOLHA DE APROVAÇÃO E LIBERAÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>FOLHA DE REVISÃO .....</b>	<b>2</b>
<b>ÍNDICE .....</b>	<b>3</b>
<b>1 OBJETIVO .....</b>	<b>4</b>
<b>2 APLICAÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>3 DEFINIÇÕES E ABREVIATURAS .....</b>	<b>4</b>
3.1 DEFINIÇÕES .....	4
3.2 ABREVIATURAS .....	4
<b>4 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA .....</b>	<b>5</b>
<b>5 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES .....</b>	<b>5</b>
<b>6 ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES .....</b>	<b>5</b>
6.1 ENQUADRAMENTO DOS SERVIÇOS / TIPOS DE PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL .....	6
<b>7 REQUISITOS DOS PLANOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL CONFORME TIPO DE SERVIÇO .....</b>	<b>7</b>
7.1 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL.....	8
7.1.1 ORDEM DE SERVIÇO – NR1 .....	8
7.1.2 SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO – SESMT .....	8
7.1.3 PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS – PGR.....	9
7.1.4 PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES E ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCO.....	10
7.1.5 ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL – ASO .....	10
7.1.6 PLANO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS ESPECIAIS .....	10
7.1.7 COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES – CIPA .....	11
7.1.8 EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI .....	11
7.1.9 EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA – EPC .....	12
7.1.10 TREINAMENTO INICIAL.....	12
7.1.11 PROGRAMA DE TREINAMENTO ESPECÍFICOS .....	12
7.1.12 ESTATÍSTICA MENSAL .....	13
7.1.13 COMUNICAÇÃO DE ACIDENTES.....	15
7.1.14 REUNIÃO COM AS PRESTADORAS DE SERVIÇOS.....	15
7.1.15 INSPEÇÕES DE SEGURANÇA E SAÚDE .....	15
7.1.16 DSS - DIÁLOGO SEMANAL DE SEGURANÇA .....	15
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>16</b>
<b>9 ANEXOS .....</b>	<b>16</b>

## 1 OBJETIVO

Este documento visa implementar na Eletrobras Eletronuclear a Política de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional constante no Caderno I - Segurança do Trabalho aprovado na reunião do Comitê de Integração das Áreas de Administração do Sistema Eletrobras - CIASE em 18/11/10, referentes ao Plano de Gestão Integrado de Pessoas do Sistema Eletrobras.

Este Procedimento tem também como objetivo exigir da Prestadora de Serviço, o cumprimento do disposto na Portaria nº 3214/78 do MTE, que se aplica ao serviço a ser executado.

A Eletronuclear, ao integrar segurança e saúde ocupacional à sua estratégia empresarial, reafirma o compromisso de todos os seus empregados e contratados com a busca de excelência nessas áreas.

A Segurança do Trabalho estabelece que é eficaz comprometer todos os trabalhadores com essas questões, estimulando o registro e tratamento dos quesitos de segurança, devendo ter como meta a conformidade com a legislação vigente, atuando na promoção da saúde e na proteção do ser humano mediante identificação, controle e monitoramento de riscos, adequando a segurança de processos às melhores práticas e mantendo-se preparada para emergências.

## 2 APLICAÇÃO

Este documento se aplica a todas as empresas prestadoras de serviços nas dependências e em empreendimentos da Eletronuclear (Área Externa, Angra 1, Angra 2, Angra 3 e Sede).

## 3 DEFINIÇÕES E ABREVIATURAS

### 3.1 Definições

As definições aplicáveis a este Procedimento estão incluídos no item 7.1.

### 3.2 Abreviaturas

ASO — Atestado de Saúde Ocupacional;

APR – Análise Preliminar de Risco;

CA — Certificado de Aprovação de EPI;

CAT – Comunicação de Acidente do trabalho;

CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes;

EPC – Equipamento de Proteção Coletiva;

EPI - Equipamentos de Proteção individual;

ETN - Eletrobras Termonuclear S. A.- Eletronuclear;

HHE - Homem x Hora de Exposição,

NR — Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;

PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos;

SESMT - ELETRONUCLEAR-ETN — Serviço Especializado em Segurança do Trabalho da Eletronuclear;

Título: REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL A SEREM CUMPRIDOS POR EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO

Página: 5 de 16

U.O. – Unidade Organizacional;

SRTE/RJ - Superintendência Regional de Trabalho e Emprego — Rio de Janeiro

#### 4 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Caderno I – Segurança do Trabalho aprovado na reunião do Comitê de Integração das Áreas de Administração do Sistema Eletrobras - CIASE EM 18/11/10, referente ao Plano de Gestão Integrado de Pessoas do Sistema Eletrobras.

#### 5 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- Manual de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional da Eletrobras Eletronuclear.
- Portaria MTb nº 3.214, de 8 de junho de 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.
- NBR 14280 Cadastro de acidente do trabalho -. Procedimento e classificação
- FUNDACENTRO. Diretrizes sobre Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho.
- Ministério da Economia/ Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – Portaria nº 6.734, de 09 de março de 2020

#### 6 ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL				
	PRESTADORA DE SERVIÇO	SESMT - ELETRONUCLEAR ETN	REQUISITANTE	FISCAL DO CONTRATO	SETOR DE TREINAMENTO
Enviar informações ao SESMT - ELETRONUCLEAR-ETN sobre o escopo do serviço a ser contratado para enquadramento no tipo de plano e definição dos requisitos de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional.			X		
Enquadrar o serviço e definição no tipo de plano e requisitos de Segurança e Saúde Ocupacional		X			
Apresentar ao SESMT - ELETRONUCLEAR-ETN a documentação exigida para a análise e aprovação antes do início das atividades	X				
Aceitar a documentação apresentada ou solicitar complementações necessárias		X			
Informar à Prestadora de Serviço os treinamentos que serão ministrados aos seus empregados sob responsabilidade da ETN				X	
Encaminhar os empregados da Prestadora de Serviço para os treinamentos sob responsabilidade da ETN	X				
Ministrar aos empregados da Prestadora de Serviço os treinamentos sob responsabilidade da ETN					X
Certificar-se que os empregados da Prestadora de Serviço possuem treinamentos exigidos para a atividade e as respectivas autorizações, quando pertinentes (NR 10, NR 13, NR 33, NR 11, NR 35, serviços à quente, movimentação de cargas etc)		X			
Fornecer comprovação de treinamentos exigidos para a atividade e as respectivas autorizações, quando pertinentes (NR 10, NR 13, NR 33, NR 11, NR 35, serviços à quente, movimentação de cargas etc)	X				

Título: **REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL A SEREM CUMPRIDOS POR EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO**

Página: 6 de 16

Fiscalizar o cumprimento dos requisitos de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional		X		X	
Enviar mensalmente os dados estatísticos de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional para o fiscal do contrato	X				
Acompanhar os dados estatísticos de segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional e enviar mensalmente ao SESMT - ETN	X			X	
Recomendar as adequações e correções de eventuais deficiências verificadas, notificando e / ou aplicando penalidades previstas em cláusulas contratuais se necessárias		X		X	X

### **6.1 ENQUADRAMENTO DOS SERVIÇOS / TIPOS DE PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL**

O requisitante durante a preparação das documentações para a contratação de serviços / licitação, deverá solicitar ao SESMT – Eletronuclear, o enquadramento das empresas que prestarão serviços nos diversos Planos de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional, conforme quadro abaixo, levando em consideração as especificidades das atividades a serem desenvolvidas nas dependências da Eletronuclear.

O Plano de Segurança deverá ser entregue ao órgão responsável pela licitação, antes do início das atividades, como condição que viabilize o acesso e desenvolvimento das atividades da prestadora de serviço nas dependências da Eletronuclear.

#### **REFERÊNCIA MÍNIMA PARA O ENQUADRAMENTO DOS SERVIÇOS NO TIPO DE PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL**

<b>TIPO</b>	<b>OBJETO DO CONTRATO</b>
<b>I</b>	Prestação de serviços contínuos nas instalações da Eletronuclear que não envolva exposição a riscos especiais (intervenção em instalações elétricas, trabalhos em espaço confinado, trabalhos em altura; movimentação de cargas especiais, radiação ionizante, operação de equipamentos e máquinas industriais, atividades em vaso de pressão e caldeira, atividades com risco inflamável, combustíveis e /ou explosivos). Atividades em Paradas de Manutenção e serviços estrangeiros sujeitos às leis brasileiras.
<b>II</b>	Prestação de serviços contínuos nas instalações da Eletronuclear que o envolva exposição a riscos especiais (intervenção em instalações elétricas, trabalhos em espaço confinado, trabalhos em altura; movimentação de cargas especiais, radiação ionizante, operação de equipamentos e máquinas industriais, atividades em vaso de pressão e caldeira, atividades com risco inflamável, combustíveis e /ou explosivos). atividades em Paradas de Manutenção e serviços estrangeiros sujeitos às leis brasileiras.
<b>III</b>	Prestação de serviços de construção e manutenção civil nas instalações da Eletronuclear
<b>IV</b>	Prestação de serviços com duração < 1 mês nas instalações da Eletronuclear que não envolva exposição a riscos especiais (intervenção em instalações elétricas, trabalhos em espaço confinado, trabalhos em altura; movimentação de cargas especiais, radiação ionizante, operação de equipamentos e máquinas industriais).
<b>V</b>	Serviço para atendimento de emergências (catástrofes, fenômenos da natureza e emergências operacionais) <b>Emergências operacionais são situações que coloquem em risco as pessoas, as instalações da Empresa, a disponibilização dos serviços ou o meio ambiente.</b>

Título: REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL A SEREM CUMPRIDOS POR EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO

Página: 7 de 16

## 7 REQUISITOS DOS PLANOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL CONFORME TIPO DE SERVIÇO

Esses requisitos devem ser atendidos pelas Empresas Prestadoras de Serviços nos prazos aqui estipulados:

REQUISITOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL	PRAZO PARA ATENDIMENTO	TIPO DE SERVIÇO				
		I	II	III	IV	V
ORDEM DE SERVIÇO (NR1)	Antes do início das atividades	X	X	X	x	(1)
SESMT	Antes do início das atividades	X	X	X	X (8)	(1)
PGR	Antes do início das atividades	X	X	X		(1)
APR – Análise Preliminar de Riscos	Antes do início das atividades	X	X	X	X	X
Plano de movimentação de cargas especiais	Antes do início das atividades		X (3)	X (3)	X (3)	(1)
CIPA	Até 60 dias após o início das atividades	X	X	X		(1)
EPI / EPC	Antes do início das atividades	X	X	X	X	(1)
Treinamento inicial para prestadores de serviços	Antes do início das atividades	X	X	X	X	(1)
Programa de Treinamento	Conforme cronogramas previstos no Plano de Saúde e Segurança do Trabalho	X	X	X		(1)
Estatística Mensal	Mensalmente	X	X	X	X	(1)
Comunicação de Acidentes	Imediatamente em caso de ocorrência de acidente	X	X	X	X	(1)
Reunião da Eletronuclear com as Prestadoras de Serviços	Mensalmente	X	X	X		(1)
NR 7	Conforme Prazos Legais	X	X	X	X	X
NR 10	Antes do início das atividades	X (4)	X (4)	X (4)	X (4)	(1)
NR 12	Antes do início das atividades	X (5)	X (5)	X (5)	X (5)	(1)
NR 33	Antes do início das atividades	X (6)	X (6)	X (6)	X (6)	(1)
NR 35	Antes do início das atividades	X (7)	X (7)	X (7)	X (7)	(1)

**Nota 1: A Eletronuclear poderá complementar estes ou outros requisitos durante a execução das atividades ou quando identificar riscos avaliados no decorrer da prestação de serviços.**

- (1) Quando se tratar de serviço emergencial é dispensada a apresentação do Plano de Segurança. Os profissionais do SESMT da Eletronuclear inicialmente irão acompanhar as atividades. Com o andamento dos serviços, serão definidas as exigências de segurança do trabalho que a prestadora de serviço deverá apresentar;
- (2) PGR deve contemplar o documento base com os dados da empresa e riscos existentes e planos de ação;
- (3) Para empresas com equipamentos de movimentação de cargas especiais (guindastes, carretas especiais etc);
- (4) Caso haja intervenção em instalações elétricas;
- (5) Caso execute atividades utilizando equipamentos e máquinas que se enquadraram nos requisitos da NR 12;
- (6) Caso execute atividades em espaço confinado.
- (7) Caso execute atividades com risco de queda de altura superior a 2 metros.
- (8) Caso execute atividade onde haja risco acentuado, a empresa deverá disponibilizar profissional especializado da área de saúde e segurança do trabalho.

Título: REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL A SEREM CUMPRIDOS POR EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO

Página: 8 de 16

**Nota 2:** Nos empreendimentos de construção civil, o PGR deve ser atualizado a cada etapa da obra e as empresas prestadoras de serviços devem apresentar os seguintes documentos:

- i. Exigências previstas na NR-1;
- ii. Inventário dos riscos operacionais potenciais e/ou evidentes;
- iii. Projeto da área de vivência;
- iv. Projeto elétrico das instalações temporárias;
- v. Projeto dos sistemas de proteção coletiva;
- vi. Projeto do SPIQ (sistema de proteção individual contra quedas);
- vii. Relação de EPI e suas respectivas especificações técnicas.

## **7.1 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL**

### **7.1.1 ORDEM DE SERVIÇO – NR1**

O objetivo é estabelecer as disposições gerais, o campo de aplicação, os termos e as definições comuns às Normas Regulamentadoras - NR relativas a segurança e saúde no trabalho e as diretrizes e os requisitos para o gerenciamento de riscos ocupacionais e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho - SST.

### **7.1.2 SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO – SESMT**

É o grupo constituído de profissionais especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, devendo ser dimensionado conforme Quadro II da Norma Regulamentadora 04.

Os profissionais da contratada devem estar sob a orientação direta dos profissionais da contratante, para que possam integrar as ações inerentes à prevenção de acidentes do trabalho.

O SESMT da prestadora de serviço tem como algumas de suas atribuições as seguintes ações:

- Cumprir toda a legislação trabalhista vigente;
- Providenciar e entregar toda a documentação exigida, quando forem solicitadas;
- Receber e executar as orientações de segurança do trabalho emitidas pelo SESMT da Eletronuclear;
- Cumprir os procedimentos e recomendações constantes neste documento, o que não desobriga a empresa a cumprir outras Normas e regulamentos que protejam os trabalhadores em suas frentes de serviço.

Em caso de acidente de trabalho ou emergência o primeiro atendimento será realizado pela Eletronuclear, se o ocorrido for durante o expediente do ambulatório médico, e se necessário remoção para atendimento hospitalar em ambulância a contratada deverá designar um acompanhante da mesma empresa do acidentado.

**Para empresas enquadradas nos tipos II e III, ainda que seu efetivo nas dependências da Eletronuclear, em sua prestação de serviço, seja inferior ao recomendado no Quadro II da NR 4, a presença do Profissional Especializado da Área de Segurança do Trabalho será obrigatória, ressaltando-se às características das atividades a serem desenvolvidas, podendo ser em caráter permanente ou parcial.**

**Prestadoras de Serviços com número de colaboradores a partir de 50 empregados ou fração, deverão manter um número de Profissionais Especializados da Área de Segurança do Trabalho, compatíveis com as características e riscos associados às**

**tarefas que serão desenvolvidas nas instalações da Eletronuclear.**

**Notas:**

- **Empresas com atividades nas áreas operacionais da Central Nuclear devem ser enquadradas no Grau de Risco 3.**
- **Empresas com atividades no Canteiro de Obras ou empreendimentos civis áreas devem ser enquadradas no Grau de Risco 4.**

### **7.1.3 PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS – PGR**

Este programa tem como objetivo centralizar as ações de prevenção e gerenciamento de riscos, tornando as práticas mais dinâmicas e eficazes, portanto é o conjunto de procedimentos, técnicas de gestão, métodos de avaliação, registros e controles de monitoramento e avaliação de riscos que devem ser seguidos e adotados pela empresa com o objetivo de prevenção de acidentes de trabalho, contemplando os riscos ocupacionais e suas respectivas medidas de prevenção.

O programa deve contemplar no mínimo o inventário de riscos e o plano de ação.

Os dados da identificação dos perigos e das avaliações dos riscos ocupacionais devem ser consolidados em um inventário de riscos ocupacionais.

O Inventário de Riscos Ocupacionais deve contemplar, no mínimo, as seguintes informações:

- caracterização dos processos e ambientes de trabalho;
- caracterização das atividades;
- descrição de perigos e de possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores, com a identificação das fontes ou circunstâncias, descrição de riscos gerados pelos perigos, com a indicação dos grupos de trabalhadores sujeitos a esses riscos, e descrição de medidas de prevenção implementadas;
- dados da análise preliminar ou do monitoramento das exposições a agentes físicos, químicos e biológicos e os resultados da avaliação de ergonomia nos termos da NR-17;
- e) avaliação dos riscos, incluindo a classificação para fins de elaboração do plano de ação;
- f) critérios adotados para avaliação dos riscos e tomada de decisão.

Os documentos integrantes do PGR devem ser elaborados sob a responsabilidade da organização, respeitado o disposto nas demais Normas Regulamentadoras, datados e assinados.

**Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR**



#### **7.1.4 PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES E ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCO**

O planejamento das atividades e a APR deverão constar como itens do plano de segurança, os quais deverão ser apresentados ao Gestor do Contrato e ao SESMT da Eletronuclear para a devida análise, antes do início das atividades.

Deverá conter no planejamento a previsão de recursos humanos, por função, e materiais a serem usados no serviço, bem como o passo a passo das atividades que serão executadas.

Na APR deverá constar a identificação dos riscos/perigos, os agentes causadores e as medidas de controle de segurança e saúde do trabalhador.

A área de Segurança e Saúde Ocupacional poderá solicitar ao Gestor do Contrato os formulários do planejamento das atividades e análise preliminar de perigo para fins de auditoria.

#### **7.1.5 ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL – ASO**

Apresentar os Atestados de Saúde Ocupacional - ASO de todos os empregados, inerentes à atividade que desempenharão nas áreas da Eletronuclear, de acordo com os prazos estabelecidos nas Normas Regulamentadoras.

Os ASO deverão ser emitidos conforme exigência da NR-7, usando formulário específico constando o mínimo exigido nessa norma.

Estes documentos deverão estar disponíveis (em meio físico ou digital) para a fiscalização imediatamente após a solicitação.

Os exames complementares, quando requeridos em função das atividades a serem desenvolvidas, deverão atender aos padrões estabelecidos pela Eletronuclear.

O acesso e a permanência nas áreas da Eletronuclear, de empregado da CONTRATADA, estarão condicionados à apresentação do referido documento ASO com a relação dos exames complementares, quando existentes, ao Administrador do Contrato, quando requerido.

Apresentar ao Administrador do Contrato o ASO referente ao exame realizado, segundo critérios da NR-7, para as situações de demissão, retorno ao trabalho e mudança de função. O ASO referente ao admissional e periódico poderá ser solicitado pelo Administrador do Contrato a qualquer momento.

#### **7.1.6 PLANO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS ESPECIAIS**

É o documento elaborado após visita técnica ao local da execução dos serviços, para avaliar as reais condições da atividade, que deverá ser avaliado e aprovado pelo Fiscal do Contrato e SESMT – Eletronuclear, constando no mínimo de:

Indicação de um responsável técnico da prestadora de serviço pela atividade, suas atribuições técnicas e experiência profissional da equipe envolvida;

1. Descrição sumária da atividade com a estimativa de pessoas envolvidas e previsão de duração;
2. Descrição técnica da atividade, como plano de rigger (se necessário), peso, dimensões, desenhos, especificações dos requisitos que atendam as demandas da tarefa, incompatibilidades, equipamentos e acessórios a serem utilizados etc;\*
3. Rotas preferenciais de deslocamento e pontos de apoio, para que sejam evitadas interferências com redes elétricas, telhados, galerias, e tubulações subterrâneas etc;

4. Obrigatoriedade de realização, antes do início das atividades, de uma reunião prévia com os envolvidos, para certificar e garantir que todos possuem as informações e recursos necessários para um trabalho seguro;
5. Obrigatoriedade de supervisão constante da atividade pelo responsável técnico da prestadora de serviço, mantendo o fiscal do contrato informado sobre as atividades desenvolvidas.
6. Proibição da realização da atividade de movimentação de cargas sob condições atmosféricas desfavoráveis (vento, chuva) e com deficiência de iluminação nos trabalhos noturnos.
7. Os operadores de equipamentos de elevação e transporte de carga devem ser qualificados e capacitados, de acordo com legislação pertinente, bem como portarem cartão de identificação, com nome e fotografia;
8. Todos os equipamentos de elevação e transporte de carga devem possuir indicação da carga máxima permitida, a qual não poderá ser excedida;
9. Todo raio de movimentação da carga a ser transportada deve estar isolado e sinalizado e com acesso restrito;
10. A empresa contratada deverá apresentar documentação referente a manutenção periódica do veículo;

#### **7.1.7 COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES – CIPA**

Esta comissão tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

Deverá ser constituída e fundamentada no grau de risco e número de empregados da prestadora de serviços.

Empresas que não se enquadram no referido quadro devem designar um empregado que ficará responsável em implementar as ações relativas a CIPA, apresentando documentação comprobatória desta designação.

A CIPA da contratada deve participar, sempre que convidada, das reuniões da CIPA da contratante, promovendo integração entre as comissões.

#### **7.1.8 EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI**

São equipamentos de uso obrigatório pelos empregados das empresas prestadoras de serviços, específicos e adequados à proteção dos riscos das atividades a serem desempenhadas e do ambiente de trabalho.

A Empresa Prestadora de Serviços deverá fornecer, obrigatoriamente a todos os seus empregados, gratuitamente, EPIs aprovados pelo Ministério do Trabalho, com Certificado de Aprovação (CA) no equipamento, adequado ao risco da atividade, e em perfeito estado de conservação e funcionamento.

Cabe à Empresa Prestadora de Serviços garantir que seus empregados não utilizem EPI diferentes dos fornecidos, mesmo que possuam CA do Ministério do Trabalho.

O trabalhador deverá ser previamente treinado sobre o uso, guarda e conservação adequada de seus equipamentos, constando registro do treinamento efetuado.

Quando eles forem danificados ou extraviados, deverão ser substituídos imediatamente e a Empresa Prestadora de Serviços deverá manter em estoque, quantitativo suficiente de EPI e uniforme para manter a continuidade de execução dos

serviços contratados.

Os EPI devem ser armazenados em local apropriado, em separado de outros materiais que não estejam ligados à segurança.

Fichas de controle de EPI devem ser constantemente atualizadas, assinadas e possuírem o certificado de aprovação – CA de cada equipamento entregue ao trabalhador.

A qualidade e requisitos de segurança do EPI deverão ser demonstrados e comprovada junto ao SESMT Eletronuclear, nas auditorias, através de amostras e laudos emitidos por órgãos oficiais dos equipamentos adquiridos para execução dos trabalhos contratados. Cabe à Empresa Prestadora de Serviços verificar, na aquisição, a validade do Certificado de Aprovação dos equipamentos. - Os EPI poderão ser recusados pela FISCALIZAÇÃO, mesmo que atendam as especificações da portaria 3.214/78 da NR 06.

Independente das exigências dos requisitos legais ou características específicas do trabalho, exceto para as atividades desenvolvidas exclusivamente nos escritórios, a Empresa Prestadora de Serviços deverá fornecer aos seus empregados, no mínimo, os seguintes EPI:

**Calçado de segurança, Capacete de segurança com jugular, Carneira para Capacete, Óculos de segurança, Protetor auricular, com o CA - Certificado de aprovação.**

#### **7.1.9 EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA – EPC**

São dispositivos instalados destinados à proteção de trabalhadores e ao público em geral durante a realização das tarefas. Objetivam a neutralização da ação de agentes ambientais, evitam acidentes, protegem contra danos à saúde e a visam garantir a integridade física dos trabalhadores.

#### **7.1.10 TREINAMENTO INICIAL**

É o treinamento prévio realizado pela Eletronuclear para todos os funcionários das empresas prestadoras de serviços e tem por finalidade integrar os novos contratados às regras, práticas e filosofias da Empresa.

#### **7.1.11 PROGRAMA DE TREINAMENTO ESPECÍFICOS**

É o programa mínimo contendo cronogramas executivos de treinamento e respectivos temas. Os treinamentos e palestras, entre outros, deverão ser efetuados com base na Portaria nº 3214/78 do MTP e de acordo com a natureza das atividades que serão executadas.

Todos os empregados, mesmo aqueles inseridos na equipe de trabalho por curto período, deverão receber os treinamentos antes de assumir as suas atividades.

Os treinamentos terão a validade prevista na legislação vigente. Nos casos em que a mesma for silente, terão validade de 1 ano.

Os treinamentos devem ser ministrados por profissionais devidamente habilitados, devendo ser entregues ao fiscal do contrato cópia dos certificados com o conteúdo programático, assinatura do instrutor e data da realização do treinamento, atendendo as exigências legais pertinentes, em especial, as normas regulamentadoras.

Cada empresa deverá preparar o programa de treinamento específico, contemplando os seguintes temas de acordo com a atividade que se desenvolverão, dentre eles citamos:

**NR 10** – para trabalhadores envolvidos em serviços com intervenção em instalações elétricas e também para os com atividades não relacionadas com instalações elétricas, desenvolvidas em zona livre e na vizinhança da zona controlada, como vigilância e serviços gerais, devem ser instruídos formalmente com conhecimentos que permitam identificar e avaliar seus possíveis riscos e adotar as precauções cabíveis; Validade do treinamento: 24 meses

**NR 11** – para trabalhadores que operam máquinas especiais como: muncks, empilhadeiras, guindastes, pontes rotantes, etc; Validade do treinamento: 12 meses;

**NR 12** - para trabalhadores que operam equipamentos industriais como: tornos, furadeiras, plainas, esmeril, prensas, etc;

**NR 13** - para trabalhadores que operam equipamentos industriais como: de caldeiras a vapor, vasos de pressão, suas tubulações de interligação e tanques metálicos de armazenamento nos aspectos relacionados à instalação, inspeção, operação e manutenção. Capacitação conforme anexo I da NR13;

**NR 20** - para trabalhadores com exposição a fatores de risco de acidentes provenientes das atividades de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis. Criterios de acordo com anexo 2 da NR20;

**NR 33** – para trabalhadores que executam serviços em espaços confinados, sendo a carga horária de 16 horas para trabalhadores / vigias e 40 horas para supervisores de espaços confinados. Validade do treinamento: 12 meses;

**NR 35** – para trabalhadores envolvidos em atividades com risco de queda por diferença de nível superior a 2 metros. Validade do treinamento: 24 meses;

**Direção defensiva** - Para trabalhadores envolvidos em condução de veículos. Validade do treinamento: 12 meses;

Para as atividades que requeiram autorização formal para sua execução, deverá a empresa prestadora de serviços providenciar estas autorizações dos trabalhadores. A contratada deverá identificar os empregados, podendo estabelecer crachás, carterias ou etiquetas com o referido treinamento específico a cada um deles.

Nos casos específicos previstos em contrato, a Eletronuclear ministrará os treinamentos relativos a cada atividade.

#### **7.1.12 ESTATÍSTICA MENSAL**

É a compilação de dados estatísticos, estruturados em uma planilha que deverá ser encaminhada obrigatoriamente pela prestadora de serviços mensalmente ao fiscal do contrato ou diretamente ao SESMT – Eletronuclear até o penúltimo dia de cada mês.

Segue abaixo o modelo de planilha elaborado com base na NBR 14.280 - Cadastro de Acidentes do Trabalho:

Título: REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL A SEREM CUMPRIDOS POR EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO

Página: 14 de 16

Empresa:					Local:					Ano:		
Meses	Efetivo	HHE	Acidente com afastamento	Acidente sem afastamento	Total de acidentes	Dias perdidos	Dias transferidos	Dias debitados	Taxade frequencia	Taxa de gravidade	Incidentes	Acidentes de trajeto
Jan												
Fev												
Mar												
Abr												
Mai												
Jun												
Jul												
Ago												
Set												
Out												
Nov												
Dez												
Acumulado												

**Local – Angra 1, Angra 2, Angra 3, Área Externa ou Sede**

- Efetivo - é o número de empregados da empresa prestadora de serviços, inclusive da subcontratada, lotados no contrato;
- HHE - homem hora de exposição - é o resultado do produto do efetivo, pelo número de horas trabalhadas ou de exposição ao risco. Considerar como média o valor de 167 horas trabalhadas no mês, em um regime de 44 horas semanais para cada empregado lotado no serviço;
- Quantidade de acidentes típicos com ou sem afastamento do mês e acumulado no ano;
- Taxa de frequência de acidentes do trabalho - é dada pela seguinte fórmula:

$$TF = \frac{N^{\circ} \text{ de acidentes} \times 1000.000}{HHE}$$

TF - taxa de frequência

N - número de acidentes típicos com afastamento

HHE - homens hora de exposição, equivale às horas efetivamente trabalhadas pelos empregados lotados no serviço

- Taxa de gravidade - é dada pela seguinte fórmula:

$$TG = \frac{DP + DD \times 1000.000}{HHE}$$

TG - taxa de gravidade

DP - dias perdidos ou de afastamento

DD - dias debitados

HHE - homens hora de exposição, equivale às horas efetivamente trabalhadas pelos empregados lotados no serviço

- Quantidade de acidentes de trajeto com ou sem afastamento do mês e;
- Quantidade de incidentes do mês e acumulado no ano.

### **7.1.13 COMUNICAÇÃO DE ACIDENTES**

A prestadora de serviço é obrigada a comunicar imediatamente, todo e qualquer evento que ocorrer com seus empregados ao SESMT da Eletronuclear e ao fiscal do contrato, bem como emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT e providenciar seu registro junto ao INSS no prazo legal de 24 horas após o evento.

A contratada deve investigar minuciosamente e emitir o relatório técnico específico de análise de acidente no prazo máximo de 7 dias após a ocorrência do caso, sendo preenchido e assinado com a cópia da CAT e encaminhado ao SESMT da Eletronuclear.

No documento deve conter propostas de ações imediatas efetuadas para eliminar ou diminuir o risco causador do acidente e medidas preventivas e corretivas para prevenir outros eventos.

Todo e qualquer evento (acidentes e quase acidentes) de segurança do trabalho deverá ser encaminhado devidamente preenchido e assinado para o SESMT da Eletronuclear e ao fiscal do contrato.

Em caso de acidente fatal, a investigação será imediatamente efetuada em conjunto com o Segurança do Trabalho da Eletronuclear e com o comitê de investigação de incidentes que será constituído pelo encarregado da atividade, membros da CIPA, supervisor e chefia imediata, devendo a contratada enviar cópia da ocorrência policial anexada ao SESMT e ao fiscal do contrato.

Todos os registros devem ser devidamente arquivados (físico ou eletronicamente) e ficar disponíveis para consultas ou auditorias.

### **7.1.14 REUNIÃO COM AS PRESTADORAS DE SERVIÇOS**

É a reunião promovida mensalmente pelo SESMT da Eletronuclear para harmonizar e uniformizar as informações sobre segurança e saúde do trabalhador e recomendar adequações, devendo comparecer o profissional de segurança do trabalho da prestadora de serviço ou seu preposto. Esta reunião constará de convocação e registro de Atas.

### **7.1.15 INSPEÇÕES DE SEGURANÇA E SAÚDE**

A Eletronuclear fará inspeções de segurança e saúde periódicas nos locais de prestação de serviços, sem aviso prévio, objetivando assegurar o cumprimento das determinações legais normativas, do uso e estado de conservação dos EPI e EPC, ferramentas, máquinas, veículos, equipamentos e procedimentos operacionais.

A Prestadora de Serviço deverá acatar as recomendações contidas nas notificações decorrentes destas inspeções e sanar as irregularidades apontadas no prazo indicado, sob pena de ser determinada a suspensão dos trabalhos, o que poderá ser de imediato, caso evidenciado risco grave e iminente que ameace a segurança dos empregados, máquinas, equipamentos e o público em geral. Essa suspensão não exime a prestadora de serviço das obrigações previstas no contrato.

### **7.1.16 DSS - DIÁLOGO SEMANAL DE SEGURANÇA**

A prestadora de serviço deverá realizar obrigatoriamente com seus empregados o diálogo semanal de segurança, no início do expediente com temas rotineiros das atividades executadas por eles.

A contratada poderá optar em realizar o diálogo diário de segurança – DDS com temas específicos das atividades planejadas para a execução semanal.

Temas e campanhas especiais serão orientados pela Eletronuclear aos responsáveis

técnicos das áreas para que sejam divulgados aos demais empregados.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O documento exposto tem como objetivo principal, colaborar com a prevenção de danos às pessoas e fortalecer a cultura de segurança dos processos, e seu cumprimento é obrigatório para todos (lideranças, empregados e contratados) nas atividades relacionadas ao trabalho sob o controle ou responsabilidade da Eletronuclear.

O não atendimento integral ou parcial aos requisitos acima descritos, implicará em ações previstas em contrato, cabendo assim, a prestadora de serviços dar conhecimento aos empregados às sanções legais que lhe poderão ser aplicados pelo descumprimento das Normas de Segurança estipuladas pela Eletronuclear.

## **9 ANEXOS**

Não se Aplica.

**SEÇÃO V**  
**PLANILHA DE PREÇOS - MODELO**

Item	Descrição do Serviço	Un.	Quant. (A)	Preço Unitário C/ BDI (R\$) (B)	Valor Total (R\$) (C = A*B)
<b>1</b>	<b>Monitoramento de Rotina</b>				
1.1	Leitura dos inclinômetros	un	1560		
1.2	Leitura dos inclinômetros da UAS, em área controlada radiologicamente	un	180		
1.3	Leitura dos marcos superficiais da berma da Encosta da Central de Concreto	un	60		
1.4	Leitura dos marcos superficiais das cortinas atirantadas do acesso à CNAAA	un	756		
1.5	Leitura dos marcos superficiais do acesso a Angra 3	un	945		
1.6	Leitura dos marcos superficiais da UAS	un	3348		
1.7	Leitura dos pinos e marcos superficiais do Molhe de Proteção da CNAAA - por campanha	un	10		
<b>2</b>	<b>Molhe de Proteção da CNAAA</b>				
2.1	Recuperação ou reinstalação de pinos e marcos superficiais, em caso de estarem danificados - por campanha	un	10		
2.2	Revitalização da pintura da numeração dos pinos e marcos superficiais - por campanha	un	10		
<b>3</b>	<b>Elaboração do Relatório Técnico Inclinométrico</b>				
<b>4</b>	<b>Elaboração do Relatório Técnico Topográfico da Berma da Encosta da Central de Concreto</b>	<b>un</b>	<b>10</b>		
<b>5</b>	<b>Elaboração do Relatório Técnico Topográfico das Cortinas Atirantadas do acesso à CNAAA e acesso a Angra 3</b>	<b>un</b>	<b>60</b>		
<b>6</b>	<b>Elaboração do Relatório Técnico Topográfico da UAS</b>	<b>un</b>	<b>60</b>		
<b>7</b>	<b>Elaboração do Relatório Técnico do Molhe de Proteção da CNAAA</b>	<b>un</b>	<b>10</b>		
				<b>* VALOR TOTAL GERAL →</b>	

(\*) Valor a ser lançado no portal "gov.br/compras".

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

**PLANILHA DE BDI:**

<b>BDI – BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS</b>	
<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, SEGURO E RISCOS</b>	
Administração Central	
Seguros, Riscos e Garantias	
<b>Somatório</b>	
Custos Financeiros	
Lucro Ocupacional	
<b>TRIBUTOS</b>	
PIS	
COFINS	
ISS	
CPRB	
<b>Somatório</b>	
<b>TOTAL</b>	XX,XX%

Sendo:

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

AC = Adm. Central;

S, R, G = Seguros, Riscos, Garantias;

DF = Despesas Financeiras;

L = Lucro;

I = Tributos.

**Observação:** A CPRB é facultativa, conforme alteração na Lei nº 12.546/11, promovida pela Lei nº 14.020/2020.

**Nota 1:** A Composição dos Preços da CONTRATADA devem contemplar todos os custos envolvidos, incluindo BDI, Encargos Sociais e demais encargos/tributos, todas as despesas decorrentes da observância dos DOCUMENTOS TÉCNICOS relacionados na SEÇÃO IV – MINUTA DE CONTRATO, e tudo aquilo que for relacionado e/ou necessário à execução deste OBJETO e que não esteja explicitamente definido como responsabilidade da ELETRONUCLEAR, mesmo que aqui não elencado.

**Nota 2:** O valor da proposta do LICITANTE deverá ser o VALOR TOTAL GERAL DA PLANILHA.

**Nota 3:** O LICITANTE deverá adotar, na composição do BDI, percentual de ISS compatível com a legislação tributária do município onde serão prestados os serviços previstos da obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal.

**Nota 4:** O LICITANTE sujeito ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS deverá apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis ns. 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária

**Nota 5:** O LICITANTE optante pelo Simples Nacional deverá apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas na Lei Complementar n. 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

**Declaro**, para os devidos fins, ter lido e compreendido os termos do EDITAL.

**Declaro**, outrossim, conhecer e comprometer-me a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Conduta Ética e Integridade, que se encontra disponível no endereço eletrônico da ELETRONUCLEAR.

(Cidade), ....., (estado), ....., (dia) ..... de (mês),..... de (ano) .....

**Nome da Empresa LICITANTE**

**Assinatura e carimbo da LICITANTE**

**ANEXO A**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VÍNCULO EMPREGATÍCIO / PARENTESCO  
E DE NÃO ENQUADRAMENTO NO ARTIGO 38 DA LEI Nº 13.303/16**

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

---

TIMBRE DA EMPRESA

Nome da cidade, [ ] de [ ] de [ ].

**DECLARAÇÃO**

[ ], inscrito(a) no CNPJ sob nº. [ ], por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) [ ], portador(a) da carteira de identidade nº. [ ] e do CPF nº. [ ], declara que na sua composição societária e no seu quadro de empregados, inclusive na condição de dirigente e gerente, não há pessoa que possua vínculo empregatício com a ELETRONUCLEAR.

Declara, outrossim, que seus sócios/administradores não possuem relação de parentesco, por consanguinidade ou afim até o 3º grau com membros da Alta Administração, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança ou qualquer empregado que faça PARTE da área requisitante ou da área de suprimentos (comercial).

Ainda, declara que, tendo em vista o disposto no artigo 38, da Lei nº 13.303/16, não está impedida de ser CONTRATADA pela ELETRONUCLEAR.

---

Representante Legal

Nota: A declaração acima deverá ser assinada por representante legal da empresa e conter no cabeçalho a sua denominação social

**ANEXO B**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025



## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro o recebimento do Código de Conduta Ética e Integridade da ELETROUCLEAR, assim como confirmo meu dever legal e compromisso ético de conduzir minhas atividades sem me submeter à influência ilegal, à corrupção, suborno, propina e tráfico de influência.

Declaro ainda que o processo de seleção e contratação do objeto do(s) CONTRATO(s) estabelecido(s) com a ELETRONUCLEAR transcorreu(eram) com base em critérios técnicos e profissionais, de forma imparcial e transparente, e isento de quaisquer favorecimentos e privilégios, ou transgressões à legislação vigente e aos padrões de conduta ética preconizados pela ELETRONUCLEAR.

Por fim, declaro ter conhecimento, entendimento da finalidade e aderência aos intentos do canal de denúncias independente, disponibilizado por meio do endereço eletrônico <https://falabr.cgu.gov.br/>, comprometendo-me a utilizá-lo, quando necessário, de forma segura e, se desejada, anônima, para manifestação de condutas que envolvam a ELETRONUCLEAR, direta ou indiretamente, e que representem violações ao seu Código de Conduta Ética e Integridade ou que sejam incompatíveis com a legislação vigente.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome por extenso: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

**ANEXO C**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE:**  
**FORNECEDOR DE RISCO ALTO E MUITO ALTO**



## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE - FORNECEDOR DE RISCO ALTO E MUITO ALTO**

Declaro o recebimento do Código de Conduta Ética e Integridade da ELETRONUCLEAR, assim como confirmo meu dever legal e compromisso ético de conduzir minhas atividades sem me submeter à influência legal, à corrupção, suborno, propina e tráfico de influência.

Declaro ainda que o processo de seleção e contratação do objeto do CONTRATO estabelecido com a ELETRONUCLEAR transcorreu com base em critérios técnicos e profissionais, de forma imparcial e transparente e isento de quaisquer favorecimentos e privilégios ou transgressões à legislação vigente e aos padrões de conduta ética preconizados pela ELETRONUCLEAR.

Por fim, declaro ter conhecimento, entendimento da finalidade e aderência aos intentos do canal de denúncias independente, disponibilizado por meio do endereço eletrônico <https://falabr.cgu.gov.br/>, comprometendo-me a utilizá-lo, quando necessário, de forma segura e, se desejada, anônima, para manifestação de condutas que envolvam a ELETRONUCLEAR, direta ou indiretamente, e que representem violações ao seu Código de Conduta Ética e Integridade ou que sejam incompatíveis com a legislação vigente.

XXXXX, neste ato representada na forma de seu CONTRATO social, compromete-se a participar das ações de sensibilização, sem custos adicionais, no que tange aos aspectos abordados no Programa de Integridade (Compliance) da ELETRONUCLEAR.

Ademais, XXXXX se compromete a observar os aspectos de ética e integridade apresentados nas ações de sensibilização no âmbito das atividades que concernem os SERVIÇOS CONTRATADOS pela ELETRONUCLEAR.

Os termos desta declaração permanecerão válidos enquanto estiver vigente o "CONTRATO nº DSE.A/CT- XXXXXX".

Nome do fornecedor: \_\_\_\_\_

Nome do Representante: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

**ANEXO D**

**TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO**

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO

Pelo presente INSTRUMENTO particular:

A empresa (consórcio), com sede Rua \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_ e Estado \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal do Brasil, sob o nº \_\_\_\_\_, dorovante denominada \_\_\_\_\_.

A empresa (consórcio), com sede Rua \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_ e Estado \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal do Brasil, sob o nº \_\_\_\_\_, dorovante denominada \_\_\_\_\_.

Doravante denominadas individualmente como CONSORCIADA e conjuntamente como PARTES, neste Instrumento, representadas pelos seus Diretores ou Procuradores, devidamente identificados e na forma da lei autorizados, que “in fine” assinam.

CONSIDERANDO os termos do EDITAL da Licitação DSE.A/PE-158/2025,

Resolvem se comprometer a constituir o presente CONSÓRCIO que se regulará pelas cláusulas que se seguem e pela legislação vigente.

**CLÁUSULA 1ª – OBJETO**

- 1.1. Constitui OBJETO do presente INSTRUMENTO a conjugação de esforços das empresas acima indicadas, sob a forma de CONSÓRCIO, nos termos dos artigos 278 e 279 da Lei nº 6.404/76, para a contratação de empresa para a execução dos SERVIÇOS de monitoração geotécnica por meio de campanhas de leituras de inclinometria e de levantamento topográfico em encostas no entorno da CNAAA.

**CLÁUSULA 2ª – NATUREZA, DENOMINAÇÃO E SEDE**

- 2.1. O CONSÓRCIO não constitui nem se constituirá em pessoa jurídica distinta de seus membros.
- 2.2. O CONSÓRCIO será denominado \_\_\_\_\_, sendo doravante referenciado simplesmente como CONSÓRCIO.
- 2.3. O CONSÓRCIO terá sua sede na \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_.

**CLÁUSULA 3ª – DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO CONSÓRCIO**

- 3.1. O prazo de duração do CONSÓRCIO será o necessário para a completa e integral execução dos

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

SERVIÇOS, nas condições estipuladas no CONTRATO e seus Aditivos.

- 3.2. O CONSÓRCIO não terá, em qualquer hipótese, sua comprovação alterada até a ocorrência do evento previsto no item acima, sem a prévia autorização expressa, por escrito, da ELETRONUCLEAR.

#### **CLÁUSULA 4ª – RESPONSABILIDADE**

- 4.1. Cada CONSORCIADA será individual e solidariamente responsável perante a ELETRONUCLEAR pelo cumprimento integral e satisfatório de todas as obrigações estipuladas no(s) CONTRATO(S) para a execução dos SERVIÇOS, incluindo as respectivas responsabilidades técnica e legal.

- 4.2. Durante a execução dos SERVIÇOS, as atividades de cada CONSORCIADA serão executadas em conformidade com o estipulado na(s) PROPOSTA(S) TÉCNICA(S).

- 4.3. Cada CONSORCIADA terá o seguinte percentual de participação no CONSÓRCIO:

EMPRESA (CONSÓRCIO) "A" - \_\_\_\_% (\_\_\_\_ por cento)

EMPRESA (CONSÓRCIO) "B" - \_\_\_\_% (\_\_\_\_ por cento)

#### **CLÁUSULA 5ª – REPRESENTAÇÃO LEGAL DO CONSÓRCIO E LIDERANÇA**

- 5.1. O CONSÓRCIO será liderado pela \_\_\_\_\_, devendo, para tanto, nomear o seu REPRESENTANTE, conforme disposto na CLÁUSULA 6ª do CONTRATO.

- 5.2. Fica estabelecido que cada CONSORCIADA deverá atender às solicitações e instruções do REPRESENTANTE, que será o único canal formal de comunicação entre a ELETRONUCLEAR e o CONSÓRCIO.

- 5.3. Nenhuma CONSORCIADA poderá obrigar a outra ou terceiros perante a ELETRONUCLEAR.

- 5.4. A \_\_\_\_\_, como líder do CONSÓRCIO, deverá manter as demais CONSORCIADAS informadas de suas atividades, não devendo praticar qualquer ato ou omissão que obrigue o CONSÓRCIO ou qualquer CONSORCIADA perante a ELETRONUCLEAR ou terceiros, salvo mediante autorização expressa, por escrito, da CONSORCIADA, sujeito, ainda, à prévia autorização expressa, por escrito, da ELETRONUCLEAR.

#### **CLÁUSULA 6ª – GARANTIAS**

- 6.1. As GARANTIAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO serão fornecidas por CONSORCIADA, na proporção de sua participação no CONSÓRCIO.

#### **CLÁUSULA 7ª – PESSOAL, EQUIPAMENTO, MATERIAIS E PEÇAS**

- 7.1. As despesas assumidas por qualquer CONSORCIADA, em nome do CONSÓRCIO, relativas a

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

peçoal, equipamento, materiais e peças, para a execução dos SERVIÇOS será rateada pelas PARTES na proporção de sua participação no CONSÓRCIO.

#### **CLÁUSULA 8ª – FATURAMENTO E PAGAMENTO**

- 8.1. O FATURAMENTO será apresentado, exclusiva e diretamente, pela EMPRESA líder do CONSÓRCIO, acompanhado das respectivas notas fiscais correspondentes aos valores dos fornecimentos de bens ou SERVIÇOS de cada empresa participante do consórcio, que receberão de modo pleno e irrevogável o PAGAMENTO, efetuado pela ELETRONUCLEAR em decorrência do CONTRATO, dando quitação da importância efetivamente recebida.

#### **CLÁUSULA 9ª – CONSELHO**

- 9.1. Competirá ao CONSELHO formado para administrar o CONSÓRCIO definir e supervisionar as políticas e diretrizes necessárias à gestão do CONSÓRCIO e execução dos SERVIÇOS.
- 9.2. As reuniões do CONSELHO ocorrerão sempre que necessário, devendo a CONSORCIADA interessada enviar comunicação às outras sobre o evento, com antecedência razoável. A comunicação deverá informar a razão da reunião e listar os assuntos agendados.
- 9.3. As deliberações do CONSELHO serão tomadas por unanimidade e deverão ser registradas em Ata de Reunião, que ficará arquivada na sede do CONSÓRCIO. Em caso de impasse, a matéria deverá ser submetida às Diretorias das PARTES, que deverão resolver a questão dentro de 30 (trinta) dias. Em persistindo o impasse, as PARTES aplicarão o disposto na CLÁUSULA 12, ficando claro que tal impasse não deverá interferir na execução dos SERVIÇOS.

#### **CLÁUSULA 10ª – ADEQUAÇÃO**

- 10.1. No que for conflitante, o presente INSTRUMENTO será adequado aos termos do CONTRATO que vier a ser assinado com a ELETRONUCLEAR, através de Aditamento.

#### **CLÁUSULA 11ª – DISPOSIÇÕES DIVERSAS**

- 11.1. É vedado a qualquer CONSORCIADA negociar ou ceder total ou parcialmente, os seus direitos e obrigações contidas e decorrentes deste INSTRUMENTO, sem o prévio e expresso consentimento das demais e da ELETRONUCLEAR.
- 11.2. As PARTES poderão, de comum acordo, detalhar ou complementar as matérias relativas ao CONSÓRCIO acima pactuadas.
- 11.3. As PARTES se obrigam entre si a manter estrita confidencialidade relativamente a toda e qualquer informação que venha a ter acesso em virtude do presente INSTRUMENTO e/ou de sua execução. Qualquer divulgação de informação aqui mencionada por uma CONSORCIADA somente poderá ser feita mediante permissão, por escrito das demais e da ELETRONUCLEAR. A CONSORCIADA infratora estará sujeita às penalidades legais e ao ressarcimento de perdas e danos causados em decorrência de tal divulgação. A obrigação de sigilo aqui prevista permanecerá em pleno vigor mesmo após o término do CONSÓRCIO, perdurando pelo prazo determinado na legislação vigente.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (P.W.N.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)

EPES – Rev. Jul/2025

- 11.4. A disposição do item anterior não se aplica às informações que, por sua natureza e em decorrência da execução dos SERVIÇOS, devam ser fornecidas à ELETRONUCLEAR ou a terceiros.
- 11.5. As disposições legais relacionadas aos casos fortuitos e de força maior que afetem a execução dos SERVIÇOS, são aplicáveis às PARTES no que concerte este INSTRUMENTO.

**CLÁUSULA 12ª – LEI APLICÁVEL E FORO**

- 12.1. O presente INSTRUMENTO será interpretado e regulado em conformidade com as leis brasileiras, ficando eleito pelas PARTES o foro da Cidade do Rio de Janeiro para resolver qualquer disputa que possa surgir em relação ao presente, com renúncia expressa de qualquer outro foro por mais privilegiado que o seja.

**CLÁUSULA 13ª – AUTORIZAÇÕES**

- 13.1. As PARTES acham-se autorizadas à formação deste CONSÓRCIO, na conformidade de seus respectivos Estatutos Sociais

E, assim, por estarem justas e contratadas, as PARTES assinam o presente INSTRUMENTO, em 02 (duas) vias de igual teor e forma perante as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**EMPRESA (CONSÓRCIO)**

Nome: \_\_\_\_\_

**EMPRESA (CONSÓRCIO)**

Nome: \_\_\_\_\_

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_